



Ministério da
Justiça



Coordenação Geral do Programa de
Fomento às Penas e Medidas Alternativas - CGPMA

1ª edição

Melhores Práticas de Penas e Medidas Alternativas

1. Penas e Medidas Alternativas
2. Execução Penal.

Endereço:

Esplanada dos Ministérios, Anexo II, 6º Andar, Sala 621
CEP: 70.064-900, Brasília - DF, Brasil.
Telefone: +55 (61) 2025.3570
Fax: +55 (61) 2025.9347

Página: www.mj.gov.br/depen

Distribuição Gratuita

Editado e Impresso pela Gráfica Alvorada
Tiragem: 1.000 exemplares

Esta edição foi patrocinada pelo Ministério da Justiça com os recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.

A publicação foi organizada pela Coordenação-Geral de Fomento às Penas e Medidas Alternativas com base nos trabalhos apresentados e premiados na Feira do Conhecimento de Penas e Medidas Alternativas, realizada em abril de 2010.

Revisão: Valdirene Daufemback

A transcrição e a tradução desta publicação são permitidas, desde que citadas a autoria e a fonte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff
Presidenta da República

José Eduardo Martins Cardozo
Ministro da Justiça

Augusto Eduardo de Souza Rossini
Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional

Alexandre Cabana de Queiroz Andrade
Diretor-de Políticas Penitenciárias

Heloisa Helena Pires Adario
Coordenadora-Geral de Fomento às Penas e Medidas Alternativas



SUMÁRIO

Apresentação	09
Bahia	11
Ceará	37
Distrito Federal	47
Espírito Santo	63
Minas Gerais	67
Paraná	79
Pernambuco	89
Rio de Janeiro	101
Rio Grande do Norte	123
Rio Grande do Sul	129
São Paulo	145



APRESENTAÇÃO

Em 2010, o Ministério da Justiça, através do Departamento Penitenciário Nacional e com o apoio da Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas - **CONAPA**, publicou Edital de convocação a instituições responsáveis pela execução de experiências na área de penas e medidas alternativas, para seleção de programas e ações a serem apresentados na Feira de Conhecimento no VI Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas - **CONEPA**, realizado em Salvador, em abril daquele ano.

O objetivo fundamental da Feira de Conhecimento foi o de criar um espaço de divulgação e troca de experiências e informações entre os vários atores envolvidos com a política de alternativas penais do país, com o estabelecimento de parcerias ou intenções de cooperação entre as equipes e estimulando o debate sobre o desenvolvimento da política.

Entre os vários projetos inscritos, enviados por quase todos os estados do país, foram selecionadas as 15 Melhores Práticas de Penas e Medidas Alternativas do Brasil, que compôs a agenda brasileira sobre a temática

de alternativas penais apresentada posteriormente no XII Congresso Mundial de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal.

Para viabilizar a publicação dessas boas práticas num livro e distribuí-lo a todos os interessados e envolvidos com o tema das alternativas penais, foram compilados aqui apenas os capítulos referentes à descrição objetiva das experiências e dos resultados obtidos, eliminando todo o material ilustrativo como fotos ou gráficos, que, embora muito ricos, dificultariam a produção desse material.

Cada uma dessas experiências, com suas especificidades, extrapola a questão do controle social ao trabalhar valores como a solidariedade e a cidadania, como o projeto Vida Segura, de Minas Gerais; ao reforçar princípios fundamentais para a pacificação social, como a Central de Penas e Medidas Alternativas de São Vicente, com seu trabalho sobre a violência intrafamiliar; ao defender as atividades educativas como estímulo à responsabilização do indivíduo em relação à sociedade, como a Central de Apoio à Execução das Penas e Medidas Alternativas, de Pernambuco ou a Vara de Execução de Penas

Alternativas, de Fortaleza, com seu programa de escolarização dos prestadores de serviço à comunidade.

Nos últimos 10 anos, constatou-se um aumento significativo na aplicação de penas e medidas alternativas no país. Para que esse fenômeno possa, de fato, contribuir para a redução dos índices de violência e encarceramento e uma maior pacificação social, é importante alimentarmos os debates sobre a ampliação dos horizontes da política de alternativas penais em âmbito nacional, a fim de que esta possa se fortalecer na promoção da segurança pública e da justiça, com respeito aos direitos da vítima e dos autores da infração penal. As equipes multidisciplinares, responsáveis pela condução dos programas das alternativas penais no país, são atores decisivos no aprofundamento desse debate.

■ **HELOISA ADARIO**

Coordenação Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas

1- Embora fosse necessária a seleção de 15 Melhores Práticas, foram muitas as boas práticas enviadas pelos estados.



PROGRAMA DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DO ESTADO DA BAHIA

1 - DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome: Programa de Penas e Medidas Alternativas do Estado da Bahia

1.2. Estado: Salvador

1.3. Data de Início: 5/2/2002

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Introdução

A experiência promissora e inovadora

que se pretende apresentar para a seleção de propostas constantes do Edital de Chamada Pública n. 003/2009, intitulada: “O Programa de Penas e Medidas Alternativas do Estado da Bahia”, refere-se a programa instituído e executado pelo Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, especificamente pela CEAPA - Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas da Bahia, coordenação integrante da Superintendência de Assuntos Penais daquela Secretaria.

A experiência da Bahia revela a transformação de uma ação governamen-

tal isolada em política pública prioritária de Estado, que se traduz em menor violência, mais respeito aos direitos humanos do sentenciado e a busca mais próxima pela pacificação social e difusão de uma cultura de paz.

A sinergia das ações permitiu tornar o Estado da Bahia referência de boas práticas na estruturação do apoio e acompanhamento às penas e medidas alternativas. Constituiu pontos fundamentais desse Programa a incorporação da Central já existente à estrutura do Estado e não mais a sua manutenção de forma precária através de convênios; o início do processo de interiorização, entendendo que a Bahia não se resume a sua Capital apenas, mas a toda sua dimensão territorial, comparável a de alguns países; e a diversidade de seu povo.

2.2. Programa de Penas e Medidas Alternativas do Estado da Bahia e o preenchimento dos critérios de seleção

2.2.1. Inovação

O Estado da Bahia implantou, em 05 de fevereiro de 2002, a sua primeira Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas alternativas, a CEAPA, que iniciou suas ações mediante parceria firmada entre o Ministério da Justiça com a Secretaria da Justiça e Direitos

Humanos do Estado da Bahia, através de convênio firmado com o Conselho Arbitral da Bahia, o que garantiu sua implantação e funcionamento até 31/07/2002.

Desde o término do convênio para a implantação e aplicação dos recursos disponibilizados para os seis primeiros meses de atuação, a CEAPA foi mantida com recursos exclusivamente estaduais, através de convênios realizados entre a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia e Conselho Arbitral da Bahia, durante o período de agosto/2002 a maio/2003. Novo convênio para manutenção da Central, com recursos estaduais e federais, possibilitou seu funcionamento de junho/2003 até a primeira quinzena de setembro/2003. Desde outubro/2003, ainda na qualidade de projeto, a CEAPA passou a ser mantida com recursos exclusivamente estaduais, viabilizados através de convênios estaduais.

A grande inovação se deu, porém, em 2007, quando tal estrutura, até então sustentada através de projetos e convênios, já então de custeio totalmente estadual, passou a ser garantida por lei. A CEAPA foi incorporada à estrutura do estado, quando, em 06 de setembro de 2007 é publicada a Lei nº 10.693 de 05 de setembro de 2007, criando a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas da Bahia na estrutura da Superintendência de Assuntos Penais da Secre-

taria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, o que representou a transição para uma política pública de penas e medidas alternativas no Estado.

Com a Lei nº 10.693/2007 foram criados os seguintes cargos: 01 cargo de coordenador técnico, símbolo DAS-2C; 03 cargos de assessor técnico, símbolo DAS-3; 03 cargos de assessor administrativo, símbolo DAI IV; 03 cargos de secretário administrativo I, símbolo DAI V.

Em 2008 o processo de inovação teve continuidade com o início do processo de interiorização do programa de penas e medidas alternativas, marco histórico do programa, uma vez que este teve como desafio um Estado com imensas dimensões territoriais. Assim, com a Lei 11.042 de 09/05/2008, a estrutura de monitoramento da CEAPA foi ampliada para mais 10 Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, vinculados à CEAPA, nas cidades-pólo de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Ipirá, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista, com abrangência dos 167 municípios dos Territórios de Identidade que integram.

Neste sentido, para o cumprimento da finalidade institucional de acompanhamento da execução das penas e medidas alternativas, foram criados 40 cargos em comissão, vinculados à CEAPA, de forma a garantir, de maneira consistente e permanente, o

aparato de pessoal necessário à interiorização do programa, sendo: 10 cargos de coordenador técnico, símbolo DAS-2D; 30 cargos de assessor técnico, símbolo DAS-3, sendo 04 cargos por núcleo.

As inovações continuaram, tendo em vista que a CEAPA passou a incorporar o rol de ações prioritárias governamentais, sendo monitorada mensalmente pela Casa Civil do Estado da Bahia, em relatórios detalhados, lançados em sistema e-car de informações, de responsabilidade do gerente da ação e coordenador institucional especialmente destacados para tal tarefa, com correspondente acompanhamento junto à Casa Civil, o que permite o permanente acesso das informações respeitantes à implantação, consolidação e fomento das ações de penas e medidas alternativas diretamente, a qualquer hora, pelo Gabinete do Governador do Estado.

Tal estratégia permite a resolução de pendências e/ou diálogo com outros atores institucionais, necessários à implementação das ações programadas ou com setores diversos, tais como a sociedade civil / sociedade civil organizada, no sentido de promover um ambiente favorável à aplicação das penas e medidas alternativas.

A relação que o Programa de Penas e Medidas Alternativas do Estado da Bahia estabelece neste ponto com as Regras Mínimas de Tóquio é verificada logo nos objetivos gerais,

quando estes encorajam a promoção do emprego de medidas não privativas de liberdade, bem como na Seção VIII do documento, onde se trata, dentre outros tópicos, da questão das políticas criminais.

Subsidiariamente a Central auxilia a estrutura do estado no que se refere à pesquisa, planejamento, formulação e avaliação das políticas criminais concernentes às penas e medidas alternativas, cumprindo os ditames das Regras de Tóquio.

O que se pode observar, com absoluta segurança, é a perfeita consonância do Programa de Penas e Medidas Alternativas da Bahia com as Regras Mínimas de Tóquio, na medida em que o Estado buscou promover e de fato promoveu, as penas restritivas de direito, com ações concretas, através da criação da CEAPA e de 10 Núcleos no interior do estado, com a criação, através de lei, de um total de 50 cargos para as equipes multidisciplinares dessas estruturas de acompanhamento. Com esta atuação, o Estado da Bahia deu continuidade a uma ação de sucesso, que vinha sendo mantida por projetos, ainda que com recursos estaduais já nos últimos anos, e ainda, promoveu a sua transição para uma política pública.

Ao criar tal estrutura de cargos através de lei para os profissionais das equipes da Central e Núcleos de Penas e Medidas Alternativas, o Estado da Bahia inovou, demonstrando o compromisso com a criação

de um Sistema de Penas e Medidas Alternativas, cuja importância não poderia estar delegada a projetos, que por sua característica de necessidade de renovação, carregam consigo a questão da precariedade.

A estrutura de cargos criada e existente gera a certeza, e não apenas a confiança, na continuidade das ações do programa, além de suporte para o desenvolvimento de novos planejamentos e ações.

2.2.2. Criatividade

A criatividade do programa se revela na forma como foi elaborado, ao mesmo tempo traçado enquanto política pública, institucionalizado, porém sem perder de vista a premissa da humanização da execução penal, por meio da formação de redes sociais, redes de atenção e de parcerias.

Assim, a CEAPA reproduz também do ponto de vista do seu funcionamento institucional a forma multidisciplinar que é a base de sua atividade de acompanhamento, monitoramento e fomento às penas e medidas alternativas.

Desta forma, mesmo com a estrutura de cargos criada as redes e parcerias são de fundamental importância na concepção do programa. Entende-se que a participação da comunidade, seja através das instituições sem fins lucrativos e com efetiva destinação

social, seja através do(a) próprio(a) cumpridor(a), das parcerias com os atores institucionais e parcerias para estabelecimento das sedes dos Núcleos no interior do Estado não são apenas uma necessidade do programa, mas uma forma de engajar toda a sociedade na questão das alternativas penais.

A partir da edição de leis que criaram um Sistema de Penas e Medidas Alternativas no Estado, conforme descrito em item anterior, se observou no Estado da Bahia possibilidades inúmeras de atuações criativas e a própria criatividade do programa no formato em que foi concebido.

De fato a primeira central baiana foi implantada, ainda em caráter de projeto/convênio, junto ao Poder Executivo - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, em fevereiro de 2002. Em dezembro de 2001 fora criada a primeira Vara Especializada de Penas e Medidas Alternativas na Capital, a VEPMA - Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas, com Promotoria e Defensoria Pública, também especializadas.

A necessidade de não apenas monitorar e acompanhar os(as) cumpridores(as) de penas e medidas alternativas, mas de fazer real interface com todos os demais atores desta execução penal - Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Rede Social e Rede de Atenção, parcerias com as Prefeituras

Municipais do interior do Estado - fez com que a CEAPA tivesse de desenvolver, de forma criativa, novas habilidades e metodologias diversas além da proposta multidisciplinar de trabalho.

Isso significa que novas formas de interação necessitaram ser criadas, a fim de comunicar efetivamente a toda a sociedade, e não somente ao meio jurídico, o conceito de pena e medida alternativa e desmistificar a idéia de impunidade que muitos ainda associavam e ainda associam às mesmas.

Nesse sentido, entendendo desde o início a importância que as alternativas penais proporcionam - trazem a comunidade para a participação da execução penal - a comunicação criativa passou a ser trabalhada dentro de uma estrutura de comunicação integrada de justiça e direitos humanos que situou o Sistema de Penas e Medidas Alternativas, já transformado em política pública, na órbita das ações da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e não como algo alternativo no sentido de estar à margem.

Vale ressaltar que a Seção III das Regras de Tóquio refere-se justamente aos relatórios sobre a investigação social fornecendo uma lista não exaustiva de medidas não privativas de liberdade, o que permite a criatividade do Órgão Judicial, dentro dos parâmetros e princípios gerais do Direito, ao aplicar a pena ou medida.

Da mesma forma, os diversos sistemas de monitoramento e interfaces entre Cumpridor(a), Poder Judiciário, CEAPA, Rede Social requer criatividade, e essa tem sido alcançada com a metodologia de trabalho desenvolvida no Programa da Bahia, que é inclusiva, e desta forma está em harmonia com a pedra basilar das Regras de Tóquio.

Conforme ainda as bases gerais que formam o Documento internacional, previstas em sua Seção I, advoga-se a favor da promoção das medidas não privativas de liberdade com uma finalidade construtiva e não punitiva, conforme mencionado também na Seção V.

2.2.3. Possibilidade de replicação

A estrutura de apoio e acompanhamento às penas e medidas alternativas existente atualmente no Estado da Bahia pode se multiplicar de diversas formas.

No que tange ao processo de interiorização dos Núcleos, caso não haja ainda nova edição de lei com este fim específico, poderá se verificar junto a Prefeituras que possam, além de ceder espaços físicos para a instalação dos Núcleos, destinar profissionais das áreas de Psicologia, Direito e Serviço Social para a implantação de Núcleo. A equipe da CEAPA poderá, neste caso, capacitar à equipe formada para habilitá-la a atuar no apoio e acompanhamento às penas e medidas alternativas.

Da mesma forma, em Núcleos do interior onde o Poder Judiciário disponha de equipe com esta composição, a mesma capacitação e monitoramento poderão ser realizados, com disponibilização dos instrumentos utilizados, treinamentos no local e na Central ou Núcleo mais próximo, onde possam ser observadas dinâmicas já aplicadas, de entrevistas psicossociais, grupos de encaminhamento e fechamento e abordagens diversas.

E ainda, enquanto continuidade de política pública, através da criação de novos cargos na estrutura do Estado, o que garantirá maior grau de certeza do ponto de vista administrativo. Para tanto, será necessária a elaboração de nova lei, o que é totalmente possível, haja vista a experiência de criação da estrutura de cargos da CEAPA com a Lei 10.693 de 05 de setembro de 2007 e a estrutura de cargos dos Núcleos do interior, vinculados à CEAPA, no ano seguinte, com a Lei 11.042 de 09 de maio de 2008.

A possibilidade de replicação de um programa como esse, ação prioritária governamental, política pública do Estado, é de extrema importância, uma vez que a continuidade de uma atuação exitosa também deve fazer parte do seu planejamento.

Por isso, a Central e Núcleos do Estado da Bahia possuem suas metodologias consolidadas, suas equipes técnicas capacitadas na CEDHAP - Centro de Estudos em Direitos

Humanos e Assuntos Penais Calmon de Passos (coordenação integrante da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos), de forma que todos estejam habilitados a também capacitar e treinar novos profissionais em equipes técnicas nas suas áreas de atuação, em seus municípios.

Por sua vez, a Seção VI, das Regras de Tóquio trata sobre os funcionários que devem receber o treinamento adequado para a função de acompanhamento, uma vez que a qualidade do elemento humano utilizado no trato do “delinquentes” é fator primordial no tratamento e reconhecimento dos mesmos.

O interesse maior, portanto, é o de cada vez mais ver surgir novas estruturas de apoio, acompanhamento e fomento às penas e medidas alternativas, como incentivadoras da utilização das penas restritivas de direito enquanto primeira opção de responsabilização penal.

Observa-se que as Regras de Tóquio tratam em sua Seção VIII do planejamento, e também neste ponto o Programa do Estado da Bahia obedece aos seus preceitos e parâmetros, uma vez que possui diversas formas de planejar a continuidade da ação, através de modalidades diversas de replicação do Programa.

Da mesma forma, realiza plenamente o objetivo número 1 do Tratado, uma vez que promove ao planejar formas de reproduzir estruturas de apoio e acompanhamento às

penas e medidas alternativas de forma ampla, o emprego de medidas não privativas de liberdade.

2.2.4. Sustentabilidade (Financeira, política, social)

A sustentabilidade do Programa de Penas e Medidas Alternativas do Estado da Bahia se dá nas três vertentes indicadas.

Financeiramente, o Programa tem sua sustentabilidade garantida com recursos estaduais, previstos nos planos plurianuais e nos orçamentos aprovados anualmente. Enquanto ação prioritária governamental, o Programa possui contas permanentes e específicas na Superintendência de Assuntos Penais, consignadas, do ponto de vista orçamentário, em duas atividades: uma respeitante à manutenção e consolidação da Central e Núcleos implantados e outra referente à implantação de novas Centrais e Núcleos.

A sustentabilidade política se dá através da compreensão da coisa pública, de um processo iniciado em 2002 e que não poderia sofrer solução de continuidade por mudanças de gestões. Desta forma, o Programa na Bahia sempre teve curva ascendente, tendo sido iniciado enquanto projeto fomentado pelo Ministério da Justiça e feito a transição para política pública com incorporação da CEAPA à estrutura formal do Estado através de lei.

Vale ressaltar que as sustentabilidades anteriores não ocorreriam se não houvesse a sustentabilidade social. Esta foi e vem sendo construída num processo coletivo de informação à sociedade sobre os mais variados aspectos das penas e medidas alternativas. A Rede Social parceira é peça chave na multiplicação das informações e desmistificação de aspectos antes tidos como ocultos acerca dessa modalidade de resposta do Estado na responsabilização do infrator das regras da coletividade, de pequeno e médio potencial ofensivo.

Nos objetivos fundamentais no item 1.3 das Regras de Tóquio está mencionado que a aplicação das presentes Regras tem em conta a situação política econômica social e cultural de cada país e os fins e objetivos do seu Sistema de Justiça Penal.

2.2.5. Grau de institucionalidade

O Programa de Penas e Medidas Alternativas do Estado da Bahia sempre teve intenso grau de institucionalidade, uma vez que mesmo enquanto executado através de projetos, logo passou a ser custeado com recursos estaduais, integrar a previsão orçamentária do Estado e ter sempre gozado da estrutura logística da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, onde desde o seu início, em fevereiro de 2002, tem a sede da sua primeira Central.

Com a transição para uma efetiva política pública, esse grau de institucionalidade foi elevado ao seu caráter máximo, chancelado ainda por ser esta uma das ações prioritárias da atual gestão. O grau de institucionalidade facilita o trânsito interinstitucional; a partir do momento em que em uma gestão, um governo assume determinada ação como prioritária e nesse sentido demonstra o seu compromisso para que aquele Programa alcance suas metas, a confiabilidade horizontal e vertical com os mais diversos atores se verifica.

Os Núcleos do interior do Estado da Bahia já implantados, quais sejam: Ipirá, Jequié, Vitória da Conquista, Ilhéus e Valença foram inaugurados mediante parceria com as respectivas Prefeituras Municipais, através de Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o Governo do Estado da Bahia, através da SJCDH e cada uma das Prefeituras, para fins de cessão do local por parte destas da sede dos referidos Núcleos e estabelecimento das demais cláusulas entre os entes convenientes.

Desta forma, mesmo quando ocorrem as necessárias parcerias, a institucionalidade não se perde; os convênios para instalação dos Núcleos no interior da Bahia são feitos com a devida documentação (Termo de Cooperação e Termo de Cessão de Uso) entre Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e Prefeituras Municipais, porém a parceria se

restringe a aspectos relacionados a viabilizar a instalação das sedes. Todo o aparato metodológico, logístico, e a própria relação política institucional não é de forma alguma delegada. Os Núcleos são unidades da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Da mesma forma a parceria com as instituições da Rede Social Parceira também se reveste da necessária institucionalidade; são realizados termos de cooperação com cada uma das instituições, que são capacitadas e compreendem a importância da sua participação no Programa, que gera para as mesmas obrigações, as quais, se não seguidas, poderão acarretar a retirada da rede.

Tal conduta, que não impede a participação e integração dos mais diversos atores, é necessária para validar o Sistema de Penas e Medidas Alternativas como legítimo a ser a primeira opção de resposta penal do Estado.

Ainda no aspecto da análise de grau de institucionalidade política, é importante ressaltar também nesse sentido que a CEAPA é uma ação prioritária de governo na humanização do sistema penal, com vistas ao fomento da aplicação de penas e medidas alternativas enquanto instrumentos de pacificação social, na busca por menores índices de reincidência e adoção de práticas mais eficazes de responsabilização penal.

O grau de institucionalidade se revela ainda na forma de trabalho

entre a CEAPA e os Órgãos Judiciais.

Existe uma rotina consolidada de funcionamento que garante que a CEAPA atue de forma eficaz no monitoramento das penas e medidas alternativas aplicadas e na prestação do suporte aos respectivos Juizes, Promotores e Defensores Públicos. Este trabalho conjunto proporciona, por meio da CEAPA, uma vinculação entre o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada, e tem gerado confiança por parte dos operadores do direito, pois resgata a segurança de que as penas e medidas alternativas são devidamente acompanhadas, pondo fim na crença de que representariam impunidade.

As parcerias no interior estão sendo criadas através dos Núcleos, tanto com a Justiça Estadual, com as Varas de competência para Execução Penal, quanto com os Juizados Especiais Criminais, bem como com as Varas da Justiça Federal competentes para processo e julgamento de delitos de pequeno e médio potencial ofensivo.

Neste sentido, a Seção IV das Regras de Tóquio dispõe sobre as medidas para reduzir a duração das penas de prisão, ou que oferece alternativas para a execução de sentenças que impõem pena privativa de liberdade. Trata-se, portanto das medidas aplicáveis na fase posterior à sentença.

Já a Seção V afirma que as autoridades encarregadas da execução penal devem encarregar-se pelo princípio de que elas irão participar

do processo de ressocialização do indivíduo, ajudando-o a não voltar a cometer delitos.

2.2.6. Existência de parcerias e mecanismos de participação social

O Programa de Penas e Medidas Alternativas da Bahia sempre priorizou a atuação em rede. Nesse sentido, as parcerias sempre foram de fundamental importância, seja para compor o formato de trabalho desenvolvido, seja com foco na humanização da execução penal, com os mecanismos de participação social.

A CEAPA e a Sociedade Civil Organizada

A parceria com as Instituições é um dos aspectos mais importantes na efetivação do cumprimento das penas e medidas alternativas, pois viabiliza, por meio da CEAPA, a ligação entre o Estado e a Sociedade Civil Organizada. Esta união de forças com objetivo de tratar o problema da criminalidade é muito satisfatória e atende às tendências mais modernas da administração pública em todo o mundo.

O primeiro passo para a formação da Rede Social da CEAPA foi uma reunião da equipe técnica com o objetivo de deliberar quais seriam os pressupostos fundamentais observados no

cadastramento das instituições parceiras. Concluiu-se que era de vital importância conhecê-las e interagir de perto, saber quais as suas visões a respeito de indivíduos submetidos ao cumprimento de penas e medidas decorrentes ou não de processo judicial criminal. Esse aspecto norteou todo o processo de formação da Rede Social, para que ela fosse realmente formada por parceiros que acreditassem no caráter reintegrador e de ressignificação das penas e medidas alternativas.

Na implantação da CEAPA, ainda em caráter de projeto, em fevereiro de 2002, a Rede Social Parceira era formada por, aproximadamente, 10 instituições aleatórias e que ainda conheciam superficialmente o trabalho de acompanhamento e o compromisso com a causa das penas e medidas alternativas.

A partir da implantação da Central foi realizado um trabalho amplo, de caráter esclarecedor e de expansão do que seria o Programa de Penas e Medidas Alternativas e da sua importância na dinâmica da comunidade em toda a cidade do Salvador. Essa foi dividida em 18 regiões, abrangendo Salvador e a Região Metropolitana, dando uma maior visibilidade dos bairros e das cidades próximas que seriam parceiras significativas para o sucesso do programa.

Atualmente, a Rede Social Parceira do Programa de Penas e Medidas

Alternativas do Estado da Bahia é formada por 201 instituições na Capital e 152 instituições no interior (porém, este é um dado variável em virtude dos novos cadastramentos e eventuais descadastramentos) e contempla uma diversidade de entidades sem fins lucrativos e com destinação social que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, idosos, pessoas com deficiência, portadores de HIV, dentre outras. Trata-se de ONG's, instituições do poder público estadual ou municipal, além daquelas de iniciativa religiosa (católica, espírita, protestante, holística ou de matriz africana) que desenvolvem diversificadas atividades, que facilitam o encaminhamento do cumpridor de penas ou medidas alternativas.

A formatação desta rede foi sistematizada aos poucos e permitiu, enquanto aparato instrumental, a construção e o fortalecimento desta política pública que se efetivou e se amplia em nosso Estado, pois é o espaço concreto para a realização da proposta das penas e medidas alternativas que possibilitam ao cumpridor ressignificar o ato delituoso cometido, sem deixar de participar das relações estabelecidas em sua comunidade, na família e no ambiente de trabalho.

É extremamente oportuno observar, que o cumprimento da sanção penal extrapola a questão meramente jurídica e entra no campo psicossó-

cial, pois, o despertar para o exercício da cidadania, a responsabilização e o controle social por meio da comunidade se faz presente de forma integral na execução da pena alternativa. O envolvimento da Sociedade Civil Organizada neste processo valida o fortalecimento das ações comunitárias e viabiliza o empoderamento, quando permite aos representantes institucionais a sua ativa participação no processo.

As parcerias, portanto, são marcadas pela troca de confiabilidade e compromisso, possibilitando espaços de participação da Sociedade Civil na problemática da falência do sistema de prisão em todo o país. Nesse sentido, a Rede Social surge como um recurso decisivo no avanço da política pública, contribuindo no debate e na construção de ações da realidade nacional.

As doações destinadas às Instituições, resultantes da aplicação de pena/medida de prestação pecuniária, materializam-se em cestas básicas, material de limpeza, construção, higiene pessoal e hospitalar, ou outros escolhidos conforme as necessidades de cada Instituição e após a análise da CEAPA, respeitando todos os critérios jurídicos.

Tais doações têm gerado grandes benefícios às instituições carentes, a ponto de muitas terem ampliado sua capacidade de atendimento.

A prestação de Serviços Gratuitos à Comunidade, desenvolvida pelos

cumpridores nas instituições, possibilita um importante reforço no seu quadro de pessoal, considerando que elas carecem de recursos para contratação de funcionários. Isso representa não apenas economia financeira para as instituições, mas também um veículo de participação no processo de resgate ou ampliação da cidadania e auto-estima de todos os envolvidos.

O processo de estabelecimento e revisão das parcerias é contínuo e se propaga. Neste contexto, existem diversas instituições, que incentivadas por aquelas que já são parceiras da CEAPA, por operadores do Direito, pela imprensa e comunidade em geral, estão interessadas em compor essa rede social. Novas visitas de cadastramento continuam sendo realizadas e a Rede Social é ampliada a cada dia.

Mais uma vez, o Programa da Bahia obedece ao que preconiza as Regras Mínimas de Tóquio, em sua Seção VII, onde refere-se aos voluntários e à sociedade em geral. Como as penas não privativas de liberdade proporcionam ao criminoso uma interação maior com a sociedade, o auxílio do voluntariado, patronato, pastorais da Igreja e sociedade em geral torna-se elemento primordial na busca da ressignificação do ato delituoso por parte do cumpridor(a).

A CEAPA e o Cumpridor

Através das metodologias desenvolvidas, a CEAPA busca a escuta do cumpridor no sentido de estabelecer um meio de comunicação e dar voz ao mesmo, durante todo o acompanhamento do seu cumprimento de pena ou medida, seja no sentido de ajudá-lo a compreender seus direitos, deveres, esclarecer dúvidas e auxiliá-lo na melhor comunicação deste com o Juiz, Promotor e Defensor Público.

As opiniões dos cumpridores, numa iniciativa inédita, foram colhidas em vários Estados do País, e a Bahia foi um dos primeiros a realizar esta ação “Conferências Livres”, que demonstraram o quanto é importante a escuta do cumpridor também sob o ponto de vista do que o mesmo pensa acerca do Sistema de Justiça e em especial, da legislação e procedimentos de cunho processual que culminam na aplicação de uma pena ou medida alternativa, seus prazos, possibilidades de aplicação, detração, a efetividade da defesa, dentre outros vários pontos que nos lembram que independentemente de estarem cumprindo qualquer que seja a pena, a pessoa humana não perde esta condição nem o direito de se manifestar socialmente, o que realiza plenamente o objetivo das Regras de Tóquio e dos Tratados que buscam a proteção internacional dos Direitos Humanos em geral.

2.2.7. Impacto

A transição de projeto para Política Pública, com a edição das Leis nº 10.693 de 05 de setembro de 2007 (cria a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas da Bahia e altera a estrutura de cargos em comissão da Superintendência de Assuntos Penais da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos) e nº 11.042 de 09 de maio de 2008 (cria os Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, altera a estrutura de cargos em comissão da Superintendência de Assuntos Penais, da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e dá outras providências), teve forte impacto sobre a atitude governamental em relação às penas e medidas alternativas.

Ao transformar uma estrutura que era mantida através de convênios e por sua vez padecia de precariedade, podendo findar-se ou sofrer intervalos, em estrutura de cargos em comissão do Estado criados por lei, o Governo permitiu a continuidade das ações com planejamento de programa de Estado. Isto gerou ainda maior confiabilidade dos operadores

jurídicos especialmente do Poder Judiciário, cuja aplicabilidade maior de penas e medidas alternativas é fomentada e esperada.

Assim, O Governo do Estado instituiu o fomento às penas restritivas de direito como política pública, de resposta penal através do incentivo à aplicação destes instrumentos. Além disso, o programa participa do rol de ações prioritárias governamentais, sendo constantemente e em caráter mensal monitoradas diretamente pela Casa Civil.

Para medir os resultados alcançados, são utilizados o sistema e-car da Casa Civil, alimentados em ambiente virtual, com gerente de ações e coordenador institucional designado e em que são apuradas todas as ações do Programa, desde que passou a esta condição, sendo observados prazos de implementações de metas, dificuldades, entraves e sugestões de soluções, como mesas redondas, contatos institucionais, etc. Todas estas informações são mensalmente encaminhadas à Casa Civil, e o Governador pode a qualquer momento ter acesso às mesmas.

Os dados de atendimento revelam o impacto da atuação da CEAPA:

Cumpridores em efetivo acompanhamento (dados de dezembro/2009)

CEAPA	1.267 cumpridores
Núcleos	302 cumpridores
TOTAL	1.569

cumpridores em acompanhamento regular

Novos Beneficiários Atendidos (dados desde a implantação da Central e de cada Núcleo)

CEAPA Fev/02 a 31/12/09	6.854 novos cumpridores atendidos
Núcleo Ipirá Jul/08 a 31/12/09	97 novos cumpridores atendidos
Núcleo Jequié Jul/08 a 31/12/09	157 novos cumpridores atendidos
Núcleo VCA Set/08 a 31/12/09	85 novos cumpridores atendidos
Núcleo Ilhéus Nov/08 a 31/12/09	211 novos cumpridores atendidos
Núcleos Valença Abr/09 a 31/12/09	53 novos cumpridores atendidos
TOTAL	7.457 novos cumpridores atendidos

A eficácia da aplicação das penas e medidas alternativas é indiscutível, podendo até mesmo ser vislumbrada para efeito de diminuição de reincidência, que no Estado da Bahia está por volta de 9% quando da aplicação de alternativas penais acompanhadas por uma estrutura de uma Central/Núcleos, ao passo que no sistema de cumprimento de penas privativas de liberdade este índice aumenta para 70 a 85% não fugindo a

média nacional de aferição de reincidência.

O baixo índice de reincidência no cumprimento das alternativas penais não exclui, por sua vez, a necessidade de avaliação constante do impacto das ações voltadas à aplicação de penas e medidas alternativas conforme determina as Regras de Tóquio na sua seção VIII, “Investigação, Planificação, Elaboração das Políticas e Avaliação”.

2.2.8. Existência de instrumentos de monitoramento e avaliação

A estrutura metodológica da CEAPA-BA e Núcleos se fundamenta em dois pressupostos básicos: as penas e medidas alternativas têm natureza de sanção jurídica titularizada exclusivamente pelo Estado; a efetividade na aplicação das penas e medidas alternativas depende de uma relação harmônica entre Poder Judiciário, Sociedade Civil Organizada e Cumpri-
dor.

Conforme procedimento recomendado pelo Ministério da Justiça, através da CONAPA, que lançou as bases de atuação das atividades das Centrais, “o processo de trabalho da equipe técnica desta Central se enquadra numa prática psicossocial, no entanto, não se trata de medida social e sim de sanção penal”.

É importante ressaltar ainda, que as penas e medidas alternativas estão elencadas, de maneira taxativa, nas legislações pertinentes e são dirigidas às pessoas que apresentam, segundo critérios da própria lei, baixo nível de periculosidade, após análise de vários aspectos como antecedentes criminais, conduta social,

personalidade e grau de culpabilidade.

DINÂMICA DO TRABALHO (CEAPA-BA/ EX.: CAPITAL):**a) VEPMA (Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas)**

Após a autuação do processo de execução junto à VEPMA o cumpridor é remetido à CEAPA, antes de realizar-se a audiência admonitória na qual serão estabelecidos os termos e condições de cumprimento da pena/medida.

A primeira etapa do procedimento adotado pela CEAPA junto à Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas é a realização da entrevista psicossocial do corpo técnico (psicóloga e assistente social) com o cumpridor. Esta entrevista tem o objetivo de traçar um perfil geral acerca do mesmo e possibilitar a melhor escolha de instituição para o seu encaminhamento. Em seguida, é feito um estudo dos autos do processo e são analisados os aspectos jurídicos de cada caso. Essas duas etapas geram dois pareceres: Um parecer psicossocial e outro jurídico, nos quais consta a indicação da Instituição para o cumprimento de prestação pecuniária e/ou prestação de serviços à comunidade além de

ressalvas jurídicas, tais como prescrição, detração penal, alguns vícios materiais e/ou processuais que se configurem como questões de ordem pública. Ressalte-se ainda que as execuções que já estavam em curso perante essa Vara quando do início do trabalho em fevereiro de 2002 também passaram a ser objeto de acompanhamento desta Central, e foram gradativamente inseridas neste procedimento, com sua devida adequação.

No mesmo despacho em que é determinado o comparecimento do cumpridor à CEAPA, o Juiz designa data para a realização de audiência admonitória. Na citada audiência, comparece um representante desta Central munido dos citados pareceres que, após manifestação do Promotor e Defensor Público ou Advogado, são acolhidos ou não pelo Juiz. Nesta oportunidade ainda, são esclarecidas possíveis dúvidas do cumpridor.

Sendo acolhida a indicação de encaminhamento que consta nos pareceres da CEAPA, o(a) cumpridor(a) recebe a documentação necessária: Ficha de Encaminhamento para Prestação Pecuniária; Ficha de Encaminhamento para Prestação de Serviços à Comunidade; Relatório de Frequência de Prestação de Serviços à Comunidade.

Junto a esses documentos o

cumpridor recebe ainda material de apoio que visa esclarecer seus direitos e obrigações e tirar dúvidas acerca do cumprimento de sua pena/medida.

No primeiro mês o cumpridor deve trazer a ficha de encaminhamento (para Prestação Pecuniária ou Prestação de Serviços à Comunidade) e os comprovantes da doação (nota ou cupom fiscal e recibo da instituição) e/ou relatório de frequência do respectivo mês, que funciona, grosseiramente falando, como um “livro de ponto”, onde são anotados os horários e atividades exercidas pelo cumpridor, além de informações relevantes observadas pela instituição.

Nos demais meses, o cumpridor está obrigado a trazer os comprovantes de doação/relatórios de frequência de cada mês, ou conforme a periodicidade estabelecida em sentença. Ressalte-se que toda a documentação deve estar preenchida, carimbada e assinada pelo responsável da instituição. Ademais, o Setor de Serviço Social da CEAPA mantém contato regular com essas instituições, a fim de ter sempre informações atuais sobre a situação do cumpridor.

À medida que a CEAPA recebe os citados documentos ou quaisquer informações relevantes acerca do cumpridor, ofícios são redigidos e enviados ao Juízo competente, procedendo desta forma até o

cumprimento total ou eventual descumprimento da pena/medida.

A CEAPA identifica ainda, através da triagem dos processos da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas, possíveis casos de processos prescritos, pendentes de detração ou com extinção da punibilidade do agente por quaisquer razões, com vistas a sinalizar que medidas podem ser adotadas em cada caso, desde que tais informações possam ser reconhecidas de ofício pelo Juiz. A Central também acompanha os comparecimentos impostos como condição para sursis, através de uma Ficha de Comparecimento elaborada para atender às exigências da Lei de Execuções Penais.

b) Juizados Especiais Criminais

Os cumpridores são encaminhados à CEAPA através de ofício expedido pelo Juizado Especial Criminal, para cumprir alguma transação penal, que representa a maioria dos casos, para cumprir condições estabelecidas em suspensão condicional do processo ou para cumprir pena, resultante de condenação.

Ao chegar à CEAPA, munido do citado ofício, o cumpridor responde à entrevista psicossocial, e se for cumprir prestação de serviços à comunidade, é convidado a comparecer ao grupo de encaminhamento.

Caso tenha que cumprir prestação pecuniária, é imediatamente enca-

minhado, recebe a documentação necessária na própria entrevista e já pode dar início à doação. A partir daí, os procedimentos relacionados à entrega de documentos e fiscalização do cumprimento são os mesmos adotados após o encaminhamento na VEPMA.

c) Varas Federais

Com as Varas Criminais Especializadas Federais, o procedimento é diverso a depender da fase em que se encontre o processo judicial. Nalguns casos a pessoa comparece à CEAPA para realização de avaliação psicossocial antes da audiência na qual poderá haver proposta de suspensão condicional do processo. Feito o parecer, este é enviado a Juízo, com a sugestão da prestação de serviços à comunidade e/ou da prestação pecuniária, bem como da instituição a ser beneficiada. Tão logo seja realizada a audiência, acolhido o parecer da CEAPA, tem início o trabalho de acompanhamento. Em outros casos, o cumpridor chega à CEAPA depois da realização da audiência, com a pena ou medida alternativa já designada, cabendo à equipe desta Central proceder à avaliação psicossocial para posterior encaminhamento. Em ambos os casos, a partir do encaminhamento são adotadas as mesmas providências acima descritas com relação à fiscalização e acompanha-

mento do cumprimento, no entanto, nestes casos, o processo de execução ficará sob a competência da Seção de Execução da respectiva Vara Especializada Criminal Federal.

d) Varas Crime

O trabalho junto às Varas de Feitos Criminais, em regra, consiste no acompanhamento de condições de sursis ou suspensão condicional do processo. O cumpridor é enviado à CEAPA, através de ofício, para cumprir determinado período de prova, que será marcado apenas por comparecimentos periódicos ou por prestação de serviços à comunidade cumulada com tais comparecimentos. Nos dois casos é feita a entrevista psicossocial, porém, obviamente, só há encaminhamento quando uma PSC for imposta como condição.

Os comparecimentos são feitos na própria CEAPA, oportunidade em que o cumpridor responde um pequeno questionário, que visa colher informações sobre eventual mudança em suas atividades laborais e acerca do local onde possa ser encontrado. Caso haja um período de Prestação de Serviços como condição, os procedimentos de encaminhamento e fiscalização são os mesmos descritos nos tópicos anteriores.

DINÂMICAS DE TRABALHO

a) Visitas de Cadastramento

A Visita de Cadastramento é o primeiro contato feito pela equipe técnica e de estagiários da CEAPA com a Instituição que se pretende cadastrar. Esta visita tem o objetivo de conhecer os aspectos da estrutura física e organizacional, as ações e o seu reconhecimento na comunidade, bem como a regularidade da documentação legal (CNPJ e Título de Utilidade Pública Federal, Estadual ou Municipal) necessária. Geralmente o contato é mantido com o responsável pela instituição, e verificada a possibilidade de cadastramento, é entregue um material impresso sobre o projeto, preenchida a documentação e emitido um parecer indicando ou não a formalização da parceria. No caso de uma indicação positiva, posteriormente a instituição receberá o convite para a reunião de capacitação inicial.

Em síntese, os requisitos básicos que qualquer instituição deve preencher para ser inserida na rede social da CEAPA são os seguintes:

I. Regularidade de documentação legal (CNPJ e Título de Utilidade Pública Federal, Estadual ou Municipal);

II. Não ter fins lucrativos;

III. Comprometimento com a causa;

IV. Disponibilidade de um funcionário responsável pelo acompanhamento dos cumpridores (obviamente não é exigido um funcionário para desempenhar exclusivamente esta função).

b) Reunião de Capacitação Inicial

É realizada com as instituições recém cadastradas e tem por objetivos esclarecer e elucidar a função social da pena/medida alternativa bem como desmistificar a idéia de impunidade que lhe é atribuída, além de explicar minuciosamente todo o procedimento de trabalho.

Nesta oportunidade é reforçada a importância do trabalho da CEAPA e sua atuação num contexto de respeito aos direitos humanos. Os responsáveis pelas instituições são orientados quanto à forma de receber e acompanhar os cumpridores e ao preenchimento da documentação utilizada, seja de prestação de serviços à comunidade, que contabilizam as horas cumpridas, ou de prestação pecuniária, que controla as doações efetuadas. Ao final da reunião ocorre a assinatura do contrato de formalização da

parceria. Essa atividade é coordenada pelo Setor Social e seus respectivos estagiários, sem prejuízo da participação de estagiários de outros setores.

c) Visitas Institucionais

Representam um dos instrumentos mais eficazes na fiscalização das penas e medidas alternativas. As Visitas Institucionais ocorrem num momento em que a parceria entre CEAPA e Instituição já está em pleno exercício prático e visam ao acompanhamento dos cumpridores em atividade na própria instituição. São feitas periodicamente por equipe técnica e estagiários. Nelas são investigados aspectos do cumprimento da prestação de serviços à comunidade, como a regularidade das atividades desempenhadas, e discutidas questões que possam estreitar a relação de parceria. Nesta oportunidade também são esclarecidas dúvidas e verificados a organização da instituição, o tratamento dispensado aos cumpridores e o efetivo cumprimento da atividade para a qual o mesmo fora encaminhado.

d) Reuniões de Monitoramento Periódico

Também são realizadas com as Instituições já integrantes da Rede Social e permitem renovar as instruções

acerca do acompanhamento e cumprimento das penas e medidas alternativas. Neste encontro promovido pela CEAPA são transmitidas informações sobre mudanças nos formulários, nas formas de preenchimento, decisões judiciais e alterações de qualquer natureza que precisem ser passadas para as parceiras. São abordados, ainda, aspectos que dificultem ou favoreçam a manutenção da parceria. O Setor de Serviço Social é responsável por esta atividade. É importante observar também que, nesta oportunidade, o contato entre os responsáveis pelas instituições gera uma troca de experiências bastante salutar para o desenvolvimento do trabalho de cada um deles.

ACEAPA E O(A) CUMPRIDOR(A)

a) Entrevista Psicossocial

O primeiro contato que os Setores de Serviço Social e Psicológico têm com o cumpridor é através da Entrevista Psicossocial que se divide em duas etapas, a primeira feita por uma Assistente Social e a segunda por uma Psicóloga. Tal entrevista é obrigatoriamente realizada com todos os cumpridores que serão encaminhados para prestação de serviços à comunidade. Ela tem dois objetivos fundamentais: A escuta desses

cumpridores, favorecendo a expressão de sentimentos relacionados ao ato delituoso e uma avaliação que visa traçar o perfil de cada prestador, o que ajudará na adequação do seu encaminhamento. Acredita-se que a possibilidade do cumpridor falar sobre seus sentimentos, preocupações, medos, anseios, pode favorecer uma ressignificação do ato cometido e de suas consequências.

Sob o aspecto jurídico, trata-se de um procedimento de natureza administrativa, que não tem o objetivo de coletar provas ou modificar a situação jurídica do cumpridor em relação à pena/medida imposta, portanto, não está submetido ao princípio do contraditório. Ademais, as informações obtidas pelos técnicos de Psicologia e Serviço Social junto ao cumpridor são individuais e absolutamente sigilosas, pois seguem os mandamentos da ética profissional.

GRUPOS: ENCAMINHAMENTO E FECHAMENTO

a) Encaminhamento

Desde novembro de 2003 foi instituída uma reunião quinzenal com os cumpridores que seriam encaminhados para PSC (Prestação de Serviços à Comunidade), independente da origem do processo criminal.

Essa reunião se chama Grupo de Enca-

minhamento e visa fornecer informações sobre as instituições, orientar os cumpridores quanto à postura e atitude diante da instituição e das pessoas envolvidas (funcionários, responsáveis e público-alvo), bem como oferecer a possibilidade de conhecimento, troca de experiências e expectativas entre os beneficiários dessa pena restritiva de direitos.

A reunião é coordenada por uma psicóloga, que utiliza dinâmicas de grupo e vídeo ilustrativo, buscando despertar no cumpridor o sentimento de comprometimento e responsabilidade com a situação vivenciada e a pena/medida a cumprir.

Em média, o grupo é formado por 15 beneficiários e tem a duração de 2 (duas) horas. Neste momento são entregues a Ficha de Encaminhamento e o Relatório de Frequência do primeiro mês de PSC, que deverão ser apresentadas na Instituição pelo cumpridor.

O Setor Psicossocial da CEAPA vem observando que esse tem sido um momento muito proveitoso para todos os envolvidos, já que os questionamentos, expectativas, fantasias e preocupações dos cumpridores são expressados e trabalhados previamente ao início do cumprimento da pena/medida. Desta forma, são reduzidos o nível de ansiedade dos mesmos e a margem de erros de procedimento, que poderiam acarretar consequências não desejadas.

b) Fechamento

O atendimento individual ao cumpridor no término da prestação de serviço à comunidade sempre foi uma prática do Setor Social, com o objetivo de buscar na pessoa uma ressignificação da situação vivenciada. Visando aperfeiçoar esta prática e socializar os depoimentos dos cumpridores, o Setor de Psicologia reestruturou a atividade, a partir de Fevereiro de 2004, passando a atendê-los em grupo.

Este Grupo de Fechamento reúne os cumpridores que cumpriram totalmente a prestação de serviços à comunidade.

É um espaço de discussão onde são abordadas as implicações psicossociais e o processo de ressignificação da pena ou medida alternativa aplicada.

Os participantes falam sobre as atividades que desenvolveram e fazem uma troca de experiências muito positiva para seus crescimentos individuais.

Os psicólogos, juntamente com os estagiários de Psicologia, conduzem a reunião utilizando exercícios de dinâmica de grupo e estimulações verbais direcionados a identificar os sentimentos / reações evidenciados a respeito da PSC, as prováveis mudanças de comportamento após esta vivência, além de obter informações sobre a relação da Instituição

com o cumpridor e vice-versa.

Outro aspecto trabalhado na reunião de fechamento da PSC é a auto-estima dos cumpridores e a possibilidade de extrair dos acontecimentos da vida oportunidades de crescimento individual, além de reforçar o compromisso social de partilhar, com as pessoas próximas, oportunidades de aprendizagem.

c) *Entrevista Final*

A Entrevista Final é um procedimento adotado após o cumprimento total de cada prestação de serviços à comunidade. No momento em que o cumpridor traz o último relatório que comprova sua frequência na instituição é realizada esta entrevista, que visa traçar os aspectos positivos e negativos que envolveram o cumprimento da pena/medida na concepção do cumpridor.

As instituições que se encontram em condições de receber os cumpridores são visitadas, cadastradas e monitoradas pelas assistentes sociais e estagiários da CEAPA Salvador e interior, com o objetivo de estreitar os elos de interesses e obrigações que se fazem necessárias para a parceria. São realizadas reuniões periódicas, contatos telefônicos diários e visitas de toda natureza e sem agendamento, para serem dirimidas quaisquer dúvidas ou dificuldades em relação aos cumpridores, suas atividades ou doações que lhe foram impostas pelo judiciário. São ações

com vistas à emancipação dos processos de participação da sociedade civil e, portanto, o envolvimento direto da Rede Social.

São esclarecidas, sempre que necessárias, as condutas de preenchimento dos instrumentos comprobatórios das atividades realizadas pelos cumpridores, pois esses documentos farão parte do processo e serão peças fundamentais para os juízes acompanharem o cumprimento das suas deliberações.

De acordo com as regras de Tóquio, em sua Seção V, a função da vigilância é construtiva, não punitiva, e seu principal objetivo é reduzir os níveis de reincidência ao mínimo possível e ajudar assim a ressocialização e a reintegração do indivíduo.

Neste sentido o Programa de Penas e Medidas Alternativas do Estado da Bahia mais uma vez segue as orientações das Regras Mínimas de Tóquio, vez que busca, no fomento à aplicação das alternativas penais, a redução dos níveis de violência, com vistas a uma sociedade mais pacífica, utilizando-se de mecanismos punitivos mais proporcionais, eficazes e voltados para uma concepção de pena vinculada à educação e ressignificação do ato delituoso.

2.2.9. Respeito à diversidade

De acordo com as Regras de Tóquio, em sua Seção VI, que trata do

pessoal, transcrevemos o ponto 15.1: No recrutamento, ninguém pode ser objeto de uma discriminação fundada na raça, cor, sexo, idade, língua, religião, opiniões políticas ou outras, na origem nacional ou social, nos bens, no nascimento ou qualquer outro motivo. A política de recrutamento deverá ter em conta as políticas nacionais de ação em favor dos grupos desfavorecidos e a diversidade dos delinquentes colocados sob vigilância.

O artigo expressa o conceito de diversidade e é perfeitamente adequado à estrutura de formação, manutenção e interação que o Programa de Penas e Medidas Alternativas mantém com a sua Rede Social Parceira.

De fato, esta prima pelo respeito a este princípio tão importante no contexto dos Direitos Humanos, sendo que, atualmente, a Rede Social é formada por 201 instituições e contempla uma diversidade de entidades sem fins lucrativos e com destinação social, que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, idosos, pessoas portadoras de deficiência, portadores de HIV, dentre outras. Trata-se de ONG's, instituições do poder público estadual ou municipal, além daquelas de iniciativa religiosa (católica, espírita, protestante, holística ou de matriz africana) que desenvolvem diversificadas atividades, que facilitam o

encaminhamento do(a) cumpridor(a) de penas ou medidas alternativas.

A diversidade geográfica é algo também que se firma como uma necessidade de atenção do Programa, uma vez que a população está em todos os lugares e não apenas concentrada na Capital. O interior também aguarda, ansiosamente, por respostas que gerem maior consciência de coletividade na busca por justiça social. Nesse sentido, foi realizado um primeiro mapeamento do Estado da Bahia de forma a expandir a política pública de penas e medidas alternativas para o interior, com atenção à diversidade espacial-geográfica e diversidade cultural das regiões escolhidas para instalação dos 10 primeiros Núcleos.

2.2.10. Multidisciplinariedade

O trabalho da equipe multidisciplinar - advogado(a), psicóloga(o) e assistente social - consiste em conhecer a história de vida dos cumpridores(as), as condições psicossociais a que está exposto(a), a possibilidade de ressignificação do delito cometido, além do levantamento dos dados jurídicos da infração.

A identificação do perfil de cada cumpridor de penas e medidas alternativas, evidenciando suas habilidades pessoais e facilitando a sua adaptação/ajuste na sociedade, além de contribuir para o seu reconheci-

mento como ser humano, com direitos, com deveres e com garantias.

O trabalho realizado pela equipe multidisciplinar fortalece as características positivas dos indivíduos e preserva-os da convivência com infratores com alta periculosidade que pode influenciar a médio e longo prazo os infratores primários e que cometeram delitos leves e sem grave ameaça.

A equipe trabalha na perspectiva de punição da transgressão praticada, acolhe o infrator valorizando-o como cidadão, estimulando sua auto estima e despertando habilidades e aptidões que antes estavam adormecidas.

2.2.11. Considerações finais

Considerando que, no ano de 1986, o Instituto da Ásia e do Extremo Oriente editou o Projeto de Regras Mínimas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade, que foi recomendado pela Assembleia Geral da ONU em 1990, através da Resolução 45/110, quando então passou a ser chamado Regras de Tóquio. Tais regras demonstraram maior comprometimento com a reinserção social do “delinquente” e consolidaram o reconhecimento internacional de que as penas substitutivas à prisão constituem um meio muito mais eficaz de tratamento ao pro-

blema da criminalidade, na medida em que as restrições à liberdade só se justificam como última instância de proteção à segurança pública.

Neste sentido, as Regras de Tóquio se constituem, ao mesmo tempo, em instrumento de direitos humanos, justiça criminal e pacificação social, primando pelo diálogo com a proporcionalidade, a ponderação e o respeito ao sujeito, independentemente de estar na condição de infrator de regras, normas, e que esteja, até mesmo, encarcerado.

Esse instrumento legal internacional, do qual o Brasil é signatário, entra no ordenamento jurídico pátrio com força de Direito Constitucional e desta forma institui um parâmetro de constitucionalidade de nossas normas jurídicas e atuações públicas.

Para definir o nível de cumprimento da legislação federal, conforme essas normas, é necessário conhecer não apenas oriundas das Casas Legislativas Brasileiras, mas também os Tratados e disposições normativas internacionais que configuram o mínimo aceitável na regulação nacional de cada Estado, caso estejamos unidos, enquanto comunidade.

Portanto, inspiradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Regras de Tóquio convoca os Estados Membros das Organizações das Nações Unidas a implementarem e fomentarem as medidas e penas alternativas em seus respectivos sis-

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EXPERIÊNCIA

Nome: CEAPA - Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas - Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização

Endereço: 4ª Avenida nº 400 Plataforma VI Térreo - CAB

Cidade: Salvador | **UF:** BA | **CEP:** 41.645-002

Telefone (DDD): (71) 3115-8476 \ 8355

Email: andrea.mercia@seap.ba.gov.br

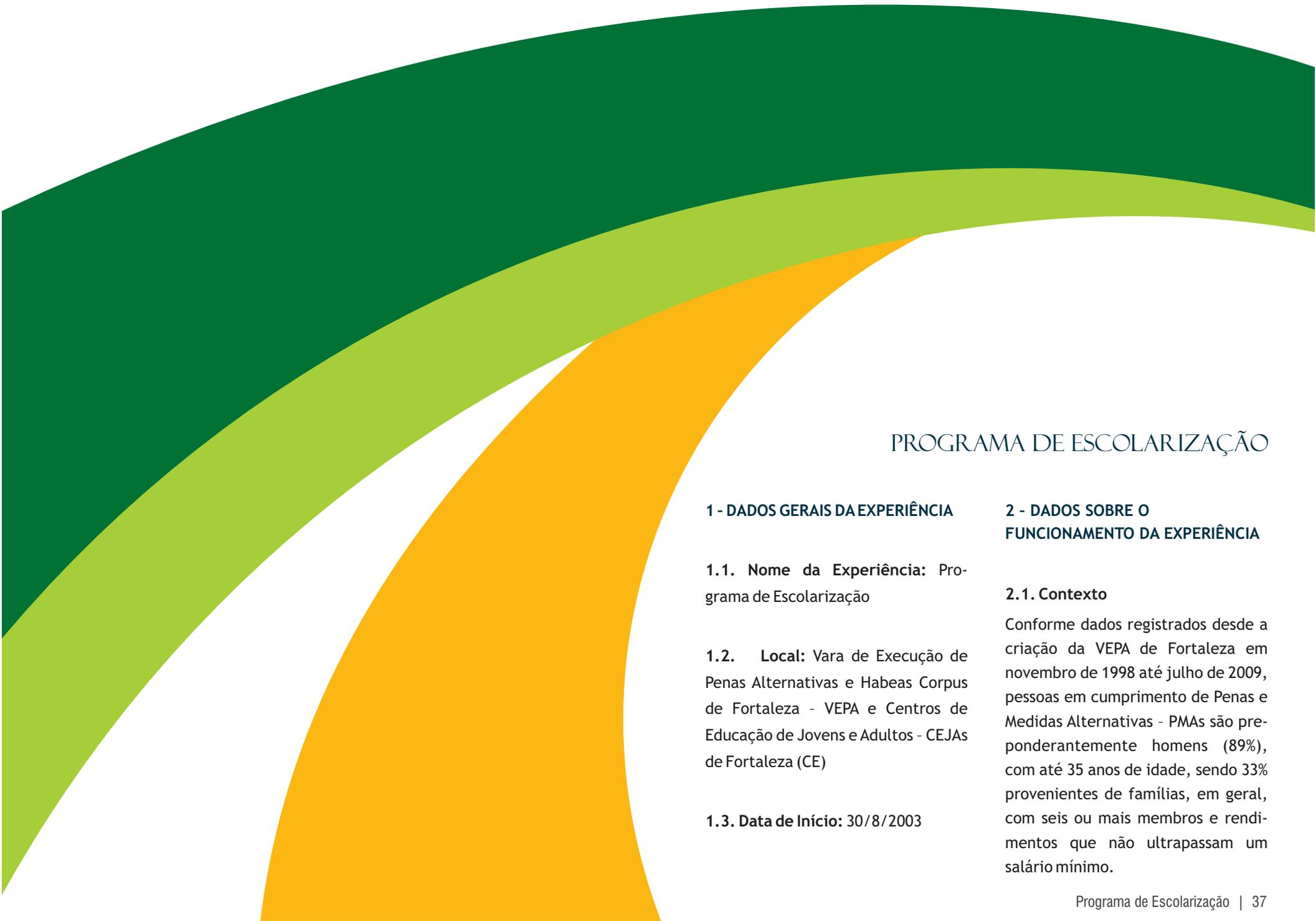
4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA CANDIDATURA DA EXPERIÊNCIA

Nome: Andréa Mércia de Araújo

Cargo ou Função na Instituição: Coordenadora

Telefones para contato (DDD): (71) 3115-8355

Email: andrea.mercia@seap.ba.gov.br



PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO

1 - DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome da Experiência: Programa de Escolarização

1.2. Local: Vara de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus de Fortaleza - VEPA e Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEJAs de Fortaleza (CE)

1.3. Data de Início: 30/8/2003

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Contexto

Conforme dados registrados desde a criação da VEPA de Fortaleza em novembro de 1998 até julho de 2009, pessoas em cumprimento de Penas e Medidas Alternativas - PMAs são preponderantemente homens (89%), com até 35 anos de idade, sendo 33% provenientes de famílias, em geral, com seis ou mais membros e rendimentos que não ultrapassam um salário mínimo.

A metade dos beneficiários não apresenta nenhuma atividade laboral por ocasião da entrevista, sendo que os que a tem, em sua prevalência, realizam atividades informais ou não sistemáticas (“bicos”, como servente de pedreiro, vendedores ambulantes, coletores de material para reciclagem ou “flanelinhas”). Da população, 62% não concluíram o Ensino Fundamental. A tais fatores agregam-se outros como: moradia irregular e uso nocivo ou dependente de drogas.

Cada vez mais, em especial nos meios urbanos, torna-se impraticável a convivência com o analfabetismo, condição apontada por 13% dos cumpridores de PMAs em Fortaleza. A este percentual, soma-se o analfabetismo funcional, que prepondera na quase totalidade daqueles que não conseguiram concluir o ensino fundamental.

Quanto à infração cometida prevalece para os apenados o delito de furto (35%), seguido dos delitos de trânsito (18%). Em se tratando das pessoas oriundas dos Juizados Especiais por transação penal, a prevalência é o consumo de drogas (34%).

Os dados apresentados demandam múltiplas intervenções através da constituição de ampla rede social, onde a realização de efetivas parcerias se impõe. Neste sentido, diversas foram as ações, porém dois projetos apresentam hoje maior relevância na VEPA de Fortaleza: o de Apoio ao

Adicto Jurisdicionado e o de Escolarização.

A Educação de Jovens e Adultos extrapola as questões educacionais per si, centram-se aqui também questões políticas, culturais e sociais. Isso porque a educação tem como missão explícita democratizar o conhecimento, mas como missão mais relevante, e muitas vezes esquecida, formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres como sujeitos ativos integrados a uma sociedade.

Coerentemente com a Constituição Federal, que em seu art. 206, institui como princípio a igualdade de acesso e permanência na escola, a atual Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9394/96) dispõe sobre a educação de jovens e adultos em seu Art. 37, assegurando em seu § 2º que: “O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.” O Plano Nacional de Educação, por seu turno, destaca a necessidade de se “implantar em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional”.

Não se pode esquecer também o caráter basilar da educação no processo de desenvolvimento de empregabilidade, bem como desta última

na inclusão social objetivada. A qualificação profissional, indispensável à inclusão no mercado de trabalho, ancora-se na escolarização.

Diante de tal conjuntura, a VEPA, após diversas tentativas, encontrou na Secretaria de Educação Básica do Ceará - SEDUC, em sua gestão de 2003, a sensibilidade e disponibilidade necessária a efetivação de parceria que viabiliza este programa.

2.2. Concepção

Frente à necessidade e contando-se com o parceiro adequado, surge a questão de como se efetuar o programa. A pena de Limitação de Fim de Semana- LFS demonstra-se conveniente para se associar a escolarização, mas brotam daí algumas questões: 1º - Como beneficiar a maior parte dos cumpridores de PMAs, que o fazem na forma de Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas - PSC? 2º - Como viabilizar para LFS aulas regulares para todos os cumpridores com diversos níveis de escolaridade? Como deslocar os beneficiários para uma única instituição nos fins de semana, consideradas as precárias condições econômicas dos mesmos e a dimensão territorial de Fortaleza?

As respostas foram gradativamente surgindo: 1º - Os nove Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) de Fortaleza passaram a

receber os cumpridores que se voluntariarem à proposta de escolarização, beneficiados também com a remição em suas penas de PSC na razão de 1/3 das horas presenciais despendidas em atividades educacionais; 2º - O CEJA Paulo Freire, frente à imediata aprovação de sua diretora, passa a receber os beneficiários em LFS, disponibilizando aos mesmos, aulas presenciais aos sábados (13 às 18 horas) e domingos (8 às 13 horas), dividindo-os em duas turmas com níveis distintos de conhecimentos; e 3º - Os cumpridores encaminhados ao CEJA Paulo Freire passam a receber vales-transportes para deslocamento, através de recursos obtidos nas penas de Prestação Pecuniária, ou de doações, envolvendo diversos parceiros para isto.

Em meio às dificuldades educacionais, outras se impõem: uso nocivo ou dependente de drogas, dificuldades habitacionais, documentação pessoal incompleta, outros problemas de saúde, etc. A maioria dos beneficiados inicialmente havia cometido delito de furto ou uso de drogas, vez que os apenados por delito de trânsito ou estelionato detinham melhores condições sociais e de escolaridade.

A nova Lei de Tóxicos (11.343/06) traz a pena de “Comparecimento em Curso ou Programa” (Art.28, inc. III) para aquele que portar droga para consumo próprio. Tais pessoas, inde-

pendentemente do uso de drogas, carecem, em sua maioria, de escolarização, vez que 51% não concluíram o ensino fundamental. Mediante avaliação psicológica, são encaminhados para diversas intervenções através do Programa de Apoio ao Adicto Jurisdicionado, coexistindo aí a possibilidade de escolarização nos CEJAs.

2.3. Objetivos

- a) Favorecer a inclusão social dos cumpridores de PMAs através do processo educativo;
- b) Resgatar a cidadania através do desenvolvimento de atividades participativas e da aquisição do conhecimento de seus direitos e deveres de cidadão;
- c) Valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social.

2.4. Metodologia

O encaminhamento para o Programa de Escolarização sempre se dá por adesão voluntária do beneficiário, sendo que a oportunidade é oferecida pelos técnicos da VEPA quando identificado carências nesse âmbito.

Os beneficiários encaminhados à pena de LFS junto ao CEJA Paulo Freire são avaliados por professores e encaminhados a turma adequada de

acordo com sua escolaridade. Suas frequências são acompanhadas com esmero por parte dos profissionais da referida instituição, bem como por parte da VEPA, que regularmente se faz presente por meio de uma oficiala de justiça e do Psicólogo.

Em relação aos beneficiários que estudam nos demais CEJAs e tem remição em suas penas, este acompanhamento é realizado de modo semelhante aos demais cumpridores de PSC, por meio de registros de frequências e visitas dos técnicos da VEPA.

2.5. Beneficiários

Pessoas em cumprimento de PMAs que não tenham concluído o ensino fundamental. Totalizam em dezembro de 2009 o número de 363 pessoas.

2.6. Atividades

No curso de sete anos, o programa contou com inovações e ajustes de acordo com as condições e contingências que se deram. Além de aulas, diversas iniciativas por parte, geralmente, dos próprios professores do CEJA-PF foram levadas a efeito com o objetivo de favorecer a inclusão social objetivada. Diversas palestras com temas correlatos à saúde, cida-

dania e Direitos Humanos proferidos por professores e convidados, fomentando reflexões, foram realizadas. A produção de embalagens para presentes desafiou mãos ásperas e calejadas da lida na construção civil ou na coleta de material reciclável. A elaboração de textos, festejada na produção de quatro livros (Criação da Casa, anos 2004, 2005, 2006 e 2007), concitou a participação de familiares. As datas, para muitos, nunca dantes lembradas, trazem reflexões sobre paternidade, fraternidade e comunhão, conjugada em meio a refeições coletivas, nestas ocasiões preparadas pelos próprios beneficiários. A prática de esportes aproxima a comunidade, que ocorre aos desafios da bola na quadra de futebol. A reciclagem não é somente de papel, transmutado em arte, mas de vidas transformando desafios e vicissitudes em vitórias.

2.7. Parceiros

A parceria primordial se dá por meio do convênio firmado em 2003 entre a VEPA e Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará, porém diversos outros parceiros eventuais transitaram pelo Programa no curso dos sete anos de sua efetivação. Dentre estes mister citar a Associação Cearense dos Magistrados, a Prefeitura de Fortaleza e a Secretaria de Tra-

balho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (concessão de vales-transportes), Liga de Direitos Humanos/NUCEPEC/UFC (organização da Conferência Livre de Segurança Pública), SESC (cursos profissionalizantes), Grupo - Amor Exigente, Alcoólicos Anônimos - AA e Narcóticos Anônimos - NA (palestras), além de diversas palestrantes que individualmente contribuíram com seus saberes.

2.8. Dificuldades (Desafios)

- a) Carência de professores no CEJA - Paulo Freire (informática e educação física);
- b) Carência de cursos profissionalizantes regulares;
- c) Beneficiários que trabalham ou realizam “bicos” nos fins de semana;
- d) Recaídas no uso de drogas;
- e) Carência de recurso perene para o fornecimento de meios de transporte

2.9. Descrição dos recursos

PESSOAL

- a) VEPA: cinco servidores e uma estagiária de Direito responsáveis pelos expedientes da Secretaria, dois oficiais de justiça, três assistentes sociais, dois psicólogos e uma estagiária

de Psicologia, além de um motorista disponibilizado.

b) O Psicólogo e uma oficiala de justiça fazem visitas regulares nos fins de semana.

c) CEJA Paulo Freire: uma coordenadora, três professores, cozinheira /merendeira, contando com o apoio da secretaria da escola.

d) Demais CEJAs: Equipes regulares de servidores da SEDUC.

MATERIAL

a) VEPA: Instalações adequadas com salas de atendimento individual e de grupo; Computadores e mobiliário adequado e veículo para atividades externas.

b) CEJA Paulo Freire: Escola regular com salas de aula, quadra de esporte, sala de informática e demais instalações. É disponibilizada alimentação aos beneficiários nos moldes da “merenda escolar”, vez que para os fins de semana se trata de aula presencial de ensino fundamental.

CUSTOS

a) O quadro de pessoal da VEPA e dos CEJAs é composto por funcionários públicos já em serviço nos seus respectivos órgãos.

b) Os custos operacionais de alimentação são considerados no orçamento geral destinado ao CEJA Paulo Freire.

c) O custo de transporte (em média 500 vales transporte/mês) é suprido por doações ou penas pecuniárias.

2.10. Descrição dos principais resultados

Por meio dos registros de encaminhamentos da VEPA constata-se que 402 pessoas foram beneficiadas com o Programa de Escolarização no período compreendido entre 30 de agosto de 2003 e 31 de dezembro de 2010.

No curso de seis anos, nenhum episódio de violência ocorreu nas dependências do CEJA-PF, a despeito da inexistência de policiais ali e da quase totalidade dos profissionais serem mulheres.

Atualmente 101 (cento e uma) pessoas estudam no CEJA Paulo Freire.

Dentre as pessoas acompanhadas conjuntamente através do Programa de Apoio ao Adicto Jurisdicionado o cumprimento exitoso é de 80%. Temos aí um grande sucesso, principalmente se considerarmos que estamos nos referindo primordialmente a dependentes químicos neste

caso.

Diversas pessoas continuaram seus estudos nos CEJAs após concluídas suas PMAs.

2.11. Outras informações

O CEJA Paulo Freire abrigou em 18 de abril de 2009 a Conferência Livre: “Penas Alternativas - Construindo uma Política Nacional de Segurança Pública com Cidadania”. A metodologia implementada buscou assegurar a livre manifestação por parte dos 53 beneficiários participantes, o que implicava que profissionais da VEPA e do CEJA-PF que os acompanhavam, não participassem dos debates e reflexões coletivas, cabendo a estes apenas atribuições de apoio. Para o papel de facilitadores contou-se com membros da LIGA de Direitos Humanos, projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará, previamente capacitados por técnicos da VEPA.

Os beneficiários participaram ativamente expondo suas angústias, descontentamentos, criticando e elogiando muitos pontos. Em relação às PMAs foram apontados diversos aspectos, notadamente o valor do cumprimento da pena em liberdade. As consequências da prisão são entendidas como danosas e sem qualquer efeito positivo. Já as penas alterna-

tivas proporcionam ao sujeito, dentre outras possibilidades de crescimento, a oportunidade de voltar a estudar, o que para muitos se traduz em alfabetização.

Mister destacar a riqueza da discussão desses temas por estes indivíduos, compartilhando experiências, opiniões, concordando e discordando, escolhendo e votando, enfim, resignificando para si e para os outros dialeticamente a sua identidade.

A Conferência Livre pode levantar considerações importantes, bem como deflagrar reflexões sobre a realidade social desses sujeitos, que mesmo pagando suas dívidas com a sociedade ainda são discriminados e diariamente recondenados por seus delitos. Fica também como saldo a possibilidade de aprimoramento nas ações locais voltadas a inclusão social de tais beneficiários.

O Programa de Escolarização em curso realizado pelo convênio VEPA/SEDUC representa uma das principais inovações na execução de PMAs em Fortaleza. Mais que recursos econômicos, a ação demanda criatividade e compromisso de seus agentes e uma inalienável crença nos seres humanos. A escolarização soma-se a outras ações por meio de uma rede social compromissada a partir da efetivação de verdadeiras parcerias, onde a liberdade de

adesão e o respeito interinstitucional mútuo é tônica reinante.

Em 2010 foi implementado o Projeto Cidadania e Cultura de Paz com o objetivo de possibilitar aos cumpridores de PMAs em escolarização, por meio de Círculos de Cultura, reflexões sobre cidadania, direitos humanos e cultura de paz. O Projeto foi efetivado através de parcerias envolvendo a Liga de Direitos Humanos da UFC, Centro de Valorição da Vida (CVV), Brahma Kumaris, Alcoólicos Anônimos - AA, Narcóticos Anônimos - NA, NARANON, Secretaria de Saúde de Fortaleza e SOS Computadores.

Os resultados atuais são bastante animadores, apesar das múltiplas dificuldades enfrentadas. Os debates

e proposições resultantes da Conferência Livre denotam a prevalência de diretrizes embasadas em reflexão crítica da realidade circundante. Se carecemos atualmente de melhores meios para verificar o impacto deste projeto na vida das pessoas que por ele transitam, os indicadores já são suficientemente positivos para justificar sua manutenção e fortalecimento através de ações diversas afinal:

*Onde quer que haja mulheres
e homens, há sempre o que fazer.*

*Há sempre o que ensinar,
há sempre o que aprender.*

■ (Paulo Freire, 1996)

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EXPERIÊNCIA

Nome: Vara Especializada de Execução de Penas Alternativas e Hábeas Corpus

Endereço: Av. Desembargador Floriano Benevides 220 Bairro Água Fria - Fórum Clóvis Beviláqua

Cidade: Fortaleza | **UF:** CE | **CEP:** 60811-690

Telefone (DDD): (85) 3492-8770

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA CANDIDATURA DA EXPERIÊNCIA

Nome: Maria das Graças Almeida de Quental

Cargo ou Função na Instituição: Juíza de Direito

Telefones para contato (DDD): (85) 3492-8770

Email: gracaquental@globo.com; maria.quental@tjce.jus.br



PROJETO DE PROTEÇÃO INTEGRAL À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR - PROJETO SEMPREVIVA

1 - DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome da Experiência:

Projeto Sempre Viva de Proteção Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

1.2. Local:

Ceilândia/DF

1.3. Data de Início:

7/12/2007

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Descrição do contexto ou da situação que motivou a realização desta experiência

Desde os primeiros contatos com a prática corrente nos Juizados Especiais Criminais do Distrito Federal, ainda em 2003, tomamos contato com o elevado número de casos de violência doméstica e familiar levados a essa esfera do Sistema

de Justiça Criminal. Nos anos de 2004 e 2005 passamos, então, a realizar o mapeamento da situação na cidade de Brazlândia/DF¹. A partir dos dados obtidos, que confirmavam nossa primeira impressão no sentido de que a maior demanda era relacionada a conflitos entre pessoas que desfrutavam de convivência íntima/familiar, o Conselho de Pesquisadores do Ministério Público do Distrito Federal, então coordenado pela Central de Medidas Alternativas (CEMA), em parceria com a Universidade Católica de Brasília e a Escola Superior do Ministério Público da União, realizou pesquisa quali-quantitativa junto aos Juizados de outras duas cidades do Distrito Federal: Ceilândia e Samambaia². Novamente os dados não deixaram dúvidas: a violência doméstica respondia pela maior parte da demanda. O resultado da pesquisa apontou, ainda, para uma aparente ineficácia do modelo tradicional de intervenção penal (denúncia, processo, sentença). Nas falas dos profissionais envolvidos e das

mulheres em situação de violência verificou-se o anseio para uma atuação da Justiça Criminal voltada para as transformações sociais, com ênfase na abordagem multidisciplinar do conflito.

O problema a ser enfrentado era a violência doméstica, cujas características em Ceilândia/DF não divergiam muito das encontradas em outras cidades brasileiras³: autores e vítimas jovens em convivência íntima duradoura (1 ano ou mais), com filhos vitimizados secundariamente, alto índice de recorrência do autor no mesmo tipo de violência e de renúncia da vítima ao processo criminal tradicional como forma de responsabilização do autor. O atendimento multidisciplinar acontecia em menos de 2% dos casos levados ao Sistema de Justiça Criminal e os profissionais (juízes e promotores) apresentavam um alto grau de perplexidade diante dos casos, evidenciando certa dificuldade na abordagem de conflitos complexos atravessados por questões de gênero. As partes geralmente residiam em bairros com maior vul-

¹- MORATO, Alessandra Campos. *A violência Doméstica contra a Mulher e o Sistema de Justiça Criminal - Estudos junto ao Juizado Especial Criminal de Brazlândia/DF, 2006, mimeo.*

²- MORATO, Alessandra Campos ; SANTOS, C. ; RAMOS, M.E.C. ; LIMA, Suzana Canez da Cruz . *Análise da relação sistema de justiça criminal e violência doméstica contra a mulher. 1ª. ed. Brasília: ESMPU, 2009. v. 1. 110 p.*

³- IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2004.*

nerabilidade social e a violência recorrente praticada na presença dos filhos, chamada “violência transgeracional”, implicava no aprendizado da violência pelas crianças como forma de enfrentamento do conflito. Essa violência se refletia também nas escolas e, em maior escala, nos demais espaços públicos, ajudando a explicar por que Ceilândia apresentava um dos maiores índices de criminalidade do Distrito Federal.

2.2. Descrição da experiência

A violência doméstica é um fenômeno complexo e como tal deve ser abordado. O Direito Penal tradicional tem sua atuação centrada no fato e na responsabilização do seu autor (denúncia, processo, sentença). Não há uma preocupação com a compreensão do conflito que originou a infração penal. O Projeto é uma alternativa a essa abordagem tradicional porque olha não só para o fato imputado como criminoso, mas para a história de vida dos envolvidos, os fatores que desencadearam os conflitos, o impacto que a infração penal causou na vida das partes e de seus familiares, construindo e refletindo com eles formas alternativas de enfrentar conflitos futuros: a construção de uma sociabilidade baseada no diálogo e não mais na violência.

A experiência foi concebida a partir das pesquisas mapeadoras acima

referidas com o objetivo de buscar alternativas para o enfrentamento da violência doméstica, Medidas Alternativas que assegurassem maior proteção às famílias envolvidas e maior eficácia da intervenção estatal, respeitando as garantias mínimas do infrator penal, tais como:

- a) Sensibilização dos profissionais envolvidos para as questões de gênero e a complexidade do fenômeno da violência doméstica;
- b) Adequação da rotina procedimental das promotorias e varas objetivando a imediata interrupção do ciclo de violência com o menor impacto possível na vida dos envolvidos e de seus familiares;
- c) Ampliação do acesso das partes à assistência jurídica e psicossocial;
- d) Fortalecimento da rede local e sua integração às redes distrital e nacional de enfrentamento da violência doméstica;

Inicialmente coube à Secretaria Executiva de Medidas Alternativas (SEMA) mapear a rede local de atendimento. Verificou-se que existiam vários serviços que poderiam ser colocados à disposição dos envolvidos, porém, faltava integração entre esses serviços, de modo que um não sabia o que o outro podia oferecer, dificultando os encaminhamentos e fazendo com que fossem subaproveitados. A CEMA e as promotorias envolvidas iniciaram, então, uma série de fóruns e reuniões com a rede

local fomentando o diálogo e a troca de informações, procurando criar uma rotina de intercomunicação. O Ministério Público local assinou termos de cooperação com diversas instituições governamentais e não governamentais visando trazer serviços especializados em gênero e violência doméstica para Ceilândia, evitando que as partes tivessem que se deslocar para outros locais para atendimento. Nas reuniões com os Núcleos de Práticas das Instituições de Ensino de Direito, Psicologia e Serviço Social, os promotores procuravam sensibilizar para a criação de tais serviços especializados, além de formar parcerias com a Coordenação para Assuntos da Mulher - CAM/SEJUS/GDF e com o Serviço Psicossocial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, órgãos que desenvolvem programas específicos na matéria.

2.2.1. Mas, afinal, o que é o Projeto SempreViva?

O Projeto SempreViva é uma iniciativa da Promotoria de Justiça Especial Criminal de Ceilândia e do Setor de Medidas Alternativas local (SeMA/CEMA), com o objetivo de garantir a proteção integral à mulher em situação de violência doméstica nesta cidade mediante um conjunto articulado de ações conforme previsto na Lei nº 11.340/2006, conhecida

por Lei Maria da Penha: Art. 8º - A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação; [...].

2.2.2. O que se entende por proteção integral?

São ações desenvolvidas por profissionais de diversas áreas com o objetivo comum de reduzir a violência dentro das relações domésticas promovendo o resgate da auto-estima, autonomia e capacidade de diálogo entre os envolvidos no conflito, colaborando, ainda, para diminuir a incidência da chamada violência transgeracional (aprendizado da violência por parte das crianças que vivenciam essa experiência em razão do conflito entre os pais).

2.2.3. Quais as principais ações previstas no projeto?

O projeto iniciou com três ações básicas, quais sejam, a assistência

jurídica às mulheres em situação de violência, o apoio psicossocial a todo núcleo familiar em situação de violência e o fortalecimento da rede local de proteção.

2.2.4. Como ocorre essa intervenção multidisciplinar?

A intervenção da Justiça Criminal - Quando a mulher registra ocorrência na delegacia é elaborado um pedido de medida protetiva (MPU) que é enviado ao Juiz dentro de até 48 horas do fato. Ao receber o pedido o Juiz decide sobre as medidas a serem deferidas de imediato e designa audiência para oitiva informal dos envolvidos, objetivando trazer as partes o mais rápido possível a sua presença. Acredita-se que essa designação imediata de audiência, aliada à decisão liminar sobre as protetivas, tem o condão de interromper o ciclo de violência com o menor impacto possível na vida das famílias, uma vez que as decisões sobre as medidas são tomadas (ou revistas, no caso dos deferimentos liminares) em conjunto, numa audiência na qual estão presentes as partes e seus respectivos advogados, o Juiz, o Promotor e o profissional do Serviço Psicossocial do TJDF. Mesmo antes da referida audiência, assim que o Ministério Público toma conhecimento do fato, as partes são notificadas e encaminhadas aos Núcleos de Práticas das Universidades parceiras, ao Conselho dos Direitos da Mulher ou aos demais

integrantes da rede local, conforme o caso, para atendimento multidisciplinar. No SeMA/MPDFT são feitos cadastro, entrevista e demais. No caso da vítima, o acolhimento inicial do SeMA busca identificar os fatores de risco e as necessidades da família para que seja definido o tipo de atendimento mais eficaz. No caso do autor, busca-se, além dos esclarecimentos acima, refletir com ele sobre responsabilização por seus atos e alternativas para que os episódios de violência não se repitam.

O atendimento psicológico - Os grupos de homens e de mulheres coordenados pelas instituições parceiras têm como principal foco a interrupção do ciclo da violência que se estabeleceu na relação, sem olvidar a responsabilização do(a) autor(a) pelos atos de violência cometidos e apoio especializado para suporte à vítima. Busca-se o empoderamento, por meio do desenvolvimento da compreensão do fenômeno e resgate da capacidade de diálogo e da auto-estima, focalizando a dinâmica conjugal em si, a vida a dois, auxiliando identificar as responsabilidades de cada um pela ocorrência da violência.

O atendimento jurídico - Verificou-se que a mulher que chegava ao sistema de justiça criminal já apresentava histórico de violação de direitos garantidos por outras áreas do direito que, por não terem sido acionados corretamente, acabaram culminan-

do em crimes e contravenções penais. Assim, dentro da perspectiva do projeto, o atendimento jurídico relacionado a esclarecimentos sobre ações cíveis, tais como, divórcio, separação consensual, partilha de bens, guarda dos filhos, pensão alimentícia, etc., muitas vezes basta para interromper o ciclo de violência e é muito mais eficaz e menos violento do que a resposta penal tradicional.

O atendimento social - As partes e suas famílias recebem atendimento social e encaminhamentos para a Rede Social Pública (CRASS/CREAS), possibilitando que as famílias sejam inseridas nos programas sociais do Governo que minimizam a situação de violência estrutural a que estão submetidas. Além disso, há o mapeamento e encaminhamento para as áreas de Saúde - consultas, cirurgias, etc.; e Educação - escolas, creches, cursos profissionalizantes, etc... Em parceria com o Sistema Único de Saúde há o encaminhamento para consultas, cirurgias (laqueadura e outras), programas de controle de natalidade, medicamentos, etc.

2.2.5. Quais são os órgãos /instituições já envolvidos no projeto?

O fortalecimento das redes locais, bem como a integração destas às

redes distrital e nacional, é tarefa de responsabilidade da CEMA/MPDFT, através do SISDEV/VD e do SeMA local. A assistência jurídica às mulheres em situação de violência é prestada principalmente pela Coordenação para Assuntos da Mulher - CAM/SEJUS/GDF e dos Núcleos de Práticas Jurídicas da Universidade de Brasília (Ceilândia) e do IESB, dentro de projetos próprios daquelas instituições de ensino, com ênfase na formação de profissionais capacitados para as questões de gênero. O apoio psicossocial é prestado principalmente pelos Núcleos de Práticas de Psicologia do IESB, da Universidade Católica de Brasília, da Universidade de Brasília e pela Coordenação para Assuntos da Mulher - CAM/SEJUS/GDF, sem prejuízo do trabalho feito pelo SEPSI - Secretaria Psicossocial Forense/TJDFT.

Desde a implantação do projeto já foram atendidos 155⁴(2007), 190 (2008), 455 (2009) casos conforme relatórios do SeMA/MPDFT. Os atendimentos psicossociais de acordo com Relatórios Técnicos emitidos⁵ foram 41 (2007), 158 (2008) e 212 (2009), estimando-se que o triplo de tais atendimentos tenham ocorrido pelas demais instituições parceiras, atendimentos estes oriundos de encaminhamentos feitos diretamen-

⁴- 2007 refere-se apenas ao 2º semestre

⁵- 2007 refere-se apenas ao 2º semestre

te pelo promotor de justiça, pelo juiz ou pelos advogados, psicólogos e assistentes sociais presentes nas audiências, sem a prévia intervenção do SeMA/MPDFT. A fim de mapear e quantificar tais atendimentos estamos realizando nova pesquisa em parceria com a UCB e ESMPU.

2.2.6. Quais os fatores de sucesso da prática?

O comprometimento e o alto grau de responsabilidade dos profissionais envolvidos, a disponibilidade de tempo e dedicação, o grande número de atendimentos já realizados, o sucesso das intervenções.

2.2.7. Quais as dificuldades encontradas?

A princípio a disponibilização do espaço físico, devido ao aumento no número de instituições que manifestam interesse na parceria.

2.3. Descrição dos Recursos

O projeto apresenta alto grau de sustentabilidade uma vez que seu principal motor é a mobilização e articulação de órgãos e instituições especializados em gênero e violência doméstica. Cada parceiro arca com suas próprias despesas oriundas da intervenção que lhe cabe. A disponi-

bilização de espaço físico para os atendimentos, feita pela Promotoria e pelo Tribunal de Justiça, favorece o acesso rápido da população, mas não é considerada imprescindível, uma vez que cada parceiro, a médio e longo prazo se estrutura para tanto. Atualmente o Projeto estimula o desenvolvimento de:

a) Grupos de discussão e reflexão sobre gênero e violência:

I. 2007 (2º Sem.): 01 Grupo de Casais (IESB), Atendimento Individual de Casais (IESB) e Faculdade Alvorada), 01 Grupo de Homens e 01 Grupo de Mulheres (CDM).

II. 2008 (1º Sem.): 01 Grupo de Homens e 01 Grupo de Mulheres (IESB), 01 Grupo de Homens e 01 Grupo de Mulheres (UCB), 01 Grupo Misto de Reflexão e Acompanhamento (SERAV), 01 Grupo de Maus-Tratos (USB), 01 Grupo de Homens e 01 Grupo de Mulheres (CAM - antigo CDM);

III. 2008 (2º Sem.): 02 Grupos de Homens e 02 Grupos de Mulheres (UCB), 01 Grupo de Maus-Tratos (UCB), 01 Grupo de Homens e 01 Grupo de Mulheres (CAM-antigo CDM);

IV. 2009 (1º Sem.): 03 Grupos de Homens e 02 Grupos de Mulheres (UCB), 02 Grupos de Maus-Tratos (UCB), 01 Grupo de Homens e 01 Grupo de Mulheres (CAM-antigo

CDM);

V. 2009 (2º Sem.): 02 Grupos de Homens e 02 Grupos de Mulheres (UCB), 01 Grupo de Maus-Tratos (UCB), 01 Grupo de Homens e 01 Grupo de Mulheres (CAM-antigo CDM), Relatório de Avaliação de Risco-PréAudiências (IESB);

Todo trabalho realizado, sem prejuízo dos grupos e intervenções sob responsabilidade do Serviço Psicossocial do TJDF.

b) Clínicas de atendimento individual: Centro de Atendimento à Mulher-CAM do IESB/Ceilândia, Centro de Formação em Psicologia Aplicada-CEPFA da UCB, Centro de Formação de Psicólogos-CENFOR do UniCEUB, Projeto Margarida do HRAN e Projeto Violeta do HRAS.

c) atendimentos em grupos de terapia comunitária: Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes-CEAV, Programa de Prevenção de Acidentes e Violência do SUS e demais Grupos de Terapia Comunitárias.

d) Escritórios de atendimento jurídico cível e criminal: NPJ/UNB, NPJ/IESB, NPJ/UniCEUB, NPJ/FACITEC, NPJ/UNIEURO e Defensoria Pública.

2.4. Descrição dos principais resultados

Na cidade de Ceilândia/DF, o número de acompanhamentos psicossociais saltou de menos de 2% do total de

casos para cerca de 54% logo no primeiro ano de implantação do projeto (dados do SeMA/MPDFT). Houve o fortalecimento da rede local de atenção à mulher em situação de violência e sua maior conexão com a rede distrital com reuniões mensais da Rede Social de Ceilândia, Rede Intersetorial de Enfrentamento à Violência e Movimento Pró-CAPS.

Como instrumentos de monitoramento/avaliação o Projeto utiliza a pesquisa empírica, além dos instrumentais Relatório de Acolhimento e Avaliação de Risco (vítima), Relatório de Acolhimento e Investigação Social RA-VD (agressor), Relatório de Avaliação Final-RAF (agressor e vítima).

2.5. Outras informações

Acreditamos que o Projeto inova porque é uma alternativa à abordagem tradicional da violência doméstica. Isto porque olha não só para o fato imputado como criminoso, mas para a história de vida dos envolvidos, os fatores que desencadearam os conflitos, o impacto que a infração penal causou na vida das partes e de seus familiares, construindo e refletindo com eles formas alternativas de enfrentar conflitos futuros: a construção de uma sociabilidade baseada no diálogo e não mais na violência. A inovação surge também diante da

proposta de uma atuação pró ativa do Ministério Público como agente fomentador de políticas públicas, de uma integração maior da comunidade e da sociedade civil na administração da justiça penal, em atenção às Regras de Tóquio.

O projeto aposta na criatividade e respeito à diversidade, na medida em que não só aceita, como fomenta, a multiplicidade de abordagens, sem olvidar de princípios mínimos orientadores, ou seja, cada parceiro tem a liberdade de apresentar e testar sua proposta de intervenção.

O projeto é facilmente replicável, bastando que haja interesse e disponibilidade dos profissionais interessados em realizar a mobilização e articulação da forma ora proposta.

O projeto alia prática com pesquisa, possuindo instrumentais de acompanhamento, monitoramento e avaliação contínuos.

O projeto integra o Projeto Política de Atuação - PPA da Procuradoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, portanto, reconhecido institucionalmente como uma boa prática a ser replicada.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EXPERIÊNCIA

Nome: Promotoria de Justiça de Ceilândia/MPDFT

Endereço: QNN 11 Área Especial n.º 1 Ed. Fórum de Ceilândia - sala 106 - Ministério Público

Cidade: Ceilândia | **UF:** DF | **CEP:** 72.225-110

Telefones: (61) 3471.8352

Email: ca-ceilandia@mpdft.gov.br;
sema-ceilandia@mpdft.gov.br; projetosempreviva@mpdft.gov.br

Site: www.mpdft.gov.br/sempreviva

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA CANDIDATURA DA EXPERIÊNCIA

Nome: Maria do Socorro Alves Silva

Cargo ou Função na Instituição: Chefe do Setor de Apoio a Medidas Alternativas de Ceilândia

Telefones para contato (DDD): (61) 3471-8352

Email: projetosempreviva@mpdft.gov.br;
mariaa@mpdft.gov.br

PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO E AO DEPENDENTE DE DROGAS

“Talvez o caminho seja mais árduo. A fantasia é sempre mais fácil e mais cômoda. Com certeza é mais simples para os pais de um menino drogado culpar o fantasma do traficante, que supostamente induziu seu filho ao vício, do que perceber e tratar dos conflitos familiares latentes que, mais provavelmente, motivaram o vício. Como, certamente, é mais simples para a sociedade permitir a desapropriação do conflito e transferi-lo para o Estado, esperando a enganosamente salvadora intervenção do sistema penal.”

■ (Maria Lucia Karam - *De Crimes, Penas e Fantasias*, Rio de Janeiro: LUAM, 1991, p. 67).

1 - DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome: Programa de atendimento ao usuário e ao dependente de drogas

1.2. Local: Parceria entre as Promotorias Especiais Criminais de Brasília, Setor de Apoio e Medidas Alternativas de Brasília II e Hospital

1.3.Data de Início: 8/2007**2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA****2.1. Intervenção psicossocial junto aos usuários de drogas, face às alterações implementadas pela Lei 11.343/06**

Tendo em vista as mudanças trazidas pela Lei 11.343/06, quais sejam:

- a) Abandono do sistema repressivo puro e adoção de um sistema terapêutico/restaurador, no intuito de evitar a estigmatização jurídica, processual e social do autor do fato, o qual, nos termos do Art. 22 Inc. III, tem direito a um projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais à saúde ;
- b) Ao usuário (eventual, dependente ou crônico): a lei tem uma abordagem mais terapêutica do que repressiva, já que as medidas alternativas arroladas no art. 28, Incs. I, II e III inauguram um sistema restaurativo e redutor de danos. O usuário não é mais preso. É conduzido à delegacia de polícia e, depois, encaminhado para audiência imediata no Juizado Especial Criminal;

A 1ª e 2ª Promotorias de Justiça

Especiais Criminais de Brasília firmaram parceria com o Hospital Universitário de Brasília - HUB/UnB, a fim de viabilizar a desconstrução da representação social acerca do usuário de drogas e a compreensão do importante papel do Ministério Público como elo entre a justiça e a saúde.

2.2. Procedimentos em audiência

a) O Ministério Público encaminha o autor do fato ao Programa de Atendimento ao Usuário e ao Dependente de Drogas (transação penal, suspensão informal ou suspensão condicional do processo) para participar de intervenções psicossociais onde a questão do uso de drogas é tratada sobre diversas perspectivas, sem o viés estritamente punitivo que anteriormente se emprestava ao tema.

b) No caso de encaminhamento em decorrência de transação penal, a proposta ofertada tem dupla natureza:

I. Prestação de Serviços à comunidade no Hospital Universitário de Brasília, totalizando 8 (oito) horas;

II. Medida educativa de comparecimento a Programa de Intervenção Psicossocial ministrada pela equipe do PAA/HUB, compreendida por 3 (três) intervenções, totalizando 8 (oito) horas e uma intervenção indivi-

dual com o objetivo de avaliar se o autor deverá continuar com acompanhamento psicossocial e/ou tratamento ambulatorial no Hospital Universitário de Brasília;

2.3. Procedimentos nos cartórios das Varas dos Juizados Especiais Criminais

Após a audiência o autor comparece à Secretaria do Cartório para escolha do grupo de intervenção psicossocial (manhã ou noite) e recebimento do ofício de encaminhamento ao HUB, no qual constam data, horário e local dos encontros.

2.4. Procedimentos do setor de apoio às Medidas Alternativas

a) O Setor de Medidas Alternativas faz o acolhimento do autor, anotando em formulário próprio, nome, telefone e número do processo, bem como esclarece a metodologia utilizada nas intervenções e os objetivos a serem alcançados;

b) Em data próxima ao evento promove contato com os autores, cientificando-os novamente das datas, horário e local dos encontros;

c) Prepara a folha de frequência e certificados para encaminhamento ao Sead/HUB;

d) Após o término dos encontros, encaminha aos respectivos Cartórios, os certificados de participação no evento.

2.4. Procedimentos no SEAD/HUB

a) Recepção dos autores e organização dos grupos;

b) Controle de assinaturas na folha de frequência;

c) Triagem dos autores que necessitam de atendimento individualizado e, se for o caso, encaminhamento a tratamento ambulatorial;

d) Realização da intervenção psicossocial, conforme cronogramas previamente elaborados, totalizando 3 (três) encontros em grupo e 1 (um) individual;

e) Entrega dos certificados aos participantes e encaminhamento da 2ª via ao Sema, juntamente com a folha de frequência.

2.5. Objetivos da intervenção

As intervenções realizadas pela equipe do SEAD-HUB não configuram tratamento médico forçado, é apenas o primeiro passo, dentro do modelo terapêutico de redução de danos, expressamente adotado pela Lei nº 11.343/2006, na tentativa de se definir um tratamento individuali-

zado ao usuário e ao dependente de drogas e respectivos familiares, orientado para a inclusão social, resgate de qualidade de vida e redução de riscos e de danos sociais e à saúde sempre associados ao uso de drogas. As abordagens são realizadas por profissionais de diversas áreas do conhecimento, com o escopo de reduzir os fatores de vulnerabilidade e risco a que está exposto o usuário e o dependente de droga, bem como, de criar uma rede de proteção ao indivíduo, fortalecendo sua autonomia e sua auto-estima.

- a) Permitir uma ação de promoção da saúde, visando produzir mudanças positivas e aproveitando o ato de corte produzido pela intervenção judicial na situação de transgressão, por uso de drogas;
- b) Promover a reflexão sobre as mudanças legais propostas pela nova lei, bem como as alterações nas práticas jurídicas e de saúde;
- c) Dar início à construção de uma estratégia de tratamento/ acompanhamento terapêutico com a plena participação do usuário.
- d) Produzir informações e estudos que possam subsidiar o planejamento e o desenvolvimento das intervenções realizadas de forma conjunta com o judiciário;

e) Atender as demandas relativas ao consumo de drogas originadas pelo sistema judicial;

f) Viabilizar o desenvolvimento de ações educativas acerca dos prejuízos pessoais e sociais do consumo de substâncias psicoativas;

g) Informar e discutir sobre as questões que envolvem a problemática do consumo de álcool e outras drogas;

h) Buscar a promoção da saúde por meio de atividades criativas com os jurisdicionados.

2.6. Conteúdo das intervenções

a) Conscientização dos usuários acerca dos riscos decorrentes do uso de drogas;

b) Audiência compreendida como recurso:

I. Reconhecimento de uma ação individual de caráter coletivo, fundamentada em princípios humanizantes;

II. Oportunizar o diálogo para perceber que mudar o percurso é possível;

III. Realizar uma leitura da demanda, a partir da compreensão de que existe um pedido de ajuda;

IV. Reflexão acerca do consumo de drogas, contribuindo para a não banalização do tipo penal;

V. Elaboração da relação individual com a droga;

VI. Responsabilização dos usuários, em contraponto ao lugar de vítima da sociedade ou da justiça;

VII. Possibilidade de dar continuidade ao tratamento ambulatorial sem necessariamente ocorrer a internação;

VIII. Prestação de Serviços à comunidade: indicada como importante recurso para estimular a reflexão dos usuários, quanto à importância do trabalho, oportunizando uma mudança de paradigmas.

2.7. Metas a serem alcançadas

a) Retomada do acolhimento após as audiências;

b) Sensibilização do Policial Militar e Civil:

I. Quanto à necessidade do policiamento preventivo e repressivo nesta área e, compreensão do importante papel do policial como um dos elos entre a justiça e a saúde;

II. Quanto à forma de abordagem do usuário.

c) Avaliação permanente da adesão dos jurisdicionados aos grupos.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EXPERIÊNCIA

Nome: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - 2ª Promotoria de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Endereço: Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes, Setor de Múltiplas Atividades Sul - SMAS, Trecho 3, Lote 4/6 - Bloco IV

Cidade: Brasília | **UF:** DF | **CEP:** 70610-906

Telefone (DDD): (61) 3214 4491 (até as 12hs) / (61) 3214 4451

Email: sema-pecbrasil@mpdft.gov.br | **Site:** www.mpdft.gov.br

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA CANDIDATURA DA EXPERIÊNCIA

Nome: Rose Meire Cyrillo

Cargo ou Função na Instituição: Promotora de Justiça

Telefones para contato (DDD): (61) 3343-3871

Email: rosecy@mpdft.gov.br



MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS PELA VARA DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DO ESPÍRITO SANTO

1 - DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome:

Monitoramento e Fiscalização das Penas e Medidas Alternativas pela Vara de Penas e Medidas Alternativas do Espírito Santo

1.2. Local:

Municípios da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana)

1.3. Data de Início: 3/2006

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

A execução das penas pela Vara de Execuções Criminais do Espírito Santo, atualmente Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA), fez emergir a necessidade de criar um setor para atendimento psicossocial dos apenados, visando reduzir as irregularidades no cumprimento da pena e a reincidência no crime, o que culminou com a criação do Serviço Social e Psicológico (SSP) no ano de 1996.

O SSP é responsável pelo levanta-

mento das demandas psicossociais dos apenados, realização dos encaminhamentos necessários para o atendimento de tais demandas, informação sobre os seus direitos e deveres, levantamento de aptidões, restrições e disponibilidades para posterior encaminhamento às instituições, bem como pelo acompanhamento do cumprimento da pena alternativa.

Visando garantir a efetividade do cumprimento das penas alternativas, reduzir as irregularidades e gerar confiabilidade em relação à mesma frente aos diversos setores da sociedade, em 2006 foi criada a equipe de Fiscalização.

Inicialmente a equipe de 03 fiscais, e uma coordenação foi mantida através de um convênio firmado entre Ministério da Justiça, Tribunal de Justiça do ES e Fundação Educacional Antônio Dadalto, um projeto pioneiro no Brasil.

Em abril de 2007, após encerramento do convênio e avaliação positiva do trabalho realizado, o Tribunal de Justiça do ES assumiu a responsabilidade sobre a manutenção da equipe, criando mais 05 cargos de fiscais.

A referida equipe atua na fiscalização da prestação de serviços à comunidade in loco, orientando os cumpridores de pena e as instituições, recolhendo e conferindo a documentação referente à prestação de serviços, informando aos técnicos quaisquer irregularidades. Realiza ainda, o

levantamento das vagas existentes nas instituições parceiras.

Para o recebimento de Prestadores de Serviço à Comunidade a VEPEMA conta com cerca de 120 instituições parceiras distribuídas pelos municípios de Vitória, Cariacica, Vila Velha, Serra, e Viana que compõem a Grande Vitória.

As equipes do SSP e de fiscalização atuam ainda no treinamento de novas instituições, bem como no treinamento contínuo das instituições já conveniadas com o intuito de gerar e manter o comprometimento e responsabilização das mesmas frente ao cumprimento das penas.

A equipe vem trabalhando o processo de responsabilização das instituições, buscando o melhor aproveitamento das aptidões de cada prestador, fazendo com que estes se insiram na rotina das instituições, saindo da simples condição de apenados tornando-se colaboradores e participantes.

Já foram realizados cinco Fóruns junto às instituições parceiras e quatro encontros com prestadores de serviço visando avaliar o trabalho realizado, além da elaboração de cartilhas de orientação voltadas especificamente para os beneficiários, instituições e equipe de fiscalização. Além das parcerias já mencionadas a VEPEMA conta ainda com a parceria da Prefeitura Municipal de Vila Velha que não só recebe os pres-

tadores de serviço, como também realiza junto aos mesmos cursos de inclusão digital e desenvolvimento de cidadania que abrange os direitos humanos, direito do menor, do consumidor, do idoso, ambiental, cidadania no trânsito, diversidade sexual e de raça, defesa civil, violência familiar, dependência química e DSTs dentre outras informações.

As principais dificuldades enfrentadas atualmente pela equipe que atua junto aos beneficiários foram paradoxalmente geradas pelo sucesso do trabalho desenvolvido, que aumentou o número de beneficiários e diminuiu a capacidade de atendimento, pois os veículos para fiscalização e servidores disponíveis não mais atendam de forma adequada à demanda de trabalho. É realizado atualmente o acompanhamento de cerca de 4200 cumpridores de pena, dentre estes 1720 cumpridores de Penas e Medidas Alternativas.

Atualmente parte da equipe técnica do SSP, ou seja, três psicólogos e dois assistentes sociais são responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento exclusivamente da pena de PSC. O restante atende os egressos do sistema penitenciário.

O setor de fiscalização conta com os cinco fiscais contratados pelo TJ, sendo a coordenação e três fiscais da área do direito, um assistente social e um da área de psicologia. Conta ainda, com 15 estagiárias do curso de

psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo que foram contratadas através de um convênio firmado entre TJ, Fundação Ceciliano Abel de Almeida e Secretaria de Justiça do ES.

A VEPEMA possui cinco veículos utilizados exclusivamente pelos fiscais dentre os quais três cedidos pelo Tribunal de Justiça e dois, pela Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo. São realizadas pela fiscalização 700 visitas por mês, em média, às instituições parceiras.

Nos últimos dez anos a VEPEMA executou e extinguiu o cumprimento das penas de Prestação de Serviço à Comunidade de 2322 beneficiários. Em pesquisa realizada pelo SSP foi possível contatar um percentual de reincidência de apenas 0,9% dos beneficiários. Em relação a irregularidades no cumprimento da pena houve uma queda de 68% após o início da fiscalização.

As avaliações realizadas junto às instituições através de grupos focais para a discussão sobre o recebimento de prestadores de serviço apontam para o aumento de confiabilidade e segurança no recebimento dos prestadores de serviço após poderem contar com a presença do fiscal.

A realização de grupos focais, com beneficiários que finalizaram ou estão em fase de finalização de suas penas, trazem à tona o crescimento pessoal e o envolvimento com o trabalho realizado na instituição, sendo

muitos destes foram contratados como empregados após o término da pena e alguns permanecem como voluntários.

Os resultados apresentados demonstram que os objetivos propostos

foram atingidos, pois as irregularidades e reincidências foram reduzidas e a confiabilidade na pena alternativa foi consolidada frente às instituições parceiras e ao sistema judiciário do Espírito Santo.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EXPERIÊNCIA

Nome: Vara de Penas e Medidas Alternativas

Endereço: Rua Cosme Rolim S/N - Cidade Allta

Cidade: Vitória | **UF:** ES | **CEP:** 29015-050

Telefone (DDD): (27) 3222-7007 / 3198-3130

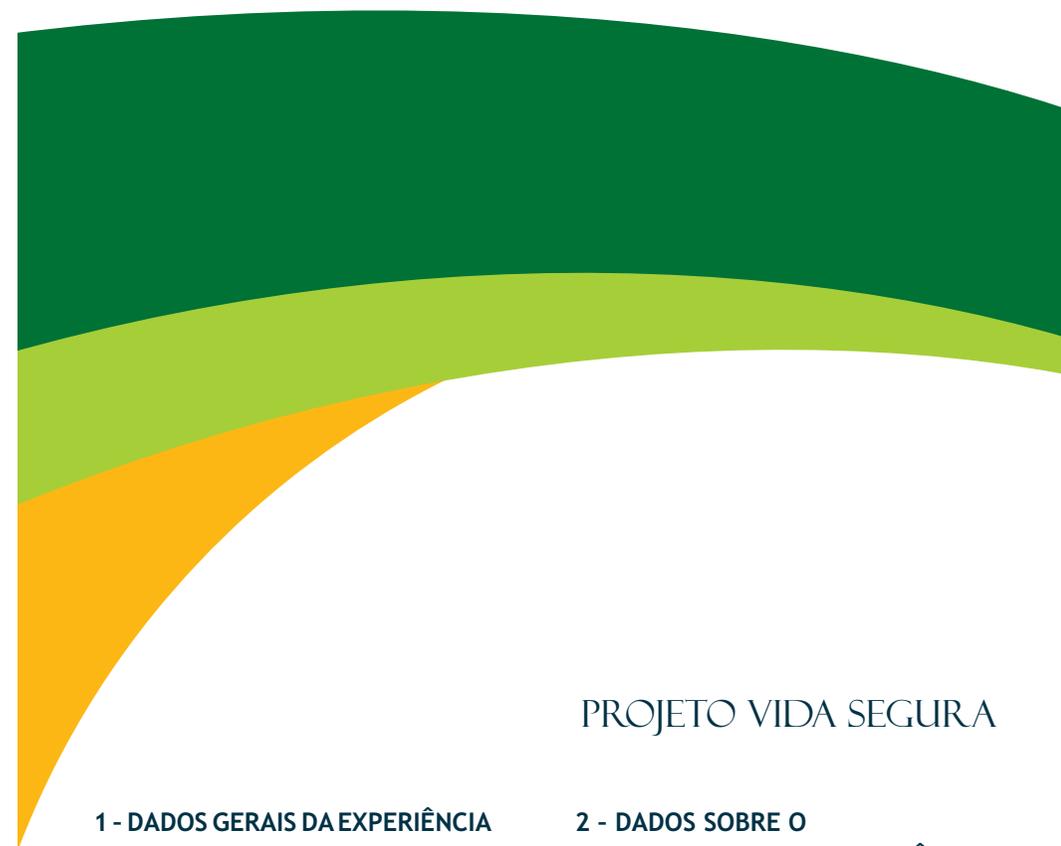
4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA CANDIDATURA DA EXPERIÊNCIA

Nome: Sônia Maria Corrêa Cavassani

Cargo ou Função na Instituição: Coordenadora do Serviço Social e Psicológico

Telefones para contato (DDD): (27) 3198-3130 / 3222-7007

Email: soniacavassani@ig.com.br



1 - DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome:
Projeto Vida Segura

1.2. Local:
Belo Horizonte e Região Metropolitana

1.3. Data de Início:
9/8/2001

PROJETO VIDA SEGURA

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Introdução

O Programa CEAPA/MG - Central de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas de Minas Gerais, diante dos altos índices de casos relacionados a situações no trânsito recebidos mensalmente, especialmente no município de Belo Horizonte¹, articulou junto ao NHTrans, do Unicentro Newton Paiva e o Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte uma proposta que respondesse aos

fenômenos que causam maiores acidentes no trânsito e que não fosse simplesmente uma retribuição penal aos infratores.

A partir desses encontros iniciais nasceu um primeiro projeto que foi nomeado como “Rosantunes”, que consistia no acesso de cada participante a informações e atividades que gerassem uma compreensão dos riscos e conseqüências de uma participação no trânsito individualista e não defensiva, a partir de discussões feitas em grupo, provocando sempre uma reflexão positiva.

Este primeiro projeto aconteceu entre abril de 2007 e dezembro de 2008, onde participaram 630 pessoas em 21 Grupos. Os índices de cumprimento integral dentro do Projeto foram de 92%, sendo que 8,4% dos participantes foram encaminhados para tratamento devido o uso abusivo de álcool e outras drogas ou tiveram a conversão da medida para Prestação Pecuniária.

Desta experiência nasce o Projeto Vida Segura, desenvolvido pela Instituição Bom Jesus para Profissionalização do Trânsito Ltda. - Centec,

pela CEAPA/MG, Vara de Inquéritos Criminais de Belo Horizonte, Varas Criminais de Belo Horizonte e Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, Contagem e Santa Luzia, nos respectivos municípios, a partir dos seguintes objetivos:

- a) Conscientizar os infratores da gravidade dos acidentes de trânsito;
- b) Gerar informações, debates, pesquisas para produzir conhecimento e educação;
- c) Despertar a consciência sobre o uso responsável do veículo;
- d) Conhecer a legislação de trânsito;
- e) Proporcionar aos participantes oportunidades de participarem do processo de humanização do trânsito².

2.2. Como os usuários chegam ao Projeto

Os usuários do Programa CEAPA chegam ao Projeto após transação penal oferecida pelo Ministério Público no Juizado Especial Criminal, que possui

como condição para sua homologação a participação no Projeto Vida Segura, atividades semanais com a duração de duas horas, pelo período de três meses, totalizando doze encontros.

Outra possibilidade é o encaminhamento das Varas Criminais ou Vara de Inquéritos Policiais por meio da transação penal ou como uma das condições da Suspensão Condicional do Processo, sendo que nesta última possibilidade os encontros têm a duração de 04 horas, durante o mesmo período.

2.3. Da descrição dos recursos

O primeiro contrato, no valor de R\$ 223.800,00, previa inicialmente a inclusão de 580 participantes em 14 grupos. Ao final do contrato, foi realizado termo aditivo, no valor de R\$ 50.072,00, que ampliou a proposta para mais 145 participantes, totalizando um investimento de R\$273.872,00.

2.4. Instituições envolvidas e recursos humanos responsáveis pelo Projeto

a) Equipe CEAPA (acompanhamento jurídico, financeiro e técnico do Projeto): Paula Jardim Duarte (Diretora de Reintegração Social), Cristiane Lima (Gerente Jurídico), Caroline

Durães Rady (Supervisora Metodológica), Lucas Pereira de Miranda (Supervisor Metodológico), Vladimir Nani Sales (Supervisor Metodológico), Míriam Mendes (Técnica do Serviço Social da CEAPA de Belo Horizonte), Márcio Roque (Técnico Social do Setor Jurídico da CEAPA de Belo Horizonte), Marcelo Ferraz Santos (Gestor Social CEAPA BH), Jamerson Viana Camelo (Técnico Social da Psicologia da CEAPA de Santa Luzia), Fabíola Silva Pereira (Técnica Social do Setor Jurídico da CEAPA de Santa Luzia), Daniela Melo (Técnica do Serviço Social da CEAPA de Santa Luzia), Marice Ceres (Gestora Social CEAPA Contagem), Vanessa Moreira (Técnica do Serviço Social da CEAPA de Contagem), Mara Alves dos Santos (Técnica Social da Psicologia da CEAPA de Contagem), Wanderson Santos Fernandes (Técnico Social do Setor Jurídico da CEAPA de Contagem), Fabiana Oliveira (Gestora Social CEAPA Contagem).

b) Equipe CENTEC - Instituição executora do Projeto: Maurício Pontello (Diretor-Presidente), Luciana Prates Renault Pereira (Coordenadora do Projeto, Pedagoga), Patrícia de Paula Santos (Psicóloga), Rogério de Oliveira Silva (Psicólogo), Mara Paula de Souza, (Pedagoga, Instrutora de Trânsito), Luciana de Fátima Bosso Pontello (Professora), Gabriela de Oliveira Ananias (Estagiária de Psicologia).

c) Equipe do Juizado Especial Crimi-

¹- Os delitos de trânsito representam 14% do total das penas/medidas encaminhadas pelo Poder Judiciário à CEAPA /MG. Em Belo Horizonte, esta porcentagem é de 18%. Dentre o grupo de delitos de trânsito, aqueles que são encaminhados em maior número ao Programa são: Entregar Veículo à Pessoa não Habilitada (art. 310 CTB): 15,21%; Direção Perigosa (art. 34 LCP): 12,57%; Lesão Corporal na Direção de Veículos (art. 303 CTB): 9,04%; Trafegar em Alta Velocidade (art. 311 CTB): 7,28%; Dirigir sem CNH (art. 309 CTB): 3,88%; Homicídio Culposo na Direção de Veículos (art. 302 CTB): 3,3%.

²- BARROS, Miriam; FERRAZ, Marcelo. Projeto temático de trânsito - Vida Segura. 2009.

nal de Belo Horizonte: Dra. Flávia Birchal (Juíza de Direito), Dr. Jeffer Bedram (Promotor de Justiça), Dra. Cristina Leão (Coordenadora do Setor Psicossocial).

d) Equipe do Juizado Especial Criminal de Contagem: Dra. Christina Bini Lasmar (Juíza de Direito), Dr. Marcelo Cunha de Araújo (Promotor de Justiça).

e) Equipe do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Luzia Dra. Ana Cristina Ribeiro Guimarães (Juíza de Direito), Dr. Cláudio Monteiro Gontijo (Promotor), Dr. André Luis Garcia e Pinho (Promotor), Dr. Almir Garcia Júnior (Escrivão).

f) Equipe da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte: Dra. Maria Isabel Fleck (Juíza de Direito).

g) Equipe da 12ª Vara Criminal: Dra. Kenea Márcia Damato Mendonça (Juíza de Direito).

h) Equipe da Vara de Inquéritos Policiais de Belo Horizonte: Dra. Rosimeire das Graças do Couto (Juíza de Direito).

2.5. Do atendimento no Programa CEAPA

Antes de se apresentar ao Centec, o usuário passa por um ou mais atendimentos no Programa CEAPA. O corpo de profissionais do programa corresponde a técnicos com formação em Direito, Psicologia e Serviço Social. O

objetivo desse atendimento é fazer um acolhimento de cada usuário, fazendo as orientações necessárias para que ele compreenda os objetivos do Programa, informando de suas obrigações no grupo e no cumprimento da medida, tentando identificar ainda Potencialidades, Fatores de Risco, Vulnerabilidades sociais e pessoais, além de possibilidades de encaminhamento para Rede de Proteção Social no município. Outros atendimentos e possíveis encaminhamentos podem ser feitos durante ou após o cumprimento da medida, sempre quando se fizerem necessários. Desta forma o Programa CEAPA busca atuar para além de um encaminhamento eficaz para o seu cumprimento judicial, mas busca minimizar as situações de risco e provocar reflexões que sugiram comportamentos mais positivos.

Percebe-se com considerável frequência nos usuários que são encaminhados pelo Judiciário por infrações de trânsito, o consumo de álcool e/ou outras drogas como um fator que somado à direção veicular é motivo por si só para a transação penal ou a Suspensão Condicional do Processo, bem como seu uso frequente e/ou prejudicial são fatores que podem levá-los a reincidência, ou prática de outros delitos. Muitas vezes, frente a situações como essa, o Programa CEAPA, a partir de cada caso, pode propor ao usuário o tratamento ambulatorial, ou em casos mais graves, a internação, ou ainda,

a participação no Projeto Temático de Drogas³, podendo, além disso, substituir a participação no projeto por medida mais adequada.

2.6. Das atividades desenvolvidas no Projeto Vida Segura

1º ENCONTRO MINIBIOGRAFIA

Objetivo:

Proporcionar auto-conhecimento e a integração do grupo.

Cada participante traz um pouco de sua história de vida. São muito frequentes nesses momentos relatos pessoais sobre os motivos que levam aquelas pessoas a participarem do Projeto, o que gera a oportunidade de outros desabafos, muitas vezes embutidos de culpa, vergonha, raiva e outros sentimentos, que permitem uma sensibilização mútua naquelas pessoas frente aos fatos ocorridos com os demais. Nesse momento é iniciado um trabalho de responsabilização, quando os participantes são provocados para a importância nas mudanças de conduta. Para tanto, participam de dinâmicas de desinibição de sensibilização e refletem sobre a importância das regras socia-

is em nossa sociedade.

2º ENCONTRO

SEMINÁRIO: REALIDADE DO TRÂNSITO NO BRASIL

Objetivo:

Demonstração estatística dos índices de mortalidade e morbidade do trânsito Brasileiro.

Nesse encontro desenvolvem-se reflexões sobre o papel do cidadão, reforçando seus direitos e deveres para o exercício da cidadania. Após a exposição dos dados estatísticos é proposto um estudo dirigido para que os participantes possam interpretar os resultados e ainda refletir sobre as perdas humanas e suas consequências no âmbito pessoal e social.

3º ENCONTRO

CONHECENDO O CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO

Objetivo:

Proporcionar o conhecimento das normas e regras de circulação como garantia de um trânsito mais seguro.

Atividade realizada por um professor de legislação de trânsito através de

³- O Projeto Temático de Drogas consiste em uma série de atividades realizadas em Grupos, a partir da abordagem de Redução de Danos, buscando promover um maior conhecimento dos usuários sobre os efeitos das drogas, e o significado delas em suas vidas.

palestra e atividades de consultas ao código, para que o participante desenvolva autonomia na busca de novos conhecimentos (o CTB é um dos materiais didáticos contido na pasta do participante).

4º ENCONTRO

FATORES QUE LEVAM A ACIDENTES DE TRÂNSITO

Objetivo:

Refletir sobre as atitudes dos condutores de veículos e pedestres, desenvolvendo ações pertinentes para a segurança de todos os usuários do sistema de trânsito, por meio do reconhecimento dos fatores diretos e indiretos que geram acidentes.

Destacam-se nesta atividade os fatores acidentogênicos: (1) o consumo de drogas lícitas e ilícitas seguidas de direção veicular; (2) Stress; (3) falhas ligadas à personalidade; (4) cultura de confronto na relação “carro X Moto”. Os participantes também assistem filmes que retratam situações do cotidiano no trânsito, muitas vezes envolvendo o álcool. Outra atividade é a realização de pesquisas pelos próprios participantes através de fontes de consulta e materiais sobre os temas propostos.

5º ENCONTRO

OFICINA DE CONFECÇÃO E PRODUÇÃO DE CARTILHAS EDUCATIVAS

Objetivo:

Confecção de materiais educativos.

Através dos novos conhecimentos e experiências vividas pelos participantes objetiva-se a concretização através de produções literárias e artísticas (desenhos) que serão utilizados como material na blitz educativa a ser realizada posteriormente.

6º VISITA AO HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO XXIII

Objetivo:

Sensibilização.

Nessa visita os participantes são recebidos pelo médico coordenador do setor de politraumatismo, que apresenta dados referentes às seqüelas deixadas pelos acidentes de trânsito, a longa permanência dos acidentados e vítimas no hospital, as consequentes perdas sociais e profissionais, indicando os custos financeiros e emocionais para os envolvidos e para o SUS.

7º ENCONTRO

EXIBIÇÃO DE FILMES E DEBATES

Objetivo:

Reflexão.

O filme proposto é determinado pelo psicólogo de acordo com a demanda de cada grupo destacando-se: “Me leva para casa”⁴, “Fora de controle”⁵ e “A corrente do bem”⁶.

8º ENCONTRO

DIREÇÃO SEGURA

Objetivo:

Reflexões sobre direção defensiva.

A atividade proposta é realizada por um palestrante professor de Direção Defensiva tendo como suporte o Guia do Aluno (livro didático contido na pasta do participante) visando o conhecimento dos elementos da Direção Defensiva e focando as condutas adequadas no trânsito. Destacam-se temas como cinto de segurança, celular no volante, “álcool X direção”, conduta irregular dos motociclistas, assim como a importância do conhecimento para a prática da

direção através da habilitação para condução de veículos. Trata-se de uma palestra de grande impacto a partir da apresentação de filmes de acidentes.

Por fim, a sala é dividida em dois grupos, onde cada um deles apresenta um caso envolvendo um acidente no trânsito com vítima, quando os participantes também devem problematizar o fato ocorrido.

9º ENCONTRO

REPRESENTAÇÃO TEATRAL

Objetivo:

Propiciar trocas de experiência voltadas à realidade no trânsito.

Nessa atividade os participantes criam estórias a partir de suas vivências e experiências no trânsito. Através da utilização de sucatas são produzidos os recursos materiais necessários a encenação. A peça teatral é encenada e a partir dela é proposta uma discussão sobre os fatores necessários para um trânsito mais seguro, assim como o sentimento sobre a situação vivenciada e o papel assumido no grupo.

⁴- *Me leva para a casa (Nez Rouge)*. CANUEL, Eric. 2003. Filme que retrata as penas alternativas aplicadas em outros países.

⁵- *Fora de controle (Changing lanes)*. Mitchell Roger. 2002. O filme possibilita reflexões acerca da falta de domínio das pessoas no trânsito.

⁶- *A corrente do bem (Pay it forward)*. MIMI, Leder. 2000. O filme demonstra a necessidade de união e a valorização em assumir compromisso em busca do bem estar.

10º ENCONTRO

BLITZ EDUCATIVA

Objetivo:

Multiplicar o conhecimento aprendido.

Essa atividade é realizada em parceria com a BHTRANS que cede os agentes de trânsito para acompanhar a blitz nos sinais. Também é realizada blitz nos bares na região da Savassi. Nessa atividade o material entregue a comunidade pelos participantes do projeto são as cartilhas produzidas por eles no 5º encontro. A entrega da cartilha é acompanhada de orientação aos motoristas e motociclistas que se encontram de maneira inadequada no trânsito.

Simultaneamente são realizadas pesquisas com os motoristas e pedestres a respeito do cumprimento das leis de trânsito (utilização de cinto de segurança, uso de celular no volante e o impacto da Lei Seca no trânsito). Ao final da ação todos avaliam e trocam as experiências vividas na Campanha educativa.

11º ENCONTRO

JÚRI SIMULADO

Objetivo:

Compreensão do papel da justiça na sociedade, especialmente em relação ao trânsito.

A sala é dividida em dois grupos que apresentam um caso envolvendo acidente de trânsito com vítima. Eles precisam problematizar o fato ocorrido e expor argumentações sobre possíveis decisões. São encenadas pelo grupo situações relativas às audiências, onde se promove a democracia através da votação.

12º ENCONTRO

ENCERRAMENTO DO CUMPRIMENTO DA MEDIDA

Objetivo:

Confraternização e reflexão final sobre as atividades realizadas.

Cada participante relata o que aprendeu com o projeto e como este poderá ser importante e útil para sua vida, especialmente no cotidiano do trânsito. É apresentado ao grupo um filme produzido pela equipe da Centec, com fotos e filmagens das atividades, além de mensagens de vida relatadas por eles. Ressalta-se ao grupo que a partir daquele momento eles deixam de ser infratores da lei de trânsito para se tornarem multiplicadores de todos aqueles conhecimentos adquiridos para um trânsito mais solidário e seguro. Todos os participantes recebem um certificado que lhes conferem a participação. No encerramento do encontro é oferecido um lanche para confraternização final.

AUDIÊNCIA DE MULTITRANSATORES

A audiência de Multitransatores é um momento em que os participantes do Projeto retornam em grupo à sede do Juizado Especial para relatarem suas trajetórias no grupo, repercussões pessoais, mudanças de atitude, para emitirem opiniões, críticas, etc. É também um retorno dos usuários ao Poder Judiciário em um momento mais favorável, onde ele pode reforçar para si e para o grupo de pessoas presentes seu lugar de cidadão que emite livremente suas idéias, sem os contornos de julgamento impostos nas experiências preliminares. É uma oportunidade, por fim, dos parceiros envolvidos avaliarem o Projeto.

2.7. Resultados do Projeto Vida Segura

Durante o ano de 2009 foram encaminhados à CEAPA de Belo Horizonte 550 pessoas para o cumprimento de medida de participação no Projeto Vida Segura. Desse total, 505 cumpriram a medida de forma integral, e 45 não conseguiram concluir o grupo. Do total de participantes, 471 responderam ao questionário de avaliação ao final do grupo.

Assim, a sistematização de dados que segue abaixo tem como amostragem, o índice de 93% dos participantes ao longo daquele ano.

a) Avaliação das questões fechadas: dados gerais

O questionário de avaliação do Projeto Vida Segura foi respondido por 471 participantes, divididos entre grupos de Vara de Inquéritos e Juizado. As principais respostas estão descritas abaixo.

A participação no Projeto Vida Segura apresenta elevado índice de satisfação por parte dos usuários, de modo que 58% dos participantes que responderam ao questionário de avaliação consideraram excelente participar do projeto e cerca de 40% disseram ter sido muito bom ou bom. Apenas 0,4% dos entrevistados apresentaram uma avaliação negativa da participação no projeto temático.

Os profissionais que atuaram no projeto temático foram positivamente avaliados. Dentre os participantes, 80,7% atribuíram nota 5 a eles, em uma escala em que 1 era a menor nota e 5 a maior. No que se refere às atividades desenvolvidas, a maioria dos participantes do projeto temático fizeram uma avaliação positiva das mesmas, de modo que 81,5% atribuíram notas 5 e 4, em uma escala em que 1 era a menor nota e 5 a maior.

Em relação aos temas abordados durante o projeto, também houve um elevado grau de satisfação por parte dos usuários, com aproximadamente 81% dos participantes atribu-

indo nota 5 e 4. A maioria dos participantes do Projeto Vida Segura consideraram que a participação no projeto trouxe alguma mudança para sua vida, chegando a um percentual de aproximadamente 97% de respostas positivas.

A questão sobre qual medida o participante considera mais adequada para o seu caso demonstra que a maior parte acredita que a medida educativa de comparecimento a grupos reflexivos é mesmo a que mais se enquadra ao delito cometido, abarcando 77,7% das respostas. A advertência foi apontada por 6,6%, a PSC englobou 3% e a submissão a tratamento em caso de dependência química e álcool foi apontada por 2,8% dos participantes como medida mais adequada ao seu caso.

b) Avaliação questões abertas

Por se tratarem questões abertas foi necessário categorizar as respostas a partir da frequência que certos temas apareciam na resposta para que pudéssemos utilizar os dados de forma quantitativa a fim de dar uma breve noção das impressões que os usuários tiveram da participação nos grupos.

Houve alguma mudança na sua vida que tenha ocorrido pela participação no projeto? Qual mudança? Essa questão obteve 458 respostas válidas. A partir dessas respostas foram constituídas as seguintes categorias analíticas:

Consumo de bebidas alcoólicas

O grupo promoveu mudança relativa ao consumo de bebidas. Houve citação recorrente à promoção de mudança no modo com as pessoas se relacionavam com a bebida e com a direção.

Difusão de conhecimentos/extensão do curso

Outra resposta recorrente refere-se a declarações sobre repassar o que aprendeu e a opiniões referentes ao curso ser estendido a outros grupos, em especial quem está cursando auto escola.

Conscientização/respeito no trânsito

Outra citação frequente está relacionada à participação no grupo ter promovido mudanças na relação e atitude no trânsito, em sua maioria conscientização a respeito das formas de se proceder ao dirigir.

Aprendizado para a vida

O grupo de reflexão trouxe uma contribuição não só para sua atitude no trânsito, mas para a vida. Essa foi uma resposta também recorrente à questão.

Respeito a vida/ao outro

O curso mudou sua forma de pensar na sua própria vida e na dos outros no trânsito.

Uso de cinto de segurança

O curso promoveu uma mudança comportamental no sentido de utilização de cinto de segurança.

Outro

Outras respostas que não podem ser agregadas numa categoria por si só ou respostas que não condiziam com a pergunta, em sua maioria elogios à equipe técnica do programa.

2.8. Conclusão

Desde 2006 a CEAPA em Minas Gerais vêm buscando fomentar e ampliar sua atuação a partir de projetos como o “Vida Segura”. Para além deste eixo, indicado aos crimes e contravenções penais relacionados a infrações de trânsito, atuamos de maneira similar no campo das drogas, do gênero e do meio ambiente.

O contato com o público e a experiência no acompanhamento das penas e medidas alternativas em nosso Estado, indica que para podermos atuar não só no cumprimento eficaz das medidas, mas também atingir nossos objetivos de redução

dos índices de reincidência e da prevenção criminal, em alguns tipos de delitos mais específicos, o acesso dos nossos usuários a de um conjunto de informações e conceitos facilitam a reflexão e podem permitir mudanças de atitude.

O projeto temático de trânsito proposto pela CEAPA tem como baliza fundamental trabalhar com os participantes aspectos subjetivos, relacionados a mudanças de comportamentos, valores, solidariedade e cidadania. Entendemos que projetos capazes de tocar o coração são mais verdadeiros e mais duradouros. No entanto é importante propiciar ao homem o subsistema mais complexo na problemática do trânsito, o paradigma da retificação subjetiva.

No Brasil, a maioria dos acidentes tem como causas falhas humanas, dentre as quais se destacam as provocadas por alcoolismo e imprudências. Baseado nesta constatação, as respostas do Estado devem ser focadas nas mudanças de comportamento das pessoas no trânsito, e não somente nas clássicas respostas penais ou multas pecuniárias.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EXPERIÊNCIA

Nome: Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais

Endereço: Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº Ed. Minas 3º andar - Cidade Administrativa Bairro Serra Verde

Cidade: Belo Horizonte | **UF:** MG | **CEP:** 31.630-900

Telefone (DDD): (31) 3915-5411

Email: gabchefia@defesasocial.mg.gov.br

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL

Nome: Paula Jardim Duarte

Cargo ou Função na Instituição: Diretora de Reintegração Social

Telefones para contato (DDD): (31) 3915-5411

Email: ceapa_mg@yahoo.com.br; paula.jardimduarte@yahoo.com.br



NÚCLEO DE MONITORAMENTO DE PENAS ALTERNATIVAS DE LONDRINA - PARANÁ

1- DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome:

Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas de Londrina - Paraná

1.2. Local:

Municípios de Londrina e Cambé (PR)

1.3. Data de Início:

10/2007

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1 - Descrição do contexto ou da situação que motivou a realização desta experiência

O Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas (NUMOPA) nasceu em 2007 de uma proposta formulada por um grupo de docentes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) para concorrer a Edital lançado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) da Secretaria de Estado, Ciên-

cia, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná (SETI). Obedecendo aos objetivos do Programa, o Edital tinha por objeto a seleção de propostas extensionistas a serem executadas em parceria com unidades públicas de ensino superior. Apesar das penas e medidas alternativas (PMAs) não se constituírem em área estratégica do Edital, o reconhecimento do grupo quanto às potencialidades das mesmas para fins ressocializados, levou-o a ver no Edital uma oportunidade de obter financiamento para concretização de uma proposta que, inicialmente, visava desenvolver um trabalho interdisciplinar junto a sancionados com PMAs em Londrina.

Como boa parte dos municípios brasileiros, os índices de violência/criminalidade de Londrina¹ eram expressivos e, como resposta, observava-se privilégio a medidas privativas. Assim, embora contasse com unidades prisionais, não havia nele órgão especificamente voltado para o acompanhamento de PMAs, realidade, aliás, comum a todo o Paraná. Nele há apenas uma Vara de Execução em Curitiba.

Essa atribuição, quase sempre restrita à PSC, era exercida em Londrina por uma das duas unidades do Patronato

nato Penitenciário existente no Paraná, o qual era também responsável pela fiscalização da execução de pena privativa de liberdade em regime aberto e pela assistência jurídica/ psicossocial aos egressos de unidades prisionais e aos beneficiados com livramento condicional, sursis e medida de segurança. Acrescia-se a isso uma área de abrangência composta por 16 municípios.

O grupo docente avaliava que essa amplitude e diversidade de atribuições impunham ao órgão dificuldades para atendimento à demanda existente, o que, decorrentemente, poderia também estar dificultando a efetivação de um trabalho sistemático de acompanhamento. Ademais, sabendo-se que condições institucionais de monitoramento podem inibir a aplicação de PMAs, intuía-se haver no município uma demanda reprimida na aplicação de PMAs.

Esta realidade se constituiu em motivação para a formulação da proposta do NUMOPA. Porém, talvez o maior peso motivacional tenha vindo do entendimento de que a UEL, enquanto universidade pública e tendo uma função social a cumprir, não podia se eximir de dar suas contribuições. Nesta medida e tendo por princípio que as ações de uma universidade

devem se assentar no tripé constituído pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, o NUMOPA materializava para o grupo elaborador uma oportunidade de oferecer aos sancionados um trabalho de acompanhamento sistemático e de qualidade e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de experimentação de prática diferenciada na área, de oferecer aos discentes um espaço importante de formação profissional e de produzir conhecimentos sobre a temática, bem como de contribuir para a geração de pré-condições à instituição futura de uma Central de Penas e Medidas Alternativas.

2.2. Descrição da experiência

A experiência se iniciou em outubro/2007, tendo como primeira ação a busca de formalização de parceria com o Patronato Penitenciário de Londrina, antes encetada. Com o insucesso dos esforços e tentando evitar duplicidade de ações, em janeiro/2008 efetivou-se um redirecionamento ao NUMOPA, a saber: tomar como público alvo os usuários ou dependentes de drogas, sancionados pelo artigo 28 da Lei nº. 11.343/2006, a serem encaminhados diretamente pelos Juizados Especiais Criminais (JECRIM) de Londrina. Este redirecionamento foi motivado por duas razões principais: o fato do

Patronato não dispor de atuação junto a este público e de que o mesmo, por suas peculiaridades, demandava um trabalho diferenciado que o NUMOPA poderia oferecer.

Em junho/2008 a experiência foi expandida para Cambé que, apesar de figurar como segundo maior município da região metropolitana de Londrina e fazer parte da área de abrangência do Patronato, não detinha serviços de acompanhamento de penas, seja alternativa ou privativa em meio aberto.

Em outubro/2008 a qualidade do trabalho do NUMOPA foi reconhecida através de, por um lado, da decisão da SETI/USF em prorrogar seu prazo de vigência por mais 12 meses e, por outro, a solicitação do JECRIM-Cambé para ampliação de seu público naquele município. Assim, a partir de então, passou-se a atender dois públicos: em Londrina os sancionados pelo artigo 28 e, em Cambé, além destes, os beneficiários de transações penais e demais condenados com penas alternativas.

Ainda que respeitando as peculiaridades desses diferentes segmentos, o NUMOPA adota, modo geral, a mesma lógica interventiva. Trata-se de um processo de trabalho de natureza interdisciplinar, contemplando cinco dimensões simultâneas: a do trabalho direto com os cumpridores e, caso necessário, com seu grupo familiar; a do trabalho com a rede

¹- Uma breve caracterização de Londrina e sua realidade no referente ao quadro de violência e criminalidade são apresentadas no item 2.5 deste texto.

social; a do trabalho com o poder judiciário e demais órgãos /instituições envolvidos; a da formação de recursos humanos qualificados, mediante absorção de estagiários; e a de produção e socialização de conhecimentos.

Na primeira, o objetivo não é só empreender fiscalização, mas, enfatizando o caráter educativo da pena, proceder uma intervenção positiva junto ao beneficiário, buscando amenizar os danos gerados pela prática delituosa e, no caso dos sancionados pelo artigo 28, os decorrentes ainda do uso abusivo de drogas. Para tal, o processo se concretiza, sumariamente, através de cinco momentos metodológicos: 1°) Atendimento inicial (entrevistas individuais com cada área componente da equipe); 2°) Discussão de caso (reuniões semanais); 3°) Encaminhamento à rede social receptora; 4°) Acompanhamento interdisciplinar do beneficiário durante o cumprimento (contatos e visitas às instituições e entrevistas de prosseguimento); 5°) Finalização do cumprimento (entrevista final com cada área componente, quando se processa avaliação quanto às metas fixadas a partir do estudo).

Em relação a estes momentos, é importante ressaltar que no primeiro ocorre interpretação da pena, dos objetivos do projeto e do papel das diferentes áreas no mesmo, e ainda a coleta de dados para composição do

perfil do beneficiário, incluindo suas potencialidades e necessidades. A decorrente avaliação técnica de cada área é apresentada nas reuniões de discussão de caso, permitindo a visualização do indivíduo em sua totalidade e a construção de um conhecimento interdisciplinar. Nelas também toma-se decisão conjunta quanto ao encaminhamento à instituição mais adequada para cumprimento da pena ou medida, assim como quanto à proposta de atuação das áreas sobre aspectos do perfil avaliados como importantes para uma intervenção técnica. Esta intervenção é concretizada mediante atendimento jurídico, social e psicológico durante o processo de cumprimento, quando são acionadas ainda estratégias de inclusão social, objetivando contribuir para a diminuição das vulnerabilidades sociais vivenciadas. Dentre elas, está o estímulo à inserção/retorno a educação formal e cursos voltados à profissionalização, interferindo positivamente na entrada/permanência no mercado de trabalho, e inclusão em programas sociais, notadamente na área de assistência social.

Nessa primeira dimensão as maiores dificuldades são encontradas no trabalho com usuários e dependentes. Na maioria das vezes o uso abusivo de drogas agrava as condições de vulnerabilidade social, obstaculiza a convivência familiar e social e obsta a formulação ou concretização de

novos projetos de vida. Comprometendo várias esferas da vida cotidiana dos beneficiários, tal envolvimento também dificulta que os mesmos assumam a pena ou medida como uma responsabilidade.

A segunda dimensão tem por base o reconhecimento que a rede social receptora é partícipe de um processo de aprendizado social que materializa o cunho educativo da pena. Ou seja, de partícipe em um processo capaz de oferecer ao cumpridor oportunidade de reflexão sobre si, sobre seu mundo, sobre o seu envolvimento com o crime e, com base nele, formular novos projetos de vida.

Assim, além da ampliação da rede parceira receptora, as ações se dirigem à capacitação da mesma para exercer este papel e à sensibilização da rede social mais ampla no sentido de engajá-las no esforço de minimizar o quadro de exclusão social dos cumpridores e estender a eles o acesso a direitos sociais. Como dificuldade registra-se a de obter vagas para cumprimento de PSC em horários que não prejudiquem a jornada normal de trabalho do cumpridor. Registra-se ainda a necessidade de maiores investimentos em capacitação, sobretudo quanto ao enfrentamento do preconceito social e das restrições impostas para recebimento de usuários e dependentes de drogas.

Na terceira, a do trabalho com o poder judiciário e demais órgãos

/instituições envolvidos, o objetivo é a integração e articulação entre os mesmos e deles com o NUMOPA. Isto se efetiva mediante contatos e reuniões permanentes, tendo em vista o fortalecimento das ações no campo das PMAs. Não há dificuldades a registrar nesta dimensão, o mesmo se aplicando à quarta e à quinta dimensão.

Estas últimas se vinculam mais diretamente ao caráter extensionista do NUMOPA e, portanto, à articulação indissolúvel entre extensão, ensino e pesquisa. Como extensão, se põe como espaço de realização prática, fator contribuinte para a experimentação de novas metodologias e formação de recursos humanos qualificados para a atuação futura na área. Esta potencialidade é enriquecida pelo caráter coletivo e interdisciplinar da experiência. Como ensino, é espaço de aprendizado discente, fortalecido por supervisão de campo direta efetuada pelos profissionais e por supervisão pedagógica, sob o encargo dos docentes, realizadas semanal ou quinzenalmente. Como pesquisa, é espaço de prática investigativa voltada tanto para a intervenção (pesquisa como fonte informadora da intervenção) quanto à produção de conhecimentos. É a essa última que a quinta dimensão está mais diretamente associada. Trata-se da produção e da socialização de conhecimentos sobre as PMAs e temas a

elas concernentes, bem como sobre a própria experiência do NUMOPA.

2.3. Descrição dos recursos

O Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas conta com uma equipe interdisciplinar formada pelas áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social. Esta equipe é composta por: a) Três docentes da Universidade Estadual de Londrina (Direito, Psicologia e Serviço Social) que exercem a função de orientadores e supervisores de suas respectivas áreas, incluindo supervisão pedagógica aos discentes. Em termos de qualificação, trata-se de dois doutores e um mestrando. Os docentes recebem uma bolsa auxílio da SETI/USF no valor de R\$ 483,00 e contam com carga horária da UEL de 04 horas semanais para dedicação ao NUMOPA; b) Dois profissionais, sendo um de Direito e um de Serviço Social, ambos com especialização. Estes profissionais recebem bolsa auxílio da SETI/USF para atuação em 40 horas semanais, no valor de R\$ 940,00, e se responsabilizam, de modo mais direto, pelo desenvolvimento das atividades de suas respectivas áreas. São responsáveis ainda pelo acompanhamento direito aos estagiários (supervisão de campo) no desenvolvimento de seus planos de estágio, seja durante o desenvolvimento propriamente dito das atividades, seja durante as reuniões de

área e de discussão de casos; e c) Seis estagiários, dois de cada área, que também recebem bolsa auxílio da SETI/USF (valor de R\$ 300,00). Todos são graduandos da UEL e participam de todas as atividades do Projeto, apoiando a equipe docente e profissional e desenvolvendo atividades compatíveis com seus planos de estágio.

De janeiro/2008 até o presente momento, o NUMOPA ocupa, em Londrina, duas salas cedidas no prédio do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (EAAJ) da UEL. Em Cambé, ocupa uma sala de audiência no Fórum, disponibilizada pelo Juizado Especial Cível e Criminal. Embora venha sendo suficiente para o desenvolvimento das atividades, esta estrutura física não é considerada ideal. Por esta razão, no ano de 2009 a equipe do NUMOPA buscou viabilizar novas instalações. Como resultado, a partir de fevereiro de 2010 terá como sede espaços mais adequados nas dependências do Fórum de Londrina, e, em Cambé, em espaço a ser cedido pela Prefeitura Municipal.

O custeio financeiro é arcado pela SETI/USF, perfazendo em 2008 um total de R\$ 12.000,00, valor distribuído entre material de consumo (75,8%) e material permanente (24,2%). Com as bolsas auxílio o custo é de R\$ 5.129,00/mês. A gestão financeira é realizada em parceria entre SETI/USF e UEL, a qual também

apóia o NUMOPA no tocante, por exemplo, a custos de manutenção (telefone, água, luz), transporte para Cambé e para o desenvolvimento de atividades do Núcleo e carga horária docente.

Em termos de móveis e equipamentos, os primeiros foram igualmente cedidos pelo EAAJ/UEL e pelo JECRIM-Cambé. Os equipamentos foram adquiridos com os recursos oriundos do convênio com a SETI/USF, sendo eles: 01 Computador e 01 Impressora a laser.

2.4. Descrição dos principais resultados

A avaliação se dá por monitoramento permanente das atividades e por análise periódica da consecução dos objetivos. Em ambas, são instrumentos de avaliação: reuniões mensais com toda equipe; reuniões individuais periódicas com as instituições receptoras e com representantes do poder judiciário; entrevistas de prosseguimento e finais com beneficiários; e relatórios quantitativos e qualitativos de atendimentos ou atividades. Como critérios, aponta-se: número de beneficiários e de atendimentos; número de contatos, visitas ou reuniões com a rede parceira; expansão da rede e/ou de vagas; grau de resolução das dificuldades, seja por ação do NUMOPA, seja em parceria com a rede e do judiciário;

número de beneficiários inseridos em serviços de educação formal ou profissionalizante, bem como programas sociais (estratégias de inclusão social); índice de descumprimento; e grau de satisfação dos beneficiários, da rede receptora e do judiciário.

A partir disso, avalia-se que o principal impacto positivo é a própria existência e expansão das ações do NUMOPA. Com ele, Londrina e Cambé passaram a dispor de serviço especializado no campo das PMAs; tiveram ampliados o número de sancionados, evitando os malefícios do cárcere para o indivíduo e para a sociedade, bem como a superlotação prisional; e puderam contar com um trabalho de qualidade no monitoramento, combatendo a imagem de impunidade das PMAs, a tendência de descumprimento e a possibilidade de reincidência criminal. O reconhecimento do valor do NUMOPA para isso é patente nas manifestações dos sancionados, das instituições parceiras e do Judiciário.

Numericamente, merecem destaque no período de janeiro/2008 a Outubro/2009: A) atendimento de 106 beneficiários, com os quais foram realizados 857 atendimentos jurídicos, sociais e psicológicos, 229 atendimentos para encaminhamentos e orientações diversas, 163 visitas domiciliares, 393 contatos telefônicos e 91 reuniões de discussão de caso; B) realização de estratégias de inclusão social com 70% dos benefi-

ciários; C) 424 atendimentos indiretos a familiares; D) 153 visitas ou reuniões e 483 contatos telefônicos com instituições componentes da rede social receptora; E) 50 visitas institucionais para divulgação das PMAs e do NUMOPA; F) ampliação de 0 para 45 instituições receptoras, proporcionando um total de 764 vagas; e G) constituição de rede parceira para fins de estratégias de inclusão social. Estas atividades permitiram um índice de cumprimento de 49,3% o qual, a princípio, aparenta ser baixo. Porém, é necessário destacar que 68% desses beneficiários eram usuários ou dependentes de drogas, os quais, como dito, tendem a ter dificuldade no cumprimento. Mesmo assim, o índice de reincidência deste segmento foi de 3%.

No campo da produção/socialização de conhecimentos, cita-se: A) organização e coordenação de 02 Seminários Regionais de PMAs, contando, respectivamente, com 150 e 254 participantes; B) 03 apresentações orais de trabalhos em eventos científicos, incluindo um de âmbito internacional; C) 05 apresentações em banner em eventos científicos; D) 01 palestra e 01 participação em mesa redonda; E) 06 Trabalhos de Conclusão de Curso; F) produção de 03 artigos científicos, um deles já publicado; G) confecção e distribuição de 02 cartilhas sobre PSC e NUMOPA; I) 02 participações em Encontros do Programa Universidade Sem Fronteira; J) participação em Workshop sobre

Política Nacional de PMAs a convite do Ministério da Justiça (Brasília e Espírito Santo); e L) 01 visita técnica - Secretaria de Estado e Defesa Social de Belo Horizonte.

2.5. Outras informações

2.5.1 Quanto à caracterização dos municípios de Londrina e Cambé

Com cerca de 500.000 habitantes, Londrina é o 2º município do Paraná, ocupando a posição de pólo de sua região norte. Esta posição está associada à proeminência de seu setor terciário, sobretudo nas áreas de comércio, de educação e de saúde. Contudo, detém uma realidade preocupante em termos de violência e de criminalidade. No “Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros” relativo ao período de 2002-2006, ocupa o 363º lugar dentre os 556 municípios com maior taxa de homicídios e a 42ª posição dentre os 200 municípios com maior taxa de homicídios por arma de fogo no ano de 2006. Estimase que esta posição tenha se mantido nos anos de 2007 e 2008. Segundo dados do 5º Batalhão de Polícia Militar de Londrina, nestes anos foram registradas 23.034 ocorrências policiais, perfazendo 4.606,8 ocorrências por 100.000 habitantes. Dentre elas figuravam delitos para cujos agentes, a priori, poderiam ser aplicadas PMAs, o que reforça a avalia-

ção inicial da equipe quanto à possível existência de uma demanda reprimida na aplicação deste tipo de sanção penal.

Cambé se constitui em um dos 06 municípios que compõe a região metropolitana de Londrina, tendo aproximadamente 97.000 habitantes. Sua posição no citado Mapa é melhor que a de Londrina, pois ocupa o 497ª lugar entre os 556 municípios e não figura dentre os 200 com maior taxa de homicídios por arma de fogo. Porém, sua média é de 31 homicídios por 100.000 e, o que é mais preocupante, ocupa a 2ª posição dentre os 200 municípios com mais de 70.000 habitantes com os maiores índices de vitimização juvenil (65 homicídios atingindo 57 de índice de vitimização).

2.5.2 Quanto aos resultados positivos obtidos com a experiência do NUMOPA.

O reconhecimento externo quanto à qualidade do trabalho do NUMOPA pode ser atestado por algumas conquistas obtidas durante sua existência. A primeira e a segunda, já mencionadas, foram a prorrogação, pela SETI/USF, de seu prazo de vigência por mais de 12 meses e a solicitação do JECRIM-Cambé para que o Núcleo atendesse todos os sancionados com PMAs por aquele juízo.

A terceira se constitui em nova solicitação de ampliação em Cambé, agora

para atender também os sancionados pela Vara Criminal. Tal solicitação será acatada a partir de 2010, através de um Núcleo de PMAs. Esta é a quarta conquista a ser destacada: a transformação do NUMOPA em uma Central em Londrina e um Núcleo em Cambé, sob financiamento do Ministério da Justiça/CGPMA em parceria com a SETI e UEL. O trabalho, com início em março/2010, será realizado pela atual equipe do NUMOPA (acrescida de psicólogos), atendendo toda a demanda de PMAs nos dois municípios.

A quinta conquista a ser destacada é a replicação da experiência em outros dois municípios da região norte do Paraná: Arapongas e Sabáudia. Atendendo solicitação do JECRIM, da Vara Criminal e do Ministério Público da Comarca de Arapongas, a equipe do NUMOPA apresentou novo projeto à SETI/USF. Tendo sido selecionado igualmente por edital público, o Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas de Arapongas já iniciou suas atividades em dezembro/2009.

Ressalta-se que, para o enfrentamento das dificuldades antes apontadas em relação aos usuários e dependentes de drogas, a partir de 2010 desenvolver-se-á projeto de oficinas temáticas junto a esse público, tanto em Londrina, como em Cambé, Arapongas e Sabáudia.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EXPERIÊNCIA

Nome: Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas - Universidade Estadual de Londrina

Endereço: Rua Brasil, nº 742 - Centro

Cidade: Londrina | **UF:** PR | **CEP:** 86010-200

Telefone (DDD): (43) 3324-6352 - ramal 35

Email: depser@uel.br

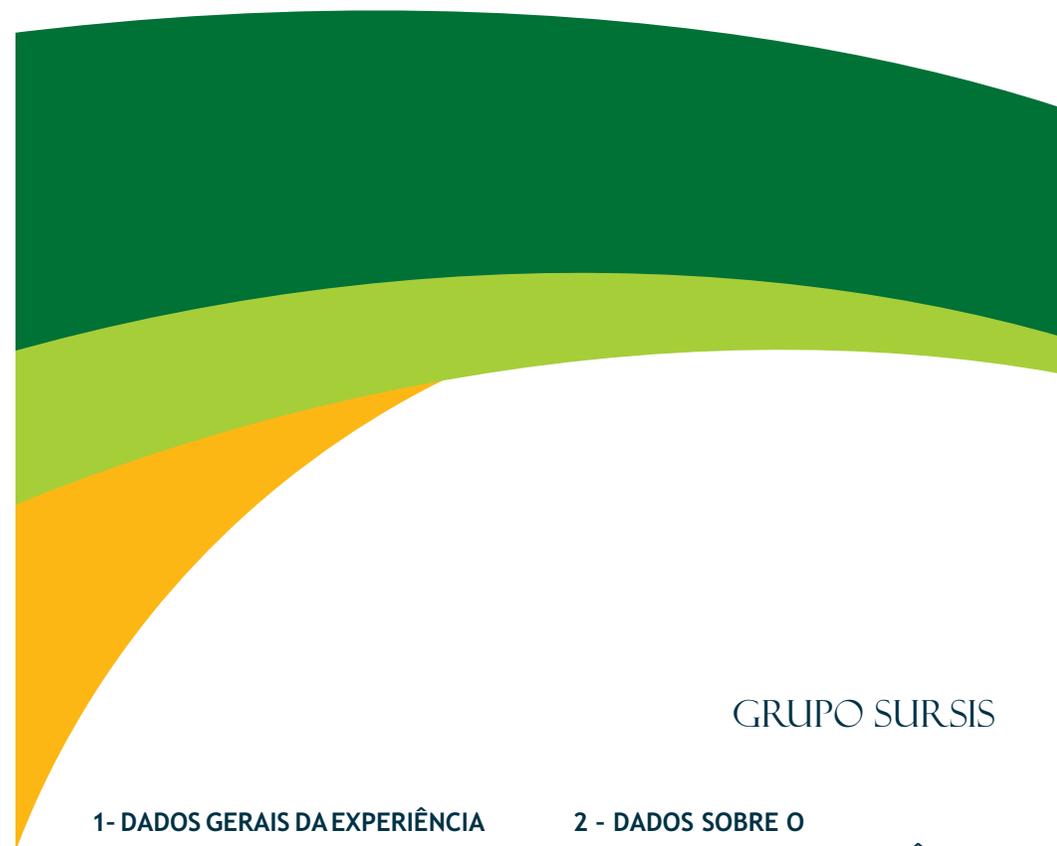
4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA CANDIDATURA DA EXPERIÊNCIA

Nome: Sandra Regina de Abreu Pires

Cargo ou Função na Instituição: Coordenadora do Projeto CEAPA (Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas) e do NUAPA (Núcleo de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Cambé)

Telefones para contato (DDD): (43) 3327 3885, (43) 3371 4245

Email: spires@sercomtel.com.br



GRUPO SURSIS

1- DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome:

Grupo SURSIS

1.2. Local:

Vara de Execuções de Penas Alternativas (VEPA) da Comarca do Recife, situada no Fórum Dês. Rodolfo Aureliano - Rua Dês. Guerra Barreto, s/n, Recife, Pernambuco

1.3. Data de Início: 2002

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Descrição do contexto ou da situação que motivou a realização desta experiência

Um dos maiores problemas enfrentados pela Vara de Execuções de Penas Alternativas foi a fiscalização e o efetivo acompanhamento dos beneficiários que recebem Sursis Penal ou Sursis Processual. Consideramos improdutiva, tendo em vista o projeto da Vara de reinserção social, a prática do comparecimento mensal

à Vara apenas para assinar uma caderneta, sem qualquer compromisso e/ou oportunidade para o beneficiário de refletir sobre sua condição de cidadão capaz de se responsabilizar e contribuir positivamente para a sociedade onde vive. Assim, sendo, de forma pioneira no Brasil, instituímos as reuniões mensais sempre repletas de possibilidades de ensinamentos e trocas de conhecimento, o que se tem mostrado um sucesso a custo zero.

Inicialmente a prática de palestras sobre temas de interesse dos beneficiários e adequados ao projeto de reinserção social, foi implantada em Recife e nas seguintes Comarcas: Olinda, Igarassu, Paulista, Itamaracá, Itapissuma, Araçoiaba, Camaragibe, São Lorenzo da Mata, Cabo, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Moreno e Abreu e Lima.

A partir de 2008 tendo em vista a Lei Complementar nº 100 de 21 de novembro de 2007, Código de Organização Judiciária, a prática passa a se desenvolver apenas na Comarca de Recife.

O público alvo consiste em indivíduos que cometeram delitos de menor potencial ofensivo e foram beneficiados com a suspensão do processo ou da pena, tendo perfil bastante heterogêneo quanto à faixa etária, grau de instrução e motivação para o cumprimento do Termo de Suspensão Condicional do Processo ou da Pena.

2.2. Descrição da experiência

A denominação ‘GRUPO DE SURSIS’ se refere às palestras e ao conjunto de atividades correlatas realizadas pela equipe técnica com os beneficiários submetidos à Suspensão Condicional da Pena e a Suspensão Condicional do Processo.

Esta atividade significa que, em lugar de simplesmente assinar uma caderneta indicando o comparecimento, os beneficiários participam de reuniões mensais coordenadas pela equipe técnica, nas quais são ministradas palestras ou são aplicadas dinâmicas de grupo pertinentes a temas escolhidos pelos próprios beneficiários, adequados ao projeto de reinserção social da Vara e respaldados nos seguintes pilares: Família, Educação, Saúde e Cidadania.

O objetivo fundante do grupo de Sursis é informar e auxiliar na formação e crescimento do beneficiário, visando à reflexão sobre objetivos de vida e formas socialmente aceitas de alcançá-los.

No nosso planejamento visamos trabalhar nas reuniões os direitos e responsabilidades de cada um. Tenta-se, assim, incentivar o sujeito a sair do papel de vítima da sociedade, dando-se conta de sua implicação na ação delituosa na qual se envolveu, assumindo, conseqüentemente, sua responsabilidade nessa ação e em qualquer outra mudança em sua vida, condição para uma nova

posição enquanto cidadão.

Tais reuniões mensais têm a duração de uma hora. O beneficiário tem o direito de escolher, dentre quatro horários diversos, o que lhe seja mais apropriado, de modo que as reuniões não lhe prejudique suas atividades estudantis e/ou profissionais, eixos de sua inserção social.

Nas reuniões, não há menção aos delitos cometidos. Todos os participantes do grupo, por principio, são tratados da mesma forma, sendo conhecidos pela equipe técnica por seus nomes. Este vínculo entre o beneficiário e a equipe, individualizado na medida do possível, que se instaura e se desenvolve ao longo do tempo de permanência no grupo, institui um lugar de reconhecimento onde este sujeito distinguido por um olhar, passa a se ver como cidadão capaz de transformar sua própria vida e a sociedade onde se insere, através de uma efetiva mudança de sua visão de mundo.

A equipe observa que os beneficiários, em sua maioria, chegam ao grupo resistindo a participar das atividades, contudo muitos logo se mostram motivados, chegando a colaborar efetivamente nos debates, refletindo de forma crítica sobre os temas em questão. Alguns com mais dificuldade de engajamento no trabalho desenvolvido são convidados para atendimento individualizado com o membro da equipe técnica ao qual está referido. Neste

atendimento, tenta-se localizar os entraves a sua participação e promover a superação dos mesmos. Em casos extremos, nos quais estas ações empreendidas pela equipe técnica não encontram êxito, o beneficiário é intimado para uma audiência de advertência quando será alertado pelo Juiz da Vara quanto às conseqüências do não cumprimento do seu acordo firmado com a Justiça.

Procuramos incentivar o estudo, a profissionalização, avisando, sistematicamente, a cada início de Reunião, a existência de convênios entre VEPA e a Secretaria de Educação do Município e do Estado, que nos possibilita o encaminhamento para o Ensino Formal, Pró Jovem e a Cursos Profissionalizantes.

As Regras de Convivência no grupo são sempre lidas antes do início da Palestra ou de qualquer outra atividade a ser desenvolvida no Grupo (dinâmica, oficina).

O trabalho é desenvolvido através de encontros mensais com uma hora de duração, no auditório do Fórum Dês. Rodolfo Aureliano. Ocorrem, habitualmente às últimas quintas-feiras de cada mês, em três horários (12:30h, 14:30h e 16:00h) diferentes. Começa rigorosamente no horário, sendo os beneficiários advertidos quanto a isso. Após o horário, não é permitida a entrada, não sendo a presença do beneficiário contabilizada, o que adia por mais um mês a Extinção de

Punibilidade. A ‘falta’ destes que chegam atrasados são registradas no processo e no Sistema como falta justificada.

A agenda com os temas a serem trabalhados são organizadas a cada semestre.

Antes da realização da reunião, a equipe entra em contato com profissional que trabalhará com o grupo tema previamente determinado. Este profissional, tanto pode ser da Equipe, quanto do Poder do Judiciário ou de qualquer outra área da sociedade.

Os documentos necessários à realização do Grupo são preparados previamente: atas (de comparecimento e de concluintes), declaração de comparecimento, declaração de conclusão.

Com antecedência, é reservado o auditório e os aparelhos necessários (som, microfones, data show) e providenciado materiais, tais como: papel, canetas, água, copos descartáveis).

Cada final de ano, no mês de novembro, realizamos a avaliação das atividades e colhemos, junto aos beneficiários, sugestões de temas e atividades a serem desenvolvidas no ano seguinte.

No mês de dezembro, realizamos confraternização de Natal. Incenti-

vamos a participação efetiva dos beneficiários, não só contribuindo, de acordo com suas possibilidades, com o lanche coletivo, como participando com seus talentos das apresentações, seja: cantando, declamando, encenando, tocando algum instrumento musical. Para estas apresentações também convidamos grupos de fora, como: coral da universidade, Conjunto Musical do Conservatório de Musical, grupo teatral do tribunal, etc.

2.3. Descrição de recursos

Recursos Humanos - A Equipe Técnica é composta por 5 psicólogas, 4 assistentes sociais, 7 estagiários de psicologia, 5 estagiários de serviço social; o Juiz da VEPA Dr. Flávio Fontes de Lima, funcionários do cartório, os beneficiários e profissionais convidados.

Recursos Materiais - Auditório do Tribunal equipado com som, microfones, data show; papel, lápis, canetas; água e copos descartáveis.

O custo é praticamente zero, pois o material acima citado, quando não fornecido pelo tribunal, é obtido, através de Prestação Pecuniária dos beneficiários que, não são integrantes do Grupo, e foram beneficiados com a substituição da pena.

2.4. Descrição dos principais resultados

Avaliação se realiza através da aferição do maior comparecimento

do beneficiário, da manutenção do baixo índice de reincidência, como também do grau de satisfação dos mesmos, aferido através de questionário, abaixo, aplicado anualmente.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL

Nome: Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas da Cidade de Recife e Região Metropolitana do Estado de Pernambuco

Endereço: Avenida Desembargador Guerra Barreto, n° 200 - Bairro Joana Bezerra - Fórum Rodolfo Aureliano

Cidade: Recife | **UF:** PE | **CEP:** 50080-900

Telefone (DDD): (81) 3419-3311

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA CANDIDATURA DA EXPERIÊNCIA

Nome: Flávio Augusto Fontes de Lima

Cargo ou Função na Instituição: Juiz Titular

Telefones para contato (DDD): (81) 3412-5176

Email: flavioafl@uol.com.br; flavio-afl@hotmail.com



PROGRAMA ESTADUAL DE MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DAS CENTRAIS DE APOIO À EXECUÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS (PE)

1- DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome:

Programa Estadual de Manutenção e Expansão das Centrais de Apoio à Execução das Penas e Medidas Alternativas

1.2. Local:

Recife

1.3. Data de Início:

4/2005

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Descrição do contexto ou da situação que motivou a realização desta experiência

Experiência, planejada, articulada e coordenada pela Gerência de Penas Alternativas e Integração Social - GEPAIS, órgão inserido na Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco. A ação desse

programa é executada pelas Centrais de Apoio às Medidas e Penas Alternativas - CEAPAs, órgãos executores da GEPAIS, instaladas em comarcas representativas do Estado, tais como: Agreste Central em Caruaru e Belo Jardim; Mata Norte, em Timbaúba e Goiana; Sertão do Vale do São Francisco, em Petrolina e Afrânio; Agreste Meridional, em Garanhuns; Sertão do Moxotó, em Sertânia e Região Metropolitana da Cidade do Recife, nos I, III e IV Juizados Especiais Criminais e no Centro Integrado de Cidadania/Juizado do Idoso, além da CEAPA/Rede Social, instalada nas dependências da SEJUDH.

Com início em agosto de 2005, data da inauguração da primeira Central, essa ação e natureza contínua não podendo sofrer solução descontinuidade. A referida experiência foi inscrita no eixo temático referente ao monitoramento e/ou fiscalização de Penas e Medidas Alternativas, tendo como sub-temas presente no eixo a avaliação, o encaminhamento e o acompanhamento /monitoramento.

Além dessa experiência também foi inscrita a experiência Penas e Medidas Alternativas e Rede Social, cujo sub-temas presente no eixo são fomentar a captação de parcerias e a formação continuada da rede de apoio, monitorar junto a equipe técnica das CEAPAs, às entidades parceiras no acolhimento dos cumpridores das PMAs.

A constatação de que o Estado de Pernambuco se configurava entre um dos Estados da nação onde o índice da violência se revelava de modo agravante e assustador, inclusive aos encarcerados, impulsionou os gestores públicos do poder executivo estadual, responsáveis pelo sistema de justiça criminal, disponibilizar equipamentos públicos e serviços técnicos às instituições que compõem o sistema de justiça, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, além de convidar a sociedade a assumir sua responsabilidade social com os envolvidos na prática da violência.

Desse modo, faz-se necessário considerar, contextualizar e destacar que a implantação de políticas públicas de Estado deve articular serviços nos mais diversos órgãos governamentais e não governamentais, em sintonia com a sociedade, de modo a garantir ações que apontem uma política sustentável, através de mecanismos institucionais e multidisciplinares.

Com a lei nº 9099/95, o Ministério Público de Pernambuco impulsionou o trabalho nos Juizados Especiais Criminais do Estado, passando a desenvolver serviço especializado em medidas alternativas como instituto penal nascente.

Em 1998, quando a Lei nº 9.714/98, que dispõe sobre as penas restritivas de direito entrou em vigor, o Governo do Estado passou a investir nas alternativas penais, criando condições

para o efetivo acompanhamento das medidas e penas alternativas, através de convênios com o Ministério da Justiça.

No período de 1999 a 2001, a Defensoria Pública implantou o I Fórum Interestadual, com um Programa de Penas Alternativas e criou a primeira Central Estadual de Apoio e Acompanhamento às Medidas e Penas Alternativas - CEAPA, no âmbito da então Secretaria de Justiça e Cidadania, cujo trabalho foi considerado referência nacional, inspirando vários projetos disseminados no país, nessa área, além de gerar o ambiente necessário para sensibilizar o Poder Judiciário Estadual que, oportunamente, criou a 2ª Vara de Execução de Penas Alternativas, especializada do país, em fevereiro de 2001, com competência jurisdicional na Região Metropolitana, Vara esta, considerada experiência modelo.

Entre 2002 e 2003, o Ministério Público Estadual, em convênio com o Gabinete de Assessoria Jurídica as Organizações Populares (GAJOP) e o Ministério da Justiça, implantou o II Fórum Interestadual, criando cinco núcleos, denominados Central de Apoio e Acompanhamento às Medidas e Penas Alternativas - CEAMPA, no Projeto intitulado PAZ SOCIAL, para atuar no I e III Juizados Especiais Criminais da Capital e nos Juizados das Comarcas de Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho.

Em 2005, com a recriação da Secretaria de Justiça e Cidadania, então denominada, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, hoje Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, o foco se volta prioritariamente, para a questão da Prevenção Criminal e da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, sendo criada a Gerência de Penas Alternativas e Integração Social - GEPAIS, instituída pela Lei Estadual 12.775/05 e pelo Decreto Estadual 27.817/05, na estrutura da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos, o que vem refletir, portanto, o interesse da gestão pública em investir na estadualização, de forma integrada e descentralizada, desse instituto penal. Compete à GEPAIS planejar, articular, estruturar e monitorar a Política Pública de Prevenção Criminal de combate à violência e à impunidade com perspectiva de inclusão social.

Para a realização dessa ação conjunta de interiorização das medidas e penas alternativas em Pernambuco, foi assinado, em junho de 2005, Termo de Compromisso com o Poder Executivo Federal e Estadual, Poder Judiciário e a Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

Em prosseguimento do processo de efetivação dessa Política Pública Criminal, o Governo do Estado, em 21 de setembro de 2006, instituiu, através do Decreto N° 29.672, a Central de Apoio às Medidas e Penas

Alternativas - CEAPA, como órgão executor da GEPAIS, com a competência específica de oferecer suporte técnico-operacional especializado ao Sistema de Justiça - Juizados Especiais Criminais e Varas Criminais, nas comarcas representativas das regiões de desenvolvimento do Estado, no sentido de promover avaliação, encaminhamento e acompanhamento dos cumpridores das leis 9.099/95, 9.714/97, 10.259/01, 10.671/03, 10.741/03, 11.340/06 e 11.343/06, durante a execução da determinação judicial/sentença, garantindo-lhes sua eficácia.

Para instalação de CEAPAs, são assinados convênios de cooperação técnica entre os poderes executivo estadual e municipal, legislativo, sistema de justiça, OAB e universidade local. São assinados, também, convênios de cooperação técnica entre secretarias e prefeituras, bem como termo de parceria com instituições privadas sem fins lucrativos, para o recebimento do cumpridor na execução da determinação/sentença judicial.

Compreende-se, assim, que o adequado monitoramento, quando realizado de forma condizente com a realidade de cada infrator, passa a criar dispositivos de articulação com o poder público local e a rede social de cada comarca, possibilitando a disponibilidade de vagas e serviços necessários para a inclusão social dos atores envolvidos com infrações de pequeno e médio potencial ofensivo.

Esse modelo de monitoramento possibilitou, ao longo dos anos em Pernambuco, às CEAPAs consolidar a estrutura organizacional e metodológica de um trabalho multidisciplinar e interinstitucional, que objetiva a segurança jurídica da execução das alternativas penais, como um processo humanizado, possibilitando a inclusão social dos cumpridores das alternativas penais.

Objetiva-se, também, a melhoria no nível de especialização das equipes técnicas das centrais, a integração e o conhecimento dos trabalhos realizados entre as centrais, a otimização da parceria com a rede social e a ampliação do conhecimento da clientela atendida nas comarcas - procedimento técnicos, perfil do cumpridor, perfil da vítima, perfil da violência, perfil da tipificação penal, além de manter e construir novas estratégias de articulação com o Sistema de Justiça, organizações governamentais e não governamentais.

O mundo moderno impulsiona a humanidade para uma reflexão sobre os relacionamentos. Esse novo olhar pacifica o entendimento de que são os relacionamentos, no exercício do diálogo, e na participação efetiva da sociedade, a chave mestra para uma vida integrada e presente no meio em que vivemos. Essa nova consciência social representa uma abertura para a promoção da justiça e dos direitos humanos, de forma mais participativa com as instituições e a socie-

dade, dando origem as parcerias na criação de desenvolvimento de políticas públicas em prol de um mundo melhor.

As Regras de Tóquio em seu conteúdo reza a necessidade da busca constante como processo integrativo e de responsabilidade social das organizações governamentais, não governamentais e entidades privadas, visando uma maior participação da comunidade e das instituições na administração da Justiça Penal, especialmente no que diz respeito ao tratamento do infrator, como forma de estimular o senso de responsabilidade em relação à sociedade, sem perder de vista os direitos dos infratores, das vítimas e o interesse da sociedade na segurança pública e na prevenção do delito. Sendo assim, a sociedade é chamada a participar com maior efetividade, para juntamente com Sistema de Justiça e com o apoio técnico operacional multidisciplinar, possibilitar a aplicação e o monitoramento das alternativas penais em lugar da privação da liber-

dade em crimes de menor e médio potencial ofensivo, promovendo a integração familiar, social e laboral do cumpridor de pena ou medida alternativa.

Baseando-se no fato de que o pacto de confiança entre o sistema de justiça, a sociedade, e os cumpridores das alternativas penais é imprescindível na sistemática da aplicação e do monitoramento de forma sustentável e monitorada das alternativas penais à não privação da liberdade em crimes de menor e médio potencial ofensivo, como forma de promover e restaurar o bem estar social, a Gerência de Penas e Medidas Alternativas e Integração Social - GEPAIS, criou em 02 de 05 de 2007 uma Central específica denominada CEAPA/Rede Social, que tem como meta, monitorar, articular e alimentar o banco de dados, bem como fomentar a formação continuada da rede de apoio dos cumpridores e vítimas das Penas e Medidas alternativas em todo o Estado de PE.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EXPERIÊNCIA

Nome: Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Endereço: Av. Cabugá, n° 665 - Bairro Santo Amaro

Cidade: Recife | **UF:** PE | **CEP:** 50040-000

Telefone (DDD): (81) 3183-3164

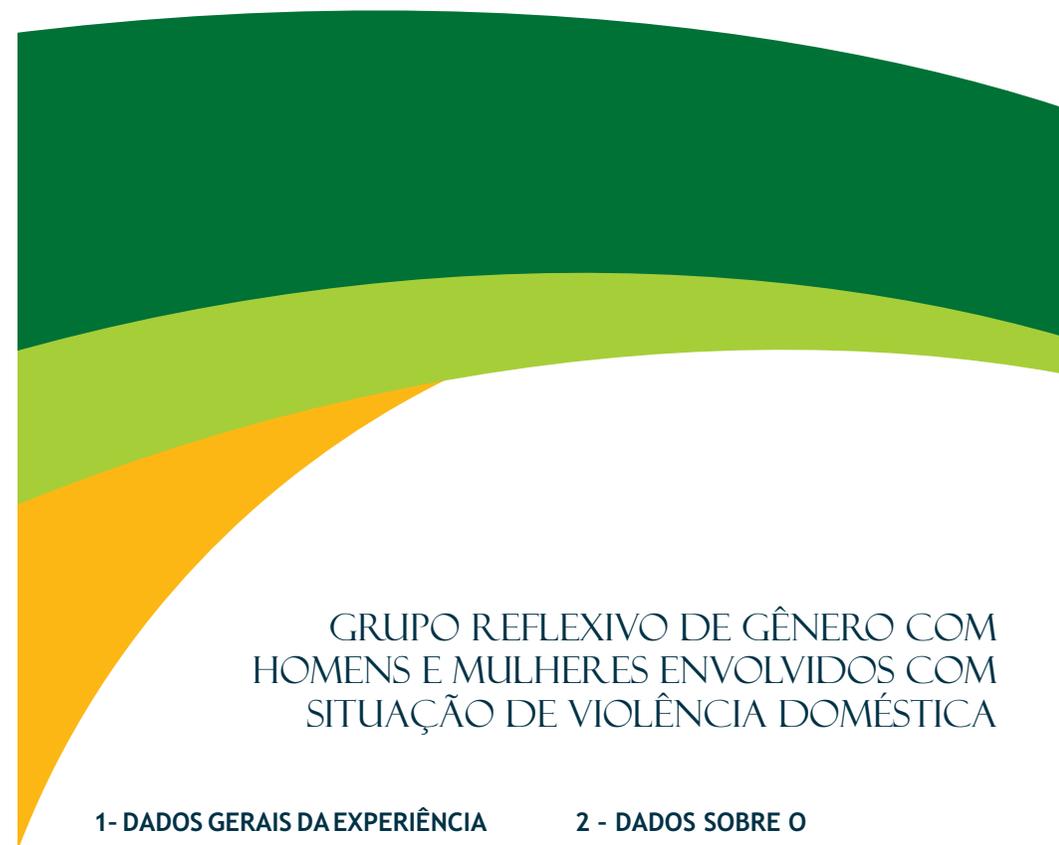
4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA CANDIDATURA DA EXPERIÊNCIA

Nome: Lucilene Carvalho Torres

Cargo ou Função na Instituição: Coordenadora da CEAPA/ Rede Social

Telefones para contato (DDD): (81) 3183-3163 / 3164 / 3165

Email: lucitorres07@hotmail.com; rede.social@hotmail.com



GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO COM HOMENS E MULHERES ENVOLVIDOS COM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

1- DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome:

Grupo reflexivo de gênero com homens e mulheres envolvidos com situação de violência doméstica

1.2. Local:

Rio de Janeiro

1.3. Data de Início:

1999

2 - DADOS SOBRE O

FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Introdução

São Gonçalo é um município da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que tem uma área territorial de 249 km², com o segundo maior índice populacional do Grande Rio (982.832 habitantes em 2008)¹ onde os efeitos da falta de estrutura urbana criam várias mazelas sociais como empregos informais, dificuldade de acesso aos

serviços públicos, moradias precárias, saneamento básico insuficiente. Esses problemas sociais do município contribuem (dentre outros fatores) para o elevado índice de criminalidade, o uso abusivo de álcool e outras drogas e, conseqüentemente, o crescimento da violência doméstica e familiar.

Diante deste quadro social, o Juiz Dr. Marcelo Anátocles (titular do Juizado Especial Criminal e, posteriormente, também da Central de Penas e Medidas de São Gonçalo), para enfrentar a questão da Violência Doméstica dentro do Judiciário com inovação, estabeleceu parceria com algumas ONGs e Movimentos Sociais de São Gonçalo. Isto para elaborar uma proposta de intervenção diferente junto aos homens e mulheres envolvidos em situação de violência doméstica, em 1999. Numa época, em que via de regra, esses casos eram inseridos como artigo 129 do Código Penal (Lesão Corporal) nos JECRIM's sendo aplicada a medida/pena de prestação pecuniária, mais conhecida pela população com o nome de Cesta Básica.

Assim, formaram-se os primeiros grupos reflexivos entendendo que as relações de gênero têm conflitos que envolvem aspectos psicossociais que contribuem com a perpetuação da

violência doméstica e vão para além do fator da agressão física.

O Projeto de Grupo Reflexivo de homens surgiu em 1999. A princípio, houve uma parceria entre a ONG NOOS e o Centro Especializado de Orientação a Mulheres Zuzu Angel (CEOM)² para montar o projeto piloto de atendimento em grupo a homens envolvidos em situação de violência doméstica com processo no JECRIM. Após este passo, a equipe do CEOM elaborou a primeira metodologia, através de um grupo de trabalho formado por assistentes sociais e psicólogos, sob a supervisão da então coordenadora Marisa Chaves.

Em 2002, por solicitação do Juiz, Dr. Marcelo Castro Anátocles da Silva Ferreira, duas participantes deste grupo, as assistentes sociais Elaine Coutinho Fernandes e Flávia Cristina Soares da Silva, foram contratadas para integrar a equipe da recém criada CPMA/SG, com o objetivo de fomentar no judiciário a discussão da questão da violência doméstica. Iniciou-se, com metodologia própria, o desenvolvimento dos grupos coordenados pelas duas assistentes sociais. Com o passar dos anos, a equipe técnica aumentou e a referida metodologia foi sendo aprimorada, uma vez que está em contínua construção, atendendo ao objetivo de favo-

recer o rompimento do ciclo da violência.

Na ocasião não existia nenhum trabalho como este e foi um grande desafio abordar um tema tão polêmico no espaço jurídico. O pioneirismo da ação se deu pelo diferencial de substituir a entrega de Prestação Pecuniária pela participação desse homem em um espaço propício para a reflexão, no qual ele poderia ser ouvido e ouvir, tendo a possibilidade de elaborar um novo olhar sob a forma de como se relacionar consigo e com os outros.

Os homens e mulheres envolvidos em situação de violência doméstica têm o primeiro contato o Projeto de Grupo Reflexivo durante a audiência quando é proposto pelo Ministério Público um acordo ou a suspensão condicional do processo, entre outras medidas/penas, dependendo de cada caso. Nesse mesmo momento é apresentada à vítima a possibilidade dela participar do Grupo de Mulheres. Assim, as mulheres são convidadas a integrar o grupo, diferentemente dos homens onde a participação no grupo faz parte de um acordo entre as partes.

Ambos passam por entrevistas no setor técnico que avaliará a pertinência ou não da pena/medida em cada caso. Posteriormente, são convocados para um dos Grupos Reflexivos, cuja duração é de aproximadamente seis meses para homens e quatro meses para as mulheres. Os

encontros são realizados em um espaço específico para este fim no Fórum dos Juizados Especiais. Sendo composto de 14 reuniões semanais, com a duração duas horas e limite de até quinze participantes, coordenados por dois ou três facilitadores. No caso do grupo de homens após a 14ª reunião há duas reuniões subseqüentes com intervalo de 30 e 60 dias objetivando acompanhar as transformações ocorridas, ou não, nas relações estabelecidas pelos participantes do grupo.

Cada reunião cumpre um objetivo específico de acordo com o encadeamento de temas propostos, todavia o desenvolvimento da referida metodologia não segue um padrão rígido, cada dupla ou trio de profissionais elege as ferramentas técnicas que avaliam mais adequadas para atingir o objetivo de cada reunião, o que implica em dizer que o facilitador possui a função de propor atividades geradoras de reflexões, estimulando um processo de construção coletiva e de democratização das relações.

Os principais temas abordados ao longo dos encontros são: resgate da história de vida dos participantes; expressão e a manifestação das emoções; questões de gênero; a violência e formas de combatê-la; ciclo da violência; pacto da não-violência; formas de lidar com a raiva e a questão da comunicação que perpassa todos os temas.

A adesão à proposta ao longo do

¹- Dados do IBGE.

²-Instituição que já desenvolvia Grupo Reflexivo com as mulheres vítimas de violência doméstica.

desenvolvimento do trabalho é bastante significativa, porém, temos uma grande dificuldade na intervenção que é conseguir a participação das mulheres nos Grupos de Reflexão a elas destinados. Isso porque, enquanto vítimas, essas mulheres não têm obrigação processual em cumprir qualquer pena/medida, mas, entende-se que numa relação conjugal/familiar existe um processo de ação/reação, com uma via de mão dupla em que os envolvidos nas questões precisam ser ouvidos e devidamente trabalhados.

Com o advento da Lei Maria da Penha e a criação do 1º Juizado Especializado no atendimento à Violência Doméstica e Familiar nesta Comarca, está sendo elaborado um projeto de intervenção junto ao cartório, os conciliadores e as próprias mulheres, no sentido de aperfeiçoar uma melhor intervenção estimulando-as a utilizar este espaço riquíssimo.

2.2. Objetivos

A referida proposta de intervenção tem como objetivo prevenir e estimular o rompimento do ciclo da violência. Possibilitando a estruturação de um novo modelo de relação de gênero baseada no respeito e na equidade, trabalhando reflexivamente outras formas de solucionar conflitos que não passem pela via da violência contribuindo assim, para a

construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3. Recursos

A equipe que desenvolve o trabalho é composta por cinco assistentes sociais, quatro psicólogos, um coordenador administrativo e o Juiz Titular. Cabe registrar que esta é a mesma equipe que atende as outras demandas da CPMA/SG e os profissionais em questão estão vinculados ao TJERJ ou ao Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS), com quem o Tribunal possui parceria e fornece três psicólogos e dois assistentes sociais para a equipe técnica, além de dois funcionários administrativos lotados no cartório. Cabe salientar que os referidos profissionais estão engajados em discussões, estudos e debates com vistas ao aprimoramento constante do trabalho.

Para o desenvolvimento do Projeto em questão utiliza-se material de consumo, tais como: papel, lápis, canetas, cartolinas e outros que se fizerem necessários para a realização das dinâmicas propostas. Tais itens são fornecidos pelo TJERJ ou adquiridos pelos profissionais. Não se faz uso direto de material de informática ou audiovisual por não estar disponibilizado tais recursos. Os encontros são realizados em uma sala dedicada a este fim, equipada com cadeiras suficientes para todos os participantes.

2.4. Proposta de trabalho com homens³

Utiliza-se como base a literatura de Paulo Freire, que associa temas e conceitos com a experiência cotidiana do universo da pessoa, favorecendo diálogos através de perguntas e dinâmicas, possibilitando a transformação de identidades e o cotidiano dos homens em situação de violência. Freire sugere que a pergunta seja um instrumento de diálogo e geradora de novas perguntas e reflexões.

O grupo reflexivo de gênero para homens em situação de violência doméstica permite que o homem seja trabalhado no grupo. O facilitador possui a função de propor atividades geradoras de reflexões, devolvendo sempre para o grupo as questões postas em discussão no sentido de estimular um processo de construção coletiva e democratização das relações. Assim cada reunião cumpre um objetivo específico de acordo com o encadeamento de temas proposto. A primeira reunião visa informar sobre o funcionamento do grupo (horário, dia, etc); estimular a adesão espontânea dos participantes; estabelecer os norteadores éticos e de convivência (tais como: sigilo, pontualidade, respeito com a história do

outro e o compromisso com a não violência). Depois, na segunda reunião, busca-se trabalhar a expressão e a manifestação das emoções, reconhecendo as dificuldades que existem para expressar determinadas emoções devido à forma como fomos educados. Refletir sobre como somos socialmente levados a inibir ou a exagerar certas emoções e os custos dessa padronização social para nossas vidas.

A terceira, a quarta e a quinta reuniões têm por finalidade fazer um resgate da história de vida de cada participante desde a infância até a idade atual; pontuar como a violência foi sendo inserida na vida de cada um; levantar reflexões sobre a responsabilização quanto aos fatos vivenciados e apontar formas de enfrentamento dos conflitos, sem a utilização da violência. Trabalhar as escolhas, atitudes tomadas e o que não foi possível ser vivido. Refletir de forma responsabilizante como cada decisão pode ou não mudar as nossas vidas.

Já a sexta e a sétima reuniões tratam das questões de gênero. Na sexta reunião, cujo tema é educação diferenciada, propõe-se uma reflexão sobre o conceito de gênero e discute-se a forma como o masculino e o feminino são construídos socialmente, buscando a diminuição da

³- Parte integrante, atualizada, do artigo apresentado pela equipe técnica da CPMA/SG na XIX Conferência Mundial de Serviço Social Salvador/BA, Agosto 2008.

desigualdade entre os gêneros. Trabalha-se que em nossa cultura, muitas vezes, existem expectativas em relação à forma como homens e mulheres devem ser e se comportar. Busca-se refletir que características biológicas, que diferenciam os homens das mulheres, não podem ser usadas como justificativas para promover o machismo ou reprimir os homens. Chama-se a atenção do grupo para os papéis cristalizados e rígidos propagados pela nossa cultura, reproduzidos pela mídia, igreja, escola, família e a comunidade que podem gerar conflitos em várias esferas, inclusive doméstica. E, na sétima reunião a proposta é tratar da paternidade e do cuidado com os filhos, onde se discutem alternativas não violentas para lidar com situações de conflito entre pais e filhos.

No conjunto composto pela oitava, nona, décima e décima primeira reuniões trata-se, diretamente, da questão da violência e formas de combatê-la. E na oitava reunião, cujo tema é raiva versus transformação, busca-se identificar situações onde se sente raiva e refletir sobre o que fazer para não perder o controle. A nona reunião tem por objetivo estudar a violência e trabalhar a capacidade de escuta; fomentar o tema violência nas suas múltiplas formas; levantar possibilidades de resolução dos conflitos sem o uso da violência e introduzir o tema violência doméstica. Durante a décima reunião trabalha-se o ciclo da

violência, de forma lúdica e explicativa; apresentam-se as características de cada fase; levanta-se como cada um já vivenciou o ciclo da violência; fomentam-se formas de superação e rompimento do ciclo da violência. Fechando o raciocínio, na décima primeira reunião a proposta é identificar as formas de violência que praticamos ou que são praticadas contra nós.

A décima segunda reunião tem por objetivo apresentar o tema saúde de forma lúdica; estimular o uso da camisinha; fornecer possíveis informações sobre DST/AIDS. Falar sobre a importância de reconhecer os sintomas e procurar um médico urologista. Explicar que a AIDS não tem nenhum sintoma visível e que a única forma de saber se está contaminado pelo HIV é fazendo exame de sangue específico. Identificar as doenças sexualmente transmissíveis proporcionando uma reflexão sobre a importância de sua detecção e prevenção no contexto da sexualidade e saúde reprodutiva. Questionar os mitos e tabus em relação ao referido assunto.

Na décima terceira e na décima quarta reuniões o objetivo é preparar os participantes para o término do grupo. Assim, na décima terceira reunião encorajam-se os participantes do grupo para que revejam e avaliem os seus objetivos, reflitam sobre as metas e objetivos futuros, buscando uma nova proposta de vida, resgatando sonhos e desejos. E, na décima quarta reunião, considerada

a última reunião, é quando se avalia a contribuição da participação no Grupo de Gênero para a qualidade dos relacionamentos e conseqüentemente para a qualidade de vida de seus membros.

As duas reuniões subsequentes, após o término do bloco de quatorze reuniões semanais consecutivas, buscam dar um acompanhamento aos participantes do grupo. A décima quinta reunião é realizada um mês depois da décima quarta reunião e cada participante deve compartilhar com o grupo como está o seu momento de vida atual (relacionamentos, trabalho, família, etc...). E, a décima sexta reunião acontece dois meses depois da décima quarta reunião, nesta oportunidade pede-se que falem sobre o momento de vida atual e se conseguiram colocar em prática o “projeto de um novo homem” proposto no penúltimo encontro do grupo reflexivo de gênero para homens em situação de violência doméstica.

2.4.1. Metodologia grupo com homens

A título de ilustração, a seguir são detalhadas as primeiras três reuniões do grupo de homens.

1ª REUNIÃO

Objetivo: Informar sobre o funcionamento do grupo (horário, dia, etc); estimular a adesão espontânea ao

Grupo; estabelecer os norteadores éticos e de convivência, tais como: sigilo, pontualidade, respeito com a história do outro e o compromisso com a não violência.

1º Momento: Dinâmica do Cochicho - O facilitador dividirá os participantes em duplas. Solicitará que eles se apresentem uns para os outros levantando aspectos como: nome, idade, profissão, estado civil e se tem filhos, sem que entrem em outros elementos de suas vidas. Após todos terem se apresentado entre si, o facilitador pedirá que cada componente da dupla apresente o colega para o grupo e vice versa.

2º Momento: Apresentação da proposta de trabalho - Será informado o horário das reuniões, o número de encontros (14 consecutivos e dois de acompanhamento, 30 e 60 dias após a última reunião), a quantidade de faltas permitidas (3, justificadas ou não) e que haverá dinâmicas em todas as reuniões. Informar que um dos facilitadores estará registrando as falas.

3º Momento: Construção coletiva do “Código de Ética” - Visa à regulamentação de algumas regras para o bom convívio em grupo, a fim de favorecer a reflexão. Cabe lembrar que o compromisso com a não violência deverá constar como uma das regras

e que o código deverá ficar exposto ao longo de todas as reuniões, para que quando necessário seja lembrado ao grupo ou a um participante.

4º Momento: Dar um nome ao Grupo (como os participantes gostariam de chamá-lo), fazendo uma eleição com os nomes que surgirem no grupo.

5º Momento: Levantamento da emoção inicial quanto à participação no grupo. Pedir para que todos digam o sentimento com o qual chegou para esta reunião e com qual sentimento está saindo.

2ª REUNIÃO

Objetivo: Trabalhar a expressão e manifestação das emoções, reconhecendo as dificuldades que existem para expressar determinadas emoções devido à forma como fomos socializados. Refletir sobre como somos socialmente levados a inibir ou a exagerar certas emoções e os custos dessa padronização social para nossas vidas.

1º Momento: Resgatar a última reunião.

2º Momento: O facilitador colocará uma música ambiente e lerá a “História do Outro Eu”, pedindo para que todos fechem os olhos e prestem a atenção.

O Outro Eu

Era um rapaz qualquer que ouvia música, roncava nas sonecas, fazia barulho quando comia e gostava de futebol. O nome dele é Armando. Sua vida era comum em tudo, menos numa coisa: tinha Outro Eu. O Outro Eu, usava poesia no olhar, se enamorava das atrizes, mentia cuidadosamente e se emocionava com o pôr do Sol. Armando, porém, preocupava-se muito com seu Outro Eu e tinha vergonha que seus amigos O conhecessem. Como o Outro Eu era sensível, impedia Armando de ser tão durão quanto ele gostaria. Uma tarde, Armando chegou cansado do trabalho, tirou os sapatos, moveu lentamente os dedos dos pés e ligou o rádio. No rádio tocava uma música suave e o rapaz adormeceu. Quando despertou, o Outro Eu chorava desconsolado. Num primeiro momento, Armando, não soube o que fazer, mas depois se refez e insultou conscientemente o Outro Eu. O Outro Eu ficou calado, e na manhã seguinte tinha se suicidado. A princípio a morte do Outro Eu foi um duro golpe para Armando, mas em seguida pensou: “agora sim poderei ser totalmente durão como sempre quis!”. Pensando assim, sentiu-se bem. Depois de somente dois dias de luto pelo o Outro Eu, Armando saiu na rua determinado a mostrar que estava completamente durão. De longe viu seus amigos. Isso o encheu de alegria e sorriu. No entanto, quando Armando passou, eles nem

notaram sua presença. Para piorar, Armando chegou a escutar o que comentavam: “pobre Armando, e pensar que parecia uma pessoa tão legal!” Armando não teve outro jeito senão deixar de rir, e ao mesmo tempo, sentiu no peito um aperto que parecia saudade. Mas não pode sentir uma autêntica tristeza, porque o Outro Eu havia levado consigo toda sua sensibilidade.

3º Momento: Refletir com o Grupo sobre o tema abordado na história. Perguntas para discussão:

- O que mais chamou sua atenção no conto?
- Qual é a função das emoções? (Dar exemplo: o medo nos ajuda com situações de perigo, para nos cautelarmos)
- No conto, em algum momento você lembrou-se da sua vida?
- Durante sua vida precisou abrir mão de alguma emoção ou sentimento? Por que acha que isso aconteceu?

4º Momento: O facilitador colocará num quadro cinco emoções básicas: Medo / Afeto / Tristeza / Raiva / Alegria

Explicará que cada um deverá escrever no papel da seguinte forma:

- Em 1º Lugar: Qual das cinco emoções expressa com mais facilidade?

b) Em 2º Lugar: Qual das cinco emoções expressa facilmente, mas não tanto quanto a primeira?

c) Em 3º Lugar: Qual das cinco emoções é indiferente, ou seja, não tem dificuldade e nem facilidade para expressar?

d) Em 4º Lugar: Qual das cinco emoções expressa com um pouco de dificuldade?

e) Em 5º Lugar: Qual das cinco emoções expressa com mais dificuldade?

Após todos concluírem, o facilitador solicitará que compartilhem seus resultados com o grupo. É muito importante que todos participem. Ao final, se deve enfatizar que as emoções podem ser vistas como uma forma de energia que nos permite perceber aquilo que nos oprime e causa danos internamente. Conseguir expressá-las sem causar danos a outros, nos ajuda em nosso próprio fortalecimento e a nos relacionarmos melhor com o mundo que nos rodeia. As diferentes emoções são simplesmente o reflexo de necessidades afetivas, e o melhor é aprender a lidar com todas elas na medida em que apareçam em nossa vida. Geralmente, desde que nascemos, são impostas algumas idéias como, por exemplo, a de que os meninos não devem ser medrosos ou que as meninas ficam feias quando demonstram raiva. A saúde emocional tem a ver com a flexibilização na forma de lidar com as emoções, pois estas são

recursos para identificar e expressar nossas necessidades. Comente que as emoções não são masculinas e nem femininas, são características humanas. Em relação à raiva, é importante que o grupo reconheça a diferença entre a violência e a expressão direta da raiva, ou seja, o fato de sentir raiva não significa que temos o direito de agredir o outro.

3ª REUNIÃO

Linha da Vida (Infância)

Objetivo: Fazer um resgate da história de vida de cada participante; pontuar como a violência foi sendo inserida na vida de cada um deles; levantar reflexões sobre a responsabilização dos fatos vivenciados e apontar formas de enfrentamento dos conflitos, sem a utilização da violência.

1º Momento: Resgatar a última reunião.

2º Momento: Dinâmica do Túnel do Tempo - O facilitador apagará as luzes da sala, solicitará que os participantes sentem-se de forma confortável, pedirá que todos fechem os olhos, procurando relaxar ao máximo. Com a voz serena e de forma pausada o facilitador irá conduzir os participantes a um rela-

xamento. Exemplo: "Vamos relaxar, imaginando que estamos num lugar calmo, onde só encontramos paz. Esse lugar pode ser um lugar conhecido, uma praia, um campo, uma cachoeira. O que importa é que esse lugar traga muita tranquilidade, lá sentimos a brisa leve no rosto, como um carinho, sentimos o calor do sol, na nossa pele, de forma confortável, sentimos o cheiro da natureza agradável entrando nos nossos pulmões. Vamos nos entregar a essa sensação de relaxamento. Nesse lugar maravilhoso, vamos imaginar um túnel do tempo, onde iremos entrar, de onde vamos trazer o máximo de lembranças. Vamos fazer um esforço e nos imaginar na barriga de nossa mãe; um lugar onde não sentimos fome, frio ou sede. Agora vamos nos esforçar para imaginar como foi nosso nascimento, como deve ter sido sentir frio pela primeira vez e outras sensações.

Agora, ao invés de imaginar vamos lembrar, vamos buscar lá no fundo da nossa memória, a primeira lembrança, aquela que está quase se apagando na nossa cabeça, da nossa primeira infância. Que lembrança é essa? Vamos recordar nossa infância! Como era a nossa família? Quais as brincadeiras que mais gostávamos? Vamos deixar as lembranças virem. O que mais gostávamos de fazer e o que mais detestávamos? E a escola? Os Colegas? As bagunças? Que lembranças mais marcaram nossa infância?

3º Momento: Trabalhar as sensações que relaxamento provocou. Orientar para que todos tenham oportunidade de falar, pois cada fase será trabalhada separadamente. Informar que um dos facilitadores estará registrando as falas, no intuito de formar a linha da vida de cada um.

Esse tema, geralmente, mobiliza muito os participantes, por isso o facilitador deverá estar atento, se os participantes têm oportunidades iguais de fala, se não estão entrando em outra fase, pois dessa forma, poderá se perder a noção cronológica dos relatos e assuntos serem várias vezes repetidos pelos participantes. É interessante que o facilitador apenas aponte os pontos mais relevantes como, família, escola, brincadeiras...

4º Momento: Exposição das memórias (desenhos) - Desenho dirigido: O que foi melhor na infância? O que foi pior na infância? Cada componente do grupo, através de memórias e reflexões sobre a sua infância deverá fazer desenhos, o primeiro sobre o que foi melhor na sua infância e o segundo sobre o que foi pior. Em seguida cada um apresenta seus desenhos aos demais, que poderão fazer perguntas e comentários. O facilitador trabalhará com o grupo o que foi mais importante nesta fase da

vida. Se os participantes foram testemunhas de violência doméstica e como eles se sentiram na época.

2.5. Proposta de trabalho com mulheres

São grupos formados por mulheres que estão ou estiveram envolvidas em atos de violência entre parceiros íntimos ou de gênero e que se propõem a uma reflexão coletiva sobre os valores envolvidos na construção de sua identidade feminina e a expressão desses valores em seu comportamento e atitudes, pois como sabemos⁴:

“A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziriam à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres...”

O Grupo Reflexivo de Mulheres da CPMA/SG, inserido no contexto do Judiciário é facilitado por uma Equipe Técnica, composta por quatro psicólogos e cinco assistentes sociais que cumprem a formalidade jurídica e também aspectos psicossociais

⁴- *Declaração sobre Eliminação da Violência contra as Mulheres, Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, dezembro de 1993.*

deste fenômeno. Esta equipe atua neste cenário com uma proposta reflexiva, trabalhando aspectos sociais e emocionais da educação e prevenção da violência.

No âmbito da educação, a mulher tem a possibilidade de resignificar seus conteúdos psicológicos, pessoais, familiar e social, despertando para uma forma de relação com sua experiência vivida. Com uma metodologia voltada para os princípios do educador Paulo Freire, onde preconiza a construção e reconstrução continua através da subjetividade do educando.

No contexto da prevenção, a intenção básica é reduzir a frequência e a intensidade dos problemas relativos à violência. Com prevenção terciária⁵, reduzindo sequelas mais sérias que não puderam ser evitadas nem atenuadas.

No papel de vítima, atribuído no contexto jurídico, esta mulher após a audiência é encaminhada ao setor administrativo da CPMA/SG onde é agendada entrevista com Equipe Técnica.

Quem é a vítima? Esta é a pergunta que fazemos constantemente. A mulher no papel de vítima, não tem o mesmo compromisso formal que o homem (entendido juridicamente

como autor do fato), para cumprir a rotina processual no ordenamento jurídico. Ela é convidada e não intimada a participar deste grupo.

Dessa forma, possibilitamos condições para que ambos tenham oportunidades de refletir sobre questões que o levaram ao conflito e intervir para interromper o ciclo da violência. Após esses anos de experiência, observamos que os dois grupos (homens/mulheres), são distintos, singulares e com algumas peculiaridades.

Como convidada, muitas dessas mulheres não se sentem “envolvidas ou compromissadas” a participar do Grupo Reflexivo. Com isto, observa-se que a demanda de participação das mulheres é sempre inferior a dos homens. A Equipe Técnica, na entrevista inicial, investe em trabalho de conscientização para que elas entendam sobre este convite e a possibilidade de mudança pessoal.

A resistência inicial da participação do homem no Grupo Reflexivo é muito mais visível que a mulher. Elas, apesar de não se sentirem motivadas ou compromissadas a participar do grupo (assumem inicialmente o papel de vítima que não tem que cumprir pena), aderem no início acreditando em mudanças nas suas vidas.

A Equipe Técnica inicia o atendimento desta mulher, valorizando-a,

em sua história singular. Por parte dos profissionais, existe um cuidado para que ela seja vista como pessoa e não número ou rotina processual da violência. Na primeira entrevista, é atendida em uma proposta diferenciada de acolhida empática. Esta acolhida facilita um envolvimento, gerando condições favoráveis, onde vítima/mulher/pessoa que fez a denúncia possa pensar/sentir outras possibilidades na sua história pessoal. A partir dessa entrevista inicial, é convidada a participar do Grupo.

Este Grupo Reflexivo de Mulheres tem uma proposta humanista, existencial, fenomenológica onde percebe o ser humano como parte de um fenômeno social, essencialmente dotado de liberdade, poder de escolha e responsabilidade. Acreditando que mesmo nas condições mais adversas e severas, a pessoa pode preservar e desenvolver alguma capacidade de autonomia e autodeterminação. Carl Rogers, psicólogo humanista que desenvolveu Abordagem Centrada na Pessoa⁶, acredita nesta força como tendência atualizante⁷ que é a capacidade que todo ser vivo tem para o autocrescimento.

Esta abordagem tem também como

fundamento básico o mesmo pensamento do educador Paulo Freire, que valoriza a experiência subjetiva e pré-reflexiva como critério de conhecimento e crescimento, onde os princípios de valorização da pessoa e sua história pessoal são conteúdos importantes. Freire propõe a execução prática da criação de situações existenciais típicas do grupo com quem vai se trabalhar. São situações desafiadoras, codificadas e carregadas de elementos que serão decodificadas (resignificadas) pelo grupo com a mediação de um educador/facilitador.

Por que Grupo Reflexivo? Os grupos representam uma possibilidade de proposta reflexiva para encorajamento ou empoderamento coletivo de construção de uma nova identidade individual crítica.

Por entender que alguns temas são de grande relevância na proposta reflexiva do fenômeno social em questão foi criado um roteiro, onde são sugeridos em uma ordem que levam a compreensão e re-organização de idéias, privilegiando as emoções ao invés da cognição⁸.

Por vezes pode ocorrer que o movimento do grupo seja diferente aos

⁶- Uma forma singular de abordagem, com características expressas através de uma compreensão empática, autenticidade e aceitação incondicional (Wood, 1995).

⁷- É uma abertura para o novo, para a criatividade. Tendência para manutenção, crescimento e reprodução do organismo (Rogers, 1978).

⁵- Objetiva, diminuir as conseqüências de um problema contínuo e intenso sendo, em geral, estratégias voltadas para a reinserção social do indivíduo (Maldonado, 2001).

temas propostos. Desta forma, é privilegiado o ritmo solicitado, ou seja, explora-se a necessidade do grupo. Nesses casos, escutamos as subjetividades emergentes, suas motivações e interesses, no contexto imediato da vivência do encontro grupal.

São 14 encontros que ocorrem uma vez por semana, com duração média de duas horas cada. O grupo é composto por dois facilitadores⁸, preferencialmente, um psicólogo e um assistente social.

Roteiro de temas sugeridos:

Primeiro encontro - Estabelecer funcionamento / formação de regras de convivência.

Segundo - Clareza da comunicação verbal.

Terceiro - Como ser firme sem ofender os outros.

Quarto - Percepção e subjetividade.

Quinto, sexto e sétimo - História de vida.

Oitavo - Auto estima.

Nono - Educação diferenciada.

Décimo e décimo primeiro - Violên-

cia.

Décimo segundo - Possibilidades de enfrentamento da violência.

Décimo terceiro - Sexualidade.

Décimo quarto - Sentimentos.

2.5.1. Metodologia grupo com mulheres

A título de ilustração, a seguir são detalhados os três encontros finais do grupo de mulheres.

Décimo segundo encontro

Possibilidades de enfrentamento da Violência

Objetivo: Refletir a responsabilidade de cada uma perante o individual, familiar e social com o compromisso de transformação do enfrentamento da violência. Estimular, fomentar a capacidade e força interna das participantes na “Prevenção da Violência”, reforçando o pensamento atual da ONU - “Construtores da Paz”. A função da ONU (Organização das Nações Unidas) é manter o equilíbrio do planeta, mediando conflitos e

coordenando ações sociais e humanitárias (inclusive preocupação constante com a prevenção dos diversos tipos de violência).

Primeira etapa

Dinâmica: “Olhar para as mãos” (sensibilização, observação e toque)

Descrição: Pedir para as participantes que fiquem em silêncio olhando para as suas mãos. Falar: percebam suas mãos, toque-as. Percebam se elas estão quentes; se elas estão ressecadas, se elas estão macias; percebam seus dedos (observe que eles são de tamanhos diferentes), se eles são finos ou grossos etc.

Pensar: O que mais faço com as minhas mãos?

O quê eu deveria fazer mais com as minhas mãos e faço pouco?

O quê eu não deveria fazer e continuo fazendo?

O quê eu quero fazer com as minhas mãos?

Segunda etapa

Dinâmica: “Os sentimentos/emoções”

Descrição: Ler texto de jornal (recente) sobre algum(s) tema(s) de violência. Solicitar opinião das participantes sobre o que acabaram de ouvir. Abrir a discussão para que

todas possam expressar opinião sobre a violência generalizada. Após a discussão do grupo, colocar uma caixa vazia no centro da sala. Explicar para as participantes, que a caixa esta vazia e pode ser transformada. Lembra das mãos? Agora olhando para o coração (onde reside os sentimentos e emoções) e da mesma forma que olharam para as mãos:

“O quê eu posso fazer, com meus sentimentos e emoções, para enfrentar a violência?”

Cada participante deverá pensar em um ou mais, desenho, palavra ou frase. Colocar na caixa vazia.

Reflexão: Aos poucos a caixa deixa de ser vazia.

O facilitador irá refletir junto com as participantes sobre a possibilidade de transformação e enfrentamento. O vazio pode ser transformado em possibilidade positiva.

Referência bibliográfica: Os Construtores da Paz (Maria Thereza Maldonado)

Obs.: Este tema tem como objetivo principal não só focar a Violência Doméstica, mas também a responsabilidade individual com o compromisso social “Construtores da Paz”. A semente que cada uma pode participar! Prevenção de um mundo melhor! Multiplicadores da semente da Paz - pensamento ecológico! (Finalizar com a história do passarinho que tenta apagar o fogo na floresta)

⁸ - As perguntas feitas a partir de temas sugeridos não têm foco diretivo, são instrumentos de reflexão. As dinâmicas utilizadas, também, funcionam para estimular “o sentir” das experiências vividas.

⁹ - A figura do facilitador tem como “tarefa” facilitar a expressão dos membros do grupo (Wood, 1995).

Texto sugerido: Deixe o barro secar (autor desconhecido). Temas: atitude, todas.

Deixe o barro secar.

Mariana ficou toda feliz porque ganhou de presente um joguinho de chá, todo azulzinho, com bolinhas amarelas. No dia seguinte, Júlia, sua amiguinha, veio bem cedo convidá-la para brincar. Mariana não podia porque ia sair com sua mãe naquela manhã. Júlia, então, pediu à colega que lhe emprestasse o seu conjuntinho de chá para que ela pudesse brincar sozinha na garagem do prédio. Mariana não queria emprestar, mas, com a insistência da amiga, resolveu ceder, fazendo questão de demonstrar todo o seu ciúme por aquele brinquedo tão especial. Ao regressar do passeio, Mariana ficou chocada ao ver o seu conjuntinho de chá jogado no chão. Faltavam algumas xícaras e a bandejinha estava toda quebrada. Chorando e muito nervosa, Mariana desabafou: “Está vendo, mamãe, o que a Júlia fez comigo? Emprestei o meu brinquedo, ela estragou tudo e ainda deixou jogado no chão.” Totalmente descontrolada, Mariana queria, porque queria, ir ao apartamento de Júlia pedir explicações. Mas a mamãe, com muito carinho, ponderou: Filhinha, lembra daquele dia quando você saiu com seu sapatinho novo todo branquinho e um

carro, passando, jogou lama em seu sapato? Ao chegar à sua casa você queria lavar imediatamente aquela sujeira, mas a vovó não deixou. Você lembra do que a vovó falou? Ela falou que era para deixar o barro secar primeiro. Depois ficava mais fácil limpar. Pois é, minha filha! Com a raiva é a mesma coisa. Deixa a raiva secar primeiro. Depois fica bem mais fácil resolver tudo. Mariana não entendeu muito bem, mas resolveu ir para a sala ver televisão. Logo depois alguém tocou a campainha, era Júlia, toda sem graça, com um embrulho na mão. Sem que houvesse tempo para qualquer pergunta, ela foi falando: Mariana, sabe aquele menino mau da outra rua que fica correndo atrás da gente? Ele veio querendo brincar comigo e eu não deixei. Ai ele ficou bravo e estragou o brinquedo que você havia me emprestado. Quando eu contei para a mamãe ela ficou preocupada e foi correndo comprar outro brinquedo igualzinho para você. Espero que você não fique com raiva de mim. Não foi minha culpa. Não tem problema, disse Mariana, minha raiva já secou. E, tomando a sua colega pela mão, levou-a para o quarto para contar a história do sapato novo que havia sujado de barro. Segure seus ímpetos, deixe o barro secar para depois limpá-lo.

Assim você não correrá o risco de cometer uma injustiça.

Décimo terceiro encontro **Sexualidade/DST**

Objetivo: Possibilitar reflexões sobre este tema. Aplicação prática do conceito de promoção e

prevenção da saúde sexual e reprodutiva: DST e gravidez não desejada. Orientar sobre necessidade frequente e periódica de visita a ginecologista. Também, propiciar esclarecimentos do que seja sexualidade para mulher, onde se inclui: estigmas, preconceitos, mitos e tabus da nossa cultura.

Primeira etapa

Dinâmica: Ninguém é de ninguém (quebra de barreiras/conhecer possibilidades e limites do corpo)

Descrição: A dinâmica consiste em formar duplas. Um frente ao outro. O facilitador dá comandos de como tocar o outro simultaneamente. Por exemplo: “cabeça com cabeça; mão direita no joelho esquerdo; mão esquerda no pé esquerdo; bunda com bunda”. Quando tornar-se impossível a interação, grita-se: “Ninguém é de ninguém”. Alguém substitui o facilitador (este forma alguma dupla) para puxar outra variação de comando, sucessivamente.

Segunda etapa

Dinâmica: Apresentação de material didático sobre o tema (Informação

sobre prevenção e saúde sexual e DST)

Descrição: Introduzir esta atividade com material explicativo sobre funcionamento do órgão feminino e masculino, tipos de camisinha (masculina e feminina) e álbum seriado do Ministério da Saúde, contendo informações sobre DST.

Terceira etapa

Dinâmica: Sexualidade para mulher? (esclarecimentos sobre estigmas, preconceitos, mitos e tabus da nossa cultura)

Descrição: Formar um grupão e convidar as participantes a expressar o que sugere para cada uma: sexualidade x mulher.

Texto sugerido: Sexualidade

Sexualidade

Antes de tudo, é necessário se ter uma noção básica do que seja sexualidade. Nos dicionários pode se encontrar que sexualidade é a qualidade do que é sexual. Mas qual será o conceito das pessoas sobre sexualidade? Muitos vêem a sexualidade como apenas o ato sexual, se “esquecendo” de valores éticos e morais, e que serve apenas para a reprodução, perpetuação da espécie.

É notório nos dias de hoje uma desvalorização e banalização em se tratando da sexualidade.

Pessoas não se valorizam se “entregam” sem mesmo conhecer o parceiro sexual, a conhecida “transa” de fim de festa, onde “rola” aquele clima e para satisfazer um prazer momentâneo, transam. Mas até que ponto isso é positivo? O problema se torna mais grave quando surge uma gravidez indesejada, uma DST ou até mesmo uma difamação de um para com o outro.

Programas educacionais são lançados em meios de comunicação e escolas através de palestras, para salientar esses “problemas”, só que muitos vêem isso com “besteira”. Não se importam, não pensam nas consequências, acham que por serem jovens jamais irá acontecer com eles. Além de que, acreditam que esses avisos são proibições, que a sociedade quer apenas impedir a felicidade alheia, vendo esses programas de alerta como um desafio a ser vencido.

É necessário se ter uma visão mais crítica da realidade, sabendo agir nos momentos mais tentadores, onde o prazer tenta de todas as formas vencer a razão. Pois sexualidade não é apenas o ato em si, e sim todas as relações humanas, desde o olhar, o falar e o agir, sem restrições de raça, religião, idade. Sexualidade está presente em todas as fases da vida.

(Alessandra Machado de Gino)

Décimo quarto encontro

Sentimentos

Objetivo: Propiciar às participantes a possibilidade de vivenciarem a expressão e a manifestação das emoções/sentimentos, reconhecendo as dificuldades que existem para expressá-las devido a forma como fomos socializados e a interferência de cada pessoa. Refletir sobre como somos socialmente levados a inibir ou exagerar certos sentimentos. Esta reflexão propicia autoconehecimento para ressignificar conteúdos de vida. Efetivar responsabilização com atitudes /comportamentos provenientes de emoções /sentimentos.

Primeira etapa:

Dinâmica: “O perfume” (sensibilização para despertar sentimentos adormecidos)

Descrição: Música “Emoções” (Roberto Carlos) e simultaneamente colocar um vidro de perfume, perguntar: O quê vocês estão vendo? Em seguida, saber de cada participante o que é mais importante: líquido/vidro/essência?

Esclarecer que cada um tem sua importância, mas que a essência é algo abstrato (não tocamos, não é concreto como vidro e líquido). Fazer analogia com as emoções e sentimentos. O que é saúde? O que é alegria?

O que é raiva? Informar que são sentimentos que fazem parte de nossas emoções e como tal não podemos negá-los e sim elaborar.

Segunda etapa

Dinâmica: Tempestade de sentimentos (explorar sensação de “sentir”)

Descrição: Solicitar que cada participante descreva um tipo de sentimento que vier de imediato. O facilitador irá anotar em um painel. Relacionar e assinalar os positivos e negativos. Propor reflexão sobre os sentimentos não serem bons e nem maus. Didaticamente, são positivos e negativos. Importante, considerar que existem e que importância tem em nossas vidas.

Terceira etapa

Dinâmica: Meus sentimentos (autoconhecimento/resignificação)

Descrição: Pedir para que cada uma escreva maior quantidade possível de sentimentos. Em seguida, responder:

Por que estes sentimentos fazem parte da minha vida?

Quais os sentimentos que tem me ajudado?

Quais os sentimentos que tem me dificultado o meu crescimento?

Obs.: A emoção é um estado afetivo intenso, muito complexo, proveniente da reação (resposta ao sentir),

ao mesmo tempo mental e orgânica, sob a influência de certas excitações internas ou externas. Na emoção existe influência da não-racionalidade e do comportamento impulsivo. O sentimento se distingue basicamente da emoção por estar revestido de um número maior de elementos intelectuais e racionais (filtro da cognição). No sentimento já existe alguma elaboração no sentido do entendimento e compreensão. No sentimento já acontece uma aproximação da reflexão e do livre arbítrio (escolha), da espiritualidade e da racionalidade ou evolução humana.

Amor - Amar (pode-se ou não cometer o ato de amar, a si mesmo, a outrem ou a algo);

Ódio - Odiar (pode-se ou não cometer o ato de odiar, a si mesmo, a outrem ou a algo);

Alegria - Alegrar (pode-se ou não cometer o ato de alegrar, a si mesmo, a outrem ou a algo);

Tristeza - Entristecer (pode-se ou não cometer o ato de entristecer, a si mesmo, a outrem ou a algo);

Texto sugerido: O sábio e o menino

Sábio e o menino

Um menino estava querendo fazer uma pegadinha com o sábio. Ele tinha em uma das mãos um passarinho e pensou: Hoje vou “pegar” este sábio.

Vou perguntar a ele se o passarinho que está em minhas mãos está vivo ou morto. Se ele disser vivo, eu aperto e mato o passarinho; se ele disser morto, eu solto o passarinho; ou seja, o sábio errará de qualquer maneira. Ele pergunta ao sábio e este responde: "Está em suas mãos, faça o que achar melhor com o que você te em suas mãos". (autor desconhecido)

2.6. Considerações finais

Pode-se dizer que os grupos reflexivos de gênero para homens e mulheres em situação de violência doméstica é uma opção metodológica de busca do rompimento do ciclo da violência e da propagação da formação de multiplicadores da proposta de não-violência. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro uma instituição de conceitos historicamente rígidos, na figura do Juiz Dr. Marcelo Anátocles, abriu possibilidade a novos olhares sobre a questão da violência doméstica na perspectiva de propor a reflexão aos

homens e mulheres envolvidos nesse tipo de conflito, além de concretizar o desejo de trabalhar tais questões de forma menos tradicional e mais eficaz do que normalmente a Justiça impõe uma vez que leva os envolvidos a pensar, refletir, rever atitudes consigo mesmo e com o outro.

Relevante ressaltar que desde 2002 já foram atendidos 211 homens em 27 grupos e 45 mulheres em 14 grupos, com um índice de reincidência de apenas 2% dos casos. O que demonstra eficiência e eficácia de um trabalho que vai para além da ação processual traçando um novo patamar de intervenção dentro do Poder Judiciário, mais humanizado e com bons resultados. Assim, o Projeto de Grupo Reflexivo de Gênero desenvolvido na CPMA/SG, vem trazer a população atendida, um espaço de discussão, indo para além do fator punitivo. É uma proposta de trabalho que busca prevenir novos delitos, sendo uma alternativa bem sucedida na superação de conflitos de gênero e também de novas demandas processuais.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EXPERIÊNCIA

Nome: Central de Penas e Medidas Alternativas

Endereço: Rua Francisco Portela, n.º 2.814 - 3º andar

Cidade: Rio de Janeiro | **UF:** RJ | **CEP:** 24.435-000

Telefone (DDD): (21) 3715-8544 / 3715-8545

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL

Nome: Marcelo Castro Anátocles Da Silva Ferreira

Cargo ou Função na Instituição: Juiz de Direito

Telefones para contato (DDD): (21) 3715-8529 / 8530 / 8544 / 8545

Email: manatocles@tjrj.jus.br



PLANTAR UMA FLORESTA EM NÍSIA FLORESTA

1- DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome:

Plantar um Floresta em Nísia Floresta

1.2. Local:

Município de Nísia Floresta - Rio Grande do Norte

1.3. Data de Início:

2007

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

O Projeto Plantar uma floresta em Nísia Floresta trata-se de uma iniciativa do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, notadamente do Juízo de Direito da Comarca de Nísia Floresta/RN, através do qual se busca, mediante a aplicação de penas e medidas alternativas, uma maior conscientização ambiental dos infratores de crimes ambientais e da população de um modo geral.

A experiência está em execução desde o dia 14.07.2007. É importante

ressaltar que desde então o projeto está constantemente crescendo, pois atualmente conta com o apoio das autoridades constituídas do Município de Nísia Floresta (executivo, legislativo e ministério público) e da maioria da população.

Vejamos o ciclo de materialização do Projeto Plantar uma Floresta em Nísia Floresta:

a) 14.07.2007 - Primeira fiscalização com relação ao cometimento de crimes ambientais.

b) 23.07.2007 - Realização das audiências preliminares perante o Juizado Especial Criminal de Nísia Floresta. Primeiras audiências - uma semana depois da fiscalização; Início do pagamento de prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade realizadas perante o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, localizado em Nísia Floresta. O dinheiro arrecadado é aplicado na compra de equipamentos para a realização de palestras nas escolas (kit multimídia data-show), bem como para a aplicação nas fiscalizações (máquina fotográfica), produção de mudas de árvores e plantio. Já a prestação de serviços à comunidade é voltada diretamente para produção e plantio de mudas.

c) 10.09.2007 (um mês após o início do projeto) - Realização de evento de afirmação do Projeto Plantar uma Floresta em Nísia Floresta, que

envolveu mais de 800 alunos das escolas públicas do município, com realização de palestras, apresentações artísticas e que culminou com a formação pelas próprias crianças de um coração nas dunas da praia de Búzios, Nísia Floresta/RN.

d) De agosto de 2007 a dezembro de 2007 foram destinados ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, localizado em Nísia Floresta, R\$ 16.720,00 (dezesesseis mil setecentos e vinte reais) em prestações pecuniárias através de transações penais, todas revertidas na aquisição de materiais e na produção e cultivo de mudas, assim como, o período correspondente a 23 (vinte e três) meses de prestação de serviço a comunidade, voltada diretamente à produção e ao plantio de mudas.

e) 28.09.2008 - Início oficial do plantio das mudas, com evento realizado no Fórum Municipal de Nísia Floresta e participação de aproximadamente 150 crianças que receberam mudas e foram Plantar uma Floresta em Nísia Floresta, juntamente com o juiz, promotora, professores, pessoas que estavam prestando serviços à comunidade, dentre outros.

f) 15.11.2008 (dois meses do plantio nos saquinhos das primeiras mudas de árvores) - Realização de Palestras nas Escolas, os professores organizam relação com endereços dos alunos interessados no plantio de

mudas em suas residências. De acordo com a agenda elaborada pelas escolas, Agentes de Saúde do PSF (Plano de Saúde de Família), Carteiro e Agentes Judiciários de Proteção perguntam aos moradores da cidade de Nísia Floresta se desejam que seja plantada em sua residência uma muda de árvore de acordo com a agenda do Plano de Saúde da Família e CORREIOS. Em seguida foi realizado o plantio das mudas nas residências das crianças que demonstraram interesse nas escolas e pessoas visitadas pelos agentes de Saúde do PSF (Plano de Saúde de Família), Carteiro e Agentes Judiciários de Proteção de acordo com a agenda do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

g) De janeiro a dezembro de 2008, foram destinados ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, localizado em Nísia Floresta, mais R\$ 6.067,00 (seis mil e sessenta e sete reais) em prestações pecuniárias através de transações penais, todas revertidas na aquisição de materiais e na produção e cultivo de mudas, assim como, o período correspondente a 36 (trinta e seis) meses de prestação de serviço à comunidade, voltada diretamente à produção e ao plantio de mudas.

h) Continuação do ciclo em todo ano de 2009, respeitados os períodos acima assinalados está sendo dada continuidade à experiência, com os mesmos intervalos entre a fiscalização, audiência, dentre outros. Após a

realização de palestras e plantio das mudas de árvores, com participação ativa das crianças e adolescentes do Município de Nísia Floresta, é feito o controle do cuidado com as mudas plantadas, bem como em novas visitas nas escolas os integrantes observam se efetivamente está sendo desenvolvida uma cultura voltada para a preservação ambiental.

i) 18.05.2009 (quase dois anos após o início do projeto) - Realização de mais um evento de afirmação do Projeto Plantar uma Floresta em Nísia Floresta, que envolveu mais de 1.000 (mil) alunos das escolas públicas do município, com realização de palestras, apresentações artísticas e que culminou com a formação pelas próprias crianças da bandeira do Brasil em um terreno doado para construção de um posto de educação ambiental.

j) No ano de 2009 foram destinados ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, localizado em Nísia Floresta, mais R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) em prestações pecuniárias através de transações penais, todas revertidas na aquisição de materiais e na produção e cultivo de mudas, assim como, o período correspondente a 10 (dez) meses de prestação de serviço à comunidade, voltada diretamente à produção e ao plantio de mudas.

É importante consignar que o projeto

também beneficiou a Delegacia de Polícia de Nísia Floresta, objetivando aumentar seu poder de fiscalização e de investigação, de sorte que no ano de 2008 lhe foi destinada a quantia de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em prestações pecuniárias através de transações penais, todas revertidas na aquisição de materiais, tendo ainda um beneficiário de transação penal pintado o prédio da referida Delegacia naquele ano.

Outro eixo do projeto é o tema “Penas e Medidas Alternativas e Drogas”. Daí porque uma das entidades beneficiadas com os recursos do projeto ser o “Grupo Restauração”, que trabalha com jovens envolvidos com drogas, os quais participam de todos os eventos realizados pela experiência, inclusive com o plantio e cultivo das mudas de árvores. Entre os anos de 2008 e 2009 foram destinados R\$ 7.710,00 (sete mil setecentos e dez reais) à referida instituição, mediante o pagamento de prestações pecuniárias advindas de transações penais

(revertidas na aquisição de bens e

produtos), assim como foi destinado o período equivalente a 09 (nove) meses de prestação de serviço à comunidade.

Registro, outrossim, que o grande sonho, que certamente será alcançado pelo Projeto Plantar uma Floresta em Nísia Floresta, é a construção de um posto de educação ambiental, denominado ECOPOSTO NÍSIA FLORESTA, onde funcionará um posto da polícia ambiental, um auditório no qual poderão ser realizadas palestras, bem como um viveiro para a produção de mudas e estudo das espécies nativas, entre outras atividades de educação e sustentabilidade ambiental.

Ressalto, por último, que o Estado do Rio Grande do Norte, através do IDEMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - já iniciou a construção do ECOPOSTO NÍSIA FLORESTA e que, através das penas e medidas alternativas, já foram destinados R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais) para a materialização da obra.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL

Nome: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte "Comarca de Nísia Floresta"

Endereço: Rua Teresinha Francelino, s/n.º Centro

Cidade: Nísia Floresta | **UF:** RN | **CEP:** 59064-000

Telefone (DDD): (84) 3277-2289 / 2735

Fax (DDD): (84) 3277-2735

Email: snjf@tjrn.jus.br | **Site:** www.tjrn.jus.br

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA CANDIDATURA DA EXPERIÊNCIA

Nome: Herbert Orleans de Melo

Cargo ou Função na Instituição: Assessor do Juizado Especial e Coordenador do Projeto

Telefones para contato (DDD): (84) 3277-2139 / 8103 1213

Email: hebermelo@tjrn.jus.br



PROGRAMA DE LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA DE PORTO ALEGRE

1- DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome:

Programa de Limitação de Fim de Semana

1.2. Local:

Porto Alegre (RS)

1.3. Data de Início:

2006

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Histórico

Até maio de 2005, a Pena Alternativa de Limitação de Fim de Semana (LFS) em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, diferenciava-se minimamente da pena de prisão, exceto pelo fato de que o cumprimento dessa alternativa penal ocorria durante cinco horas aos sábados e cinco horas aos domingos. Os apenados ficavam trancados no refeitório de uma Casa Albergue, sem qualquer atividade ou acompanha-

mento técnico, durante todo o tempo de cumprimento, acarretando em denúncia ao Ministério Público. A juíza da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (Vepma) na ocasião, Dra Cleusa Marisa Azevedo, em parceria com a Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE) não poupou esforços para retirar a LFS do local em que se encontrava. Em junho de 2005, por falta de um lugar próprio e adequado às suas necessidades, a LFS passa a funcionar num espaço cedido pelo Instituto Psiquiátrico Forense e a ser dirigido pelo Departamento de Tratamento Penal (SUSEPE) através de técnicos superiores penitenciários. Porém, apesar do novo local e do empenho das instituições, o programa de LFS seguia um modelo “remendado” do fechado, cujas triagens, formas de atendimento e tratamento ao apenado, bem como os objetivos, atividades e métodos se pareciam em muito, com o modelo das prisões. As regras e normas internas eram impostas aos apenados, visando a contenção, a segurança, a punição (o castigo) e a total obediência. As atividades se restringiam a apresentação de vídeos (TV Educativa) e filmes, sem levar em consideração as reais necessidades e desejos do público alvo, cujo perfil, é semelhante ao da atualidade, com exceção de que apenas os homens cumpriam essa alternativa penal. O resultado dessa forma de trabalho também não se diferenciava do

encontrado na pena de reclusão: revolta, agressividade, desobediência, desorganização, desrespeito, etc., inclusive com ocorrência de agressão física por parte de um dos apenados dirigida a uma das técnicas, culminando com a prisão do agressor pelos agentes penitenciários do IPF no próprio estabelecimento e de sua consequente exclusão da LFS.

Em janeiro de 2006, houve uma mudança no quadro técnico a partir da saída de um de seus integrantes e a entrada de outro. A nova equipe técnica, preocupada com a falta de uma metodologia adequada e principalmente, com o resultado negativo percebido até então, passa a buscar entendimento acerca do que deveria ser um programa de limitação de fim de semana respeitando os objetivos das penas alternativas e condizentes com o manual de monitoramento de penas e medidas alternativas do Ministério da Justiça.

Ciente da importância e relevância dessa alternativa penal, os técnicos percebem a necessidade que o programa tenha caráter preventivo e educativo, que envolva a sociedade nos problemas decorrentes da criminalidade, da redução da reincidência e na reinserção social do apenado. Uma proposta com novas formas de se tratar a criminalidade e a violência, que se caracterize como agente de inserção social e de inovação da justiça criminal, que lute pela implantação de políticas públicas

dirigidas para o resgate da cidadania e respeito aos direitos humanos dos envolvidos.

2.2. Descrição da experiência

Com a modificação do quadro técnico no início de 2006, realiza-se um levantamento das reais necessidades e objetivos da pena em questão, bem como, traçado um perfil dos seus cumpridores, de suas dificuldades, anseios e desejos. Inexperiente, mas com muitas idéias, e especial empenho, a equipe então formada por duas psicólogas, elaborou um projeto, com base nos preceitos legais das penas e medidas alternativas e mais especificamente, na limitação de fim de semana, cuja proposta de trabalho ultrapassa a finalidade da pena de prisão de conter e punir, mas objetivando a preservação da dignidade humana, a inserção social e o resgate da cidadania. Apresentado e aprovado pela juíza da VEPMA, Dra Cleusa Maria Azevedo e pelo DTP a nova proposta de trabalho é colocada em prática, persistindo até a atualidade num processo de constante evolução. Uma média de 30 a 40 pessoas são beneficiadas mensalmente desde janeiro de 2006, cujas vagas poderiam se estender até 60 pessoas, caso fossem encaminhadas. O interessante dessa população é a diversidade racial, cultural, social, idade (de 18 anos a 67anos), sexo, profissão (papeleiro, médico, policial rodoviário

viário federal, empregada doméstica, vendedor ambulante, etc.), onde o não alfabetizado participa de debates, dinâmicas de grupo e atividades em geral com o pós-graduado, de igual para igual, o que torna o trabalho desafiador e com troca de experiências muito enriquecedoras. A equipe técnica é responsável por todo o trabalho realizado na LFS, desde o planejamento e execução das atividades, contato com palestrantes e autoridades, elaboração de documentos e ofícios, até o acompanhamento direto dos apenados durante as horas que permanecessem em cumprimento. Essa proximidade dos técnicos com os apenados favorece a criação de um vínculo e de um espaço de escuta. Escuta essa, impossível de acontecer se a alternativa penal não priorizar as necessidades, dificuldades, desejos, medos, inseguranças daquele “sujeito” que cometeu um delito. Ele não está ali para “pagar” o que fez com dinheiro, com trabalho e nem com humilhação e violência, mas sim, está ali para ser ouvido, para ter um espaço para reflexão e discussão de questões pertinentes ao resgate de sua cidadania, de seus direitos e dos seus deveres enquanto cidadão. Um espaço onde suas potencialidades e talentos serão valorizados em prol de uma atividade profissional que lhe garanta o sustento e o de sua família. O programa possui os seguintes objetivos: motivar a busca por novas oportunidades seja de ordem profissional, social ou pessoal; fortalecer a

identidade dos sujeitos atendidos; oferecer aprendizagens, que possam ser utilizadas como meio de subsistência; promover a cultura pela paz, oferecendo outras formas de resolução de conflitos que não a violência, no âmbito familiar, comunitário e institucional; encaminhar o cumpridor à rede de saúde pública e parceira, de acordo com a necessidade; inserir a comunidade no combate à violência e à criminalidade; manter o convívio com a família e trabalho; possibilitar a reflexão sobre o delito e o exercício da sua cidadania; identificar causas de uma possível reincidência, auxiliando os cumpridores a buscar novos caminhos; favorecer a vivência de limites; auxiliar no resgate da autoestima. As atividades são desenvolvidas através de: oficinas terapêuticas, pedagógicas e lúdicas; dramatizações, acompanhamento psicossocial de grupo, individual e familiar; grupos reflexivos (drogas, trânsito, violência familiar, criminalidade, meio ambiente, etc.); palestras com profissionais (voluntários) de diversas instituições e da sociedade em geral (Saúde, Educação, Direito, Psicologia, Psiquiatria, etc.); realização de palestras e/ou aulas pelo cumpridor da LFS sobre sua experiência profissional, seu ofício ou assunto que domine; exibição e discussão de filmes; relatos e depoimentos de egressos; prática de esportes (futebol); confraternização em datas festivas com os egressos da LFS, familiares e convidados. Todas

as atividades estão ligadas aos objetivos do programa e com temas divididos por mini projetos. Como por exemplo, aproveitando a Campanha dos “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres” foram programadas durante todo o mês de novembro, palestra com profissionais sobre a Lei Maria da Penha, Consciência negra, DST/AIDS, Violência Familiar e atividades dirigidas pelas técnicas como a apresentação e discussão do filme “O cárcere e a rua”, dinâmicas de grupo sobre violência contra a mulher e oficinas sobre Direitos Humanos.

O programa conta com algumas parcerias que contribuem para o êxito dos resultados desejados. A aproximação da equipe técnica da LFS (Poder Executivo) com a equipe técnica e juiz da VEPMA (Poder Judiciário) foi de fundamental importância para a existência da LFS no modelo atual, uma vez que, não se trata de dois poderes em disputa e sim, de dois parceiros atuando em prol de um bem maior. O diálogo existente favorece a troca de informações, de acordos, de auxílio técnico e financeiro, visando sempre o atendimento, tratamento e cuidado com o beneficiado dessa pena alternativa. Isso contribuiu para a construção em conjunto de um documento - Ordem de Serviço, assinada pelo atual juiz da VEPMA, Dr. Clademir Missaggia, concedendo certa autonomia à equipe técnica, quanto a decisões em acatar justifi-

cativas de faltas, atrasos e compensações de horas de cumprimento. Problemas e melhorias do programa, bem como dificuldades e necessidades dos apenados são assuntos tratados frequentemente com a VEPMA/RS (equipe técnica e Juiz) em busca de soluções conjuntamente. Como exemplo cita-se a permissão judicial de se fazer recesso em feriados, considerados pela equipe técnica da LFS como importantes para o estabelecimento e manutenção do vínculo familiar, como Natal, Ano Novo, Páscoa, etc., com possibilidade de compensação das horas não cumpridas nesses dias. Outras parcerias foram criadas a partir dessa aproximação, tais como o Ministério Público, ONGs, instituições educacionais e religiosas, Corregedoria Geral da Justiça e Cruz Vermelha onde os usuários de drogas e álcool são encaminhados para tratamento especializado.

O programa de LFS de Porto Alegre dá muita importância à participação da comunidade nesse processo, convidando pessoas de vários segmentos e ocupações para além de contribuir com algum saber ou ensinamento, debater junto aos técnicos e apenados assuntos que envolvam o aumento da violência e da criminalidade, bem como, alternativas que auxiliem a reintegração social do egresso. Esse relacionamento “comunidade x LFS” trouxe experiências enriquecedoras para ambos.

As principais dificuldades encontradas são relativas ao local em que as atividades se desenvolvem, faltando espaço para salas de aula, biblioteca, cozinha, etc. e falta de verba necessária para suprir os custos com oficinheiros, palestrantes, materiais (educativos, pedagógicos, recreativos, etc.), vales transporte para os apenados mais necessitados, entre outros, previstos no projeto.

2.3. Recursos

O programa está sob a responsabilidade de uma equipe composta por três técnicas do quadro efetivo da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul e cedidas pelo Departamento de Tratamento Penal. A formação das três é em Psicologia com conclusão do curso entre 12 e 16 anos, com experiência em atendimento a grupos, adolescentes, adultos e família, com atuação mínima de cinco anos no sistema penitenciário, sendo que dentre as especialidades há perito em trânsito, formação em Psicanálise, pós-graduação em Segurança Pública e Justiça Criminal, mestrado em Educação, entre outras. Além dessa equipe, a LFS conta com o apoio de outros técnicos (advogados, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, odontólogos) da SUSEPE que contribuem com o programa através de seus serviços especializados, palestras e orientações, favore-

cendo um trabalho multidisciplinar. A estrutura física se restringe a uma sala de aproximadamente 80 metros quadrados, contendo carteiras do tipo escolares, mesas, cadeiras e armários. O programa conta ainda com uma de TV 29', aparelho de DVD, aparelho de som portátil, ventiladores, geladeira, microondas, dois computadores e seis monitores. Com exceção dos móveis, todos os outros materiais foram doados, por instituições públicas e privadas ou pelos próprios apenados.

O custo é extremamente baixo, mas como não há verba específica fica prejudicado um levantamento de gasto anual. Material de papelaria como cartolinas, canetas, lápis, cadernos, etc., é fornecido pelo DTP de acordo com a necessidade. Nas dinâmicas de grupo e oficinas prioriza-se a utilização de revistas e jornais velhos, lixo reciclável como latas, garrafas, embalagens plásticas, retalhos de tecido, etc. Livros, dicionários e material didático são fornecidos pelo Setor educacional do DTP. Quando há a necessidade de contratação de alguma oficina com custos, é realizado um projeto com justificativa, objetivos e previsão de gastos e enviado para a VEPMA e DTP solicitando apoio financeiro e/ou material. Os palestrantes, de diferentes profissões, em sua maioria são membros da comunidade, de instituições públicas e privadas, convidados pela equipe técnica a contribuir

gratuitamente com seu saber e prática.

Como o local onde a LFS está instalada é o de uma instituição hospitalar psiquiátrica da SUSEPE, não há custo com luz, água, aluguel, segurança, etc.

2.4. Principais resultados

O novo programa de Limitação de Fim de Semana com sua nova metodologia vêm sendo construído a cada fim de semana, mês a mês, ano a ano. Os membros do grupo da LFS à medida que cumprem suas penas saem, dando lugar a outras pessoas que iniciam seu cumprimento. Esse movimento dá vida e qualifica cada vez mais o programa. As decisões são em grupo, onde cada membro tem direito a expor sua opinião e a lutar por ela. Lutar no sentido de persistir, argumentar, se posicionar e não no sentido de agressão, violência ou força. Mas, algo mais difícil é reconhecer que está errado, enganado em suas convicções e atitudes. Esse é um grande desafio.

As regras na LFS não são impostas e sim debatidas, entendidas e internalizadas. Qualquer atividade realizada em grupo (reuniões, dinâmicas, palestras, etc.) é feita em círculo, para que todos possam ver e ser vistos da mesma forma, evitando posição privilegiada ou de submissão, mantendo técnicos e cumpridores de igual para igual. Esse é um espaço de

escuta do outro e de si mesmo.

Várias situações mostram a importância do programa para o apenado e do vínculo criado com o grupo e as técnicas. Depoimentos escritos e verbalizados pelos próprios cumpridores, familiares, equipe técnica da VEPMA e de outros profissionais envolvidos no atendimento e tratamento, expõe as mudanças significativas na vida dessas pessoas quanto a comportamentos, convívio familiar e social, ocupação e escolaridade. Bastante comum é preocupação demonstrada pelos que estão finalizando sua pena, sobre o que farão aos finais de semana a partir de então e com quem conversarão sobre seus problemas. Para melhor exemplificação, citamos o caso de duas pessoas que mesmo tendo terminado sua pena, continuavam a freqüentar a LFS no mesmo horário e tempo dos que ainda tinham penas a cumprir. A LFS para muitos não é uma pena a ser cumprida, mas um espaço para se sentirem “gente” (sic), ajudados e acolhidos. É freqüente as técnicas receberem cartões e pequenos presentes como flores, bombons e frutas em ocasiões festivas como dia das Mães, da Mulher, Páscoa, etc. A relação estabelecida, se parece muito com vínculo entre aluno e professor, sendo que inclusive, alguns alegam que frequentam cursos ou escolas para justificar aos filhos sua ausência nos fins de semana. Também não é incomum enganarem-se e chamar as técnicas

de “professora” ao invés do nome. Embora a equipe técnica não reforce e muito menos tenha essa idéia como objetivo acredita que essa seja a manifestação do caráter educativo da pena.

Uma das formas utilizadas para avaliar os resultados são os documentos elaborados pela equipe técnica como a entrevista de acolhimento realizada no início do cumprimento de pena, acompanhamento e evolução durante o tempo de cumprimento, com pastas individuais e depoimentos no término. Além disso, recentemente foi realizada uma pesquisa, cujo interesse era o índice de reincidência dos egressos da LFS. Num primeiro momento, foram levantados os nomes e Código da Pessoa daqueles que iniciaram e concluíram (integralmente) essa alternativa penal de 2006 a 2010. Através do apoio do Setor jurídico do DTP que disponibilizou acesso aos sistemas de informação CIA (Programa desenvolvido em parceria pela PROCERGS e SUSEPE) e SOE (do TJ/RS), constatou-se que nenhum dos nomes constava nos sistemas pesquisados. Ou seja, não há nenhuma indicação oficial que essas pessoas voltaram a cometer crimes, o que nos permite afirmar que o índice de reincidência é zero. Num segundo momento, será realizada a comparação desse resultado, com a lista de pessoas que cumpriram limitação de fim de Semana na mesma época pesquisada, numa cidade da

região metropolitana de Porto Alegre, onde o funcionamento se diferencia em todos os aspectos dos aqui apresentados.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL

Nome: Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE) / Departamento de Tratamento Penal (DTP)

Endereço: Av. Voluntários da Pátria, 1358, 3º andar, sala 308

Cidade: Porto Alegre | **UF:** RS | **CEP:** 90230-010

Telefone (DDD): (51) 32887303

Fax (DDD): (51) 32887349

Email: dtp-limitacaofs@susepe.rs.gov.br | **Site:** www.susepe.rs.gov.br

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL

Nome: Nycia Nadine Negrão Nassif

Cargo ou Função na Instituição: Técnica Superior Penitenciário - Psicóloga

Telefones para contato (DDD): (51) 33726171

Email: nycia-nassif@susepe.rs.gov.br; dpt-limitacaofs@susepe.rs.gov.br



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NA COMARCA DE PORTO ALEGRE (RS): CORRESPONSABILIDADE COM AS ENTIDADES CONVENIADAS

1- DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome da Experiência:

Prestação de Serviços à Comunidade na Comarca de Porto Alegre (RS): Corresponsabilidade com as Entidades Conveniadas

1.2. Local:

Comarca de Porto Alegre (RS)

1.3. Data de Início:

2001

2- DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Descrição do contexto ou da situação que motivou a realização desta experiência

As condições do sistema prisional brasileiro, embora históricas, assumiram maior visibilidade via imprensa, revelando ao público um quadro estarrecedor. No Presídio Central de Porto Alegre, o maior em funcionamento no país¹, os detentos vivem em precárias condições, com superlotação, ociosidade, insalubri-

dade e flagrante violação dos direitos humanos mais fundamentais. A situação desse Presídio corrobora a noção corrente de que o sistema carcerário, longe de ser um meio de contenção do fenômeno delitivo, contribui para o aumento da violência e da criminalidade (Azevedo, Garcia e Anziliero, 2007), contradizendo todos os objetivos preconizados pela Lei de Execuções Penais².

Diante desse caos, da flagrante incapacidade recuperadora e ressocializadora do sistema carcerário brasileiro, e da influência de um conjunto de leis de âmbito internacional³, são propostas outras formas de punição aos delitos de menor gravidade, a partir da década de 1980, no Brasil. No ano de 1984, são introduzidas as penas alternativas, a partir da alteração do Código Penal de 1940 (Leis

7.209 e 7.210). Na década posterior, as leis 9.099/95, 9.714/98, 11.343/06 e 11.340/06 consolidam e ampliam esses substitutivos penais no país.

Atualmente, a legislação brasileira prevê as seguintes penas alternativas: prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos e limitação de final de semana, medida de tratamento consistente em participar de Curso ou Programa Educativo. A prestação de serviços à comunidade tem sido a mais aplicada⁴, considerada por Lemgruber (2002) a “pena alternativa por excelência”.

A prestação de serviços à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas em entidades sem fins lucrativos, públicas ou filantrópicas, conveniadas com o Poder Judi-

¹- Em reportagem divulgada pelo *Jornal Zero Hora*, no dia 05 de outubro de 2008, o Juiz responsável pela fiscalização dos presídios na Região Metropolitana caracterizou as galerias do Presídio Central como “um misto de África, em guerra civil, e Afeganistão”. A instituição possui atualmente em torno de 4,7 mil detentos, que ocupam um espaço destinado a 1,4 mil homens.

²- O Art. 40 da Lei de Execuções Penais estabelece que todas as autoridades devem respeitar a integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Dispõe também, que devem ser assegurados aos presos uma série de direitos e garantias.

³- Merecem destaque, nesse sentido, as Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos (1955), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) e as Regras Mínimas para as Medidas Não Privativas de Liberdade, as chamadas Regras de Tóquio (1990).

ciário, na proporção de uma hora por dia de condenação. Além de ser mantido em liberdade, o prestador de serviços tem a oportunidade de conviver, aprender, refletir e contribuir para a melhoria da realidade social da sua comunidade.

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84) prevê a participação da sociedade na execução das penas. Em seu artigo 4º, estabelece que o “Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e medida de segurança”. Na prestação de serviços à comunidade, em especial, essa participação é condição sine qua non para a efetivação da pena, pois sua execução ocorre fundamentalmente nas entidades conveniadas.

A primeira experiência de execução da prestação de serviços à comunidade, no Brasil, data de 1987, através de um projeto de autoria da Magistrada Vera Regina Muller, na Vara de Execuções Criminais da Comarca de Porto Alegre. A partir do êxito dessa experiência-piloto, em

1989, o Poder Judiciário gaúcho assume a responsabilidade pelo acompanhamento e constitui o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, sendo organizada estrutura técnica e administrativa própria, constituindo o Setor de Serviço Social.

No ano de 2001, foi instalada, na Comarca de Porto Alegre, uma Vara Especializada de Execução das Penas e Medidas Alternativas (VEPMA), terceira criada nessa modalidade no país. A criação dessa Vara significa melhor estruturação do trabalho de acompanhamento à execução da prestação de serviços à comunidade.

A VEPMA conta, atualmente, com uma equipe técnica multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicóloga, apoio administrativo e agentes de fiscalização. O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade se constitui na principal demanda desta equipe. Em levantamento realizado em 2008, a VEPMA tinha 730 casos em acompanhamento, sendo que 592 pessoas

⁴- Com base em dados do Instituto Latino-Americano de Prevenção ao Delito e Tratamento do Delinqüente - ILANUD (1997), Azevedo, Garcia e Anziliero (2007) afirmam que a prestação de serviços à comunidade predominava em 73,4% dos casos de aplicação de penas alternativas pesquisados. No estudo de Faleiros (2001) a prestação de serviços à comunidade também é a mais aplicada (72,8% em um universo de 202 casos analisados).

estavam cumprindo pena em 98 instituições conveniadas para execução dos serviços prestados à comunidade.

2.2. Descrição da experiência

Desde a instalação da VEPMA, são realizadas reuniões anuais com a rede conveniada, para monitoramento e avaliação do programa implementado nas instituições.

No decorrer do trabalho, foram construídos os objetivos para o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade:

- a) Manter em liberdade os sentenciados, proporcionando-lhes a permanência no convívio familiar e no trabalho;
- b) Propiciar aos beneficiados a possibilidade de refletirem sobre o delito cometido e o exercício de sua cidadania;
- c) Detectar causas de uma possível reincidência e auxiliar os beneficiários a encontrar caminhos alternativos;
- d) Possibilitar a vivência de limites, com o uso adequado da autoridade, transformando o cumprimento das penas alternativas num ponto de referência para o aprendizado de uma vida social saudável;

e) Envolver a sociedade na reflexão dos problemas da criminalidade e da exclusão social, na construção de soluções, em que todos assumam a responsabilidade cooperativamente;

f) Auxiliar no resgate da auto-estima, despertando potencialidades para trabalhos sociais;

g) Auxiliar as instituições assistenciais com o trabalho gratuito dos prestadores de serviços;

h) Proporcionar economia ao Estado com despesas carcerárias, além de evitar o risco de os beneficiários serem corrompidos pelo sistema prisional.

Para a operacionalização desses objetivos a equipe vem construindo, em parceria com as entidades conveniadas nos últimos 20 anos, a sua proposta metodológica, mediante permanente processo de reflexão e crítica. A metodologia do Programa tem sido organizada em quatro abordagens principais:

- a) abordagem institucional: desenvolvida junto às entidades conveniadas ao Poder Judiciário, centrada na sua avaliação, diagnóstico, capacitação e acompanhamento;
- b) abordagem individual: intervenção realizada diretamente com o prestador, através do estudo psicossocial e diagnóstico individual,

buscando traçar o seu perfil, classificado em baixa, média e alta complexidade⁵;

c) assessoria: a equipe presta assessoria aos Magistrados e demais operadores do Direito nos temas relacionados à realidade dos prestadores;

d) articulação de redes sociais: construção de parcerias com a rede social de atendimento nas áreas da saúde, educação, assistência social e trabalho. Também elabora projetos objetivando a melhoria das condições de vida dos sentenciados que viabilizem a plena execução da pena.

Entendendo que a construção metodológica ocorre em um processo dinâmico, em 1994 a Equipe Técnica definiu como eixo principal de intervenção a abordagem institucional (Stumpf, 2002). Essa definição partiu do entendimento de que as entidades conveniadas se constituem no locus privilegiado da dimensão educativa da prestação de serviços à comunidade.

Mediante a adoção da abordagem institucional como eixo principal da

intervenção, a equipe organizou um espaço coletivo de discussão e estruturação do trabalho. Os Encontros com as Entidades Conveniadas, principal estratégia de operacionalização dessa abordagem, passaram a ocorrer a partir do ano de 1997, com importantes repercussões no desenvolvimento do Programa, resultando na construção de uma metodologia de trabalho que se constitui em referência nacional.

Em 2008 ocorreu o XXI Encontro da Prestação de Serviços à Comunidade em Porto Alegre, com o tema: “Alternativas Para o Cumprimento da PSC Nos Casos de Vulnerabilidade Social e Saúde”. Desta reunião foram formuladas propostas de trabalhos em parceria com a rede conveniada com a publicação de editais que contemplassem o fomento a ações de tratamento e prevenção das pessoas em cumprimento de medidas alternativas e também incentivo a organização de um fórum permanente de trocas entre a rede social e as conveniadas. Desta reunião saiu como deliberação aprovada por todos os presentes a criação do primeiro

⁵ - Os prestadores que apresentam perfil de baixa complexidade não possuem maiores dificuldades para o cumprimento da pena/medida; os de média complexidade necessitam de acompanhamento mais sistemático da equipe, pelo fato de possuírem dificuldades de ordem psicológica ou social; já os prestadores de alta complexidade requerem uma intervenção multidisciplinar e interinstitucional, objetivando a superação de limitações que vão além do delito.

Fórum Rede Social de Penas e Medidas Alternativas que objetiva o monitoramento, avaliação e capacitação das entidades conveniadas para o cumprimento adequado das penas estabelecidas. Durante o encontro foram divulgadas as seguintes informações a respeito do público atendido pela VEPMA e conveniadas:

a) 730 casos em acompanhamento, sendo 592 pessoas em cumprimento de PSC;

b) 98 instituições conveniadas a saber: 20 creches (92 PSC); 04 asilos (98 PSC); 10 escolas (63 PSC); 12 hospitais (114 PSC); 05 associações comunitárias (22 PSC); 25 ONG's (132 PSC); 22 Órgãos Públicos (71 PSC).

Destes, encontramos o seguinte perfil:

a) 198 são dependentes químicos;

b) Inúmeros casos de pessoas que vivem em extrema vulnerabilidade

social, sofrimento psíquico e miseria- bilidade;

c) Casos de pessoas envolvidas com o crime organizado que não podem expor as entidades sociais a possíveis riscos;

d) Pessoas com histórico de envolvi- mento com atos delituosos desde a infância/juventude.

A capacitação das instituições conve- niadas é uma demanda necessária e urgente, pois a crescente complexi- dade dos casos atendidos dificultam o cumprimento das penas nos espaços sociais. Os casos mais difí- ceis e que merecem atenção do Fórum da Rede Social são aqueles em que incidem sobre as pessoas com algum comprometimento físico e/ou mental maior, que dizem respeito à ampliação da rede conveniada e ao manejo adequado ao cumprimento da PSC nos espaços sociais.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EXPERIÊNCIA

Nome: Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Porto Alegre

Endereço: Rua Marcio Veras Vidor, 10 - sala 401 - Bairro Praia de Belas

Cidade: Porto Alegre | **UF:** RS | **CEP:** 90.110-160

Telefone (DDD): (51) 3210-6623 / 6624

Fax (DDD): (51) 3210-6624

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA CANDIDATURA DA EXPERIÊNCIA

Nome: Cleonice Salomão Cougo

Cargo ou Função na Instituição: Assistente Social

Telefones para contato (DDD): (51) - 3210-6623

Email: cleocougo@tj.rs.gov.br



CENTRAL DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS - MULHER

1- DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome:

Central de Penas e Medidas Alternativas - Mulher

1.2. Local:

São Paulo

1.3. Data de Início:

2006

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Descrição do contexto ou da situação que motivou a realização desta experiência

O projeto teve como foco a efetiva aplicação das Penas e Medidas Alternativas com recorte de gênero e visou o desenvolvimento de uma metodologia modelo de monitoramento de penas e medidas alternativas para o segmento de mulheres sentenciadas.

O mesmo beneficia diretamente as mulheres em cumprimento de penas ou medidas alternativas e, indiretamente, os operadores de direito, profissionais das equipes multidisciplinares de monitoramento e organizações e empresas integrantes da rede social do projeto.

A aplicação das sanções penais alternativas tem sido incentivada pelo Ministério da Justiça através do fomento à criação de Varas Especializadas e de Centrais de Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas.

No Estado de São Paulo, a Secretaria da Administração Penitenciária com a criação da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania em sua estrutura com um Departamento de Penas e Medidas Alternativas e cinco Centros Regionais de Penas e Medidas Alternativas tem por escopo a expansão quantitativa e qualitativa da aplicação da pena / medida de Prestação de Serviços à Comunidade.

Numa visão progressista, a proposta da Secretaria é além de oferecer uma estrutura que possibilite o monitoramento do fiel cumprimento da pena, é de construir uma política pública de aplicação das sanções penais alternativas de modo que se configure como processo de transformação e (re)inserção construtiva na sociedade. É atuar com uma visão para além do infrator, mas para o indivíduo enquanto sujeito de direitos e deveres, enquanto cidadão com

demandas e necessidades.

Nesta perspectiva, por considerar as especificidades da população feminina, com demandas diferenciadas, a Secretaria propôs e implantou de uma Central de Penas e Medidas

Alternativas, com recorte de gênero na cidade de São Paulo, onde buscou o desenvolvimento de um modelo de excelência para o atendimento às mulheres encaminhadas para a prestação de serviços à comunidade.

Dentre outros, alguns fatores que justificaram a implantação deste serviço de monitoramento especializado:

- a) As mulheres são mais vulneráveis a certos tipos de delitos, exatamente por serem mulheres;
- b) As mulheres sofrem maior discriminação por estarem em cumprimento de pena;
- c) Por serem minoria dentro do universo masculino de sentenciados, seus direitos e demandas não são visualizados;
- d) As mulheres são pressionadas, em seu cotidiano, com demandas referentes à maternidade, responsabilidades com o grupo familiar e com jornada de trabalho.

Ademais, o tratamento diferenciado a mulheres sentenciadas com sanções penais alternativas encontra amparo, por analogia, em instrumentos legais que fazem referência às mulheres sentenciadas à pena de privação de liberdade:

a) Constituição Federal de 1988, que assegura condições para que as mulheres permaneçam junto aos filhos no período de amamentação;

b) Código Penal-Artigo 37, que prevê regime especial à mulher, observando-se os direitos e deveres inerentes à sua condição pessoal.

2.2. Descrição da experiência

A Central de Penas e Medidas Alternativas da Mulher surgiu mediante um convênio firmado entre a Secretaria da Administração Penitenciária e o Ministério da Justiça onde nos foi repassado recurso para estruturar toda a Central considerando as especificidades desse serviço. Na questão do espaço físico buscamos parcerias com diversas Instituições e a que manifestou interesse e disponibilizou o espaço para a implantação e funcionamento da Central foi a Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, cuja parceria foi instrumentalizada por meio de um convênio com o Município de São Paulo, estando em vigor até a presente data.

A Central iniciou suas atividades em outubro de 2006, e já foram atendidas, até o momento, 2.230 mulheres encaminhadas à prestação de serviços à comunidade e encontram-se em cumprimento de pena 580 mulheres.

A mulher ao chegar na Central é

entrevistada por uma equipe habilitada, que procura, ao longo do desenvolvimento da entrevista, observar os problemas que afligem a prestadora, verificando se são passíveis de serem contornados através da rede de atendimento e assim encaminhadas para um local que possa atender suas necessidades.

Os dados coletados através da entrevista são de caráter sigiloso, se reportam ao estado de saúde, aos tipos de tratamento médico e psicossocial que porventura realizem, à escolaridade, ao relacionamento familiar e à comunidade, quanto ao eventual uso de drogas e, na hipótese de existirem filhos, se estes frequentam escola, além de averiguar se a mulher já passou por violência familiar bem como informações relacionadas à infração cometidas.

Os objetivos desta Central é possibilitar que as demandas das mulheres sentenciadas com pena/medida alternativa, enquanto demanda de gênero, sejam consideradas; incorporar a perspectiva de gênero na gestão das penas/medidas de prestação de Serviço à Comunidade, pautada por uma visão integral das necessidades e direitos das mulheres. Foram estabelecidas mais de 300 parcerias com Instituições que recebem as mulheres para cumprimento de pena, porém na prática diária dos atendimentos e nos grupos

de reflexão final, foi observado que em muitos casos as mulheres com filhos não acatam a determinação judicial em virtude da impossibilidade de encontrar alguém ou local onde possam deixar seus filhos. Outra situação frequente são as mulheres que apresentam baixa cognição e que por isso não logram compreender aquilo que lhes é designado ou mesmo que afirmam necessitar ajuda psicológica. Também foi observada a dificuldade da mulher gestante, principalmente nos últimos meses de gestação e no período de pós-parto, no qual o seu filho necessita de sua maior atenção.

2.3. Descrição dos Recursos

A equipe é composta por uma assistente social e cinco estagiários, para o desenvolvimento das atividades e algumas parcerias com Universidades para o desenvolvimento de alguns projetos que atendam a demanda apresentada pelas mulheres atendidas nas Centrais.

Especificação

Armário em aço

Estante em madeira

Mesa Tipo escrivaninha (1,25 X 0,70 X 0,75)

Mesa Tipo escrivaninha (1,80 X 0,90 X

0,75)

Mesa para telefone/fax

Mesa para microcomputador

Mesa para impressora

Cadeira fica sem braço

Cadeira giratória sem braço

Microcomputador

Aparelho de fax

Impressora a laser

Aparelhos de ar condicionado

Bebedouros

Fragmentadores de papel

2.4. Descrição dos Principais Resultados

Em muitos casos o encaminhamento dessas pessoas para o cumprimento da pena era prejudicado, pois os locais para onde as mesmas eram encaminhadas não concordam em mantê-las junto com seus filhos, justificando que não estavam preparados para atender as prestadoras com tais demandas, já que esse é um dos principais fatores que levam as mulheres não cumprirem a determinação judicial.

Para tanto foi estruturado um trabalho de conscientização junto a diversas instituições sobre a problemática acima e conseguimos formalizar parecerias com 70 instituições

que hoje recebem essas mulheres com seus filhos para o cumprimento da sanção imposta a elas, diminuindo assim o índice de não cumprimento devido a essa problemática.

Outra demanda identificada e igualmente preocupante foi a baixa cognição e a necessidade de atendimento psicológico a essas mulheres, foi também estabelecida parcerias com universidade e CAPs para o encaminhamento e atendimento dessas mulheres.

Desde outubro de 2006 quando iniciou as atividades, a Central de Penas e Medidas Alternativas da Mulher, cadastrou um total de 2.230

mulheres, sendo que, deste total, 579 estão em cumprimento de pena, 1.379 já cumpriram efetivamente sua pena. Após três anos de efetivo trabalho da Central da Mulher pudemos verificar que o índice de reinclusão no programa de penas e medidas alternativas ficou em 0,27%, com isso avaliamos que o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Central da Mulher vem trazendo grande contribuição para a reintegração dessas mulheres, contribuindo significativamente para a diminuição da reincidência criminal e para o efetivo cumprimento da pena de prestação de serviço à comunidade.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL

Nome: Central de Penas e Medidas Alternativas de São Vicente, ligada ao Departamento de Penas e Medidas Alternativas da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria da Administração Penitenciária

Endereço: Rua Asdrúbal do Nascimento, 454, Centro

Cidade: São Vicente | **UF:** SP | **CEP:** 01.316-030

Telefone (DDD): (11) 3568-1561 / 3107 1025

Email: cpmasaovicente@sap.gov.br

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL

Nome: Mauro Rogério Bitencourt

Cargo ou Função na Instituição: Coordenador de Reintegração Social e Cidadania

Telefones para contato (DDD): (11) 3106-2418 / 2429

Email: mbitencourt@sp.gov.br



VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: FATORES DESENCADEANTES E DESAFIOS NA PERSPECTIVA DE UMA INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR

O que é família? “A gente trabalha tanto no pesado, ganha tão pouco, chega em casa tão tarde, tão cansada e tão nervosa de não poder pagar as coisas e comprar o que precisa que não tem o ânimo para dar atenção e amor aos filhos. A gente fica bruta. E o pior é que o mesmo acontece com eles, que só sabem o que é trabalhar. A gente só se encontra na hora de dormir e ninguém tem vontade de conversar. Lá isto é família?”

■ (J.M.S., doméstica, 33 anos, citada em *Serviços de Proteção Familiar, IEE-PUC/SP e CBIA/SP, 1994, p. 29*).

1- DADOS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

1.1. Nome:

Violência Intrafamiliar: Fatores Desencadeantes e Desafios na Perspectiva de uma Intervenção Interdisciplinar

1.2. Local:

Central de Penas e Medidas Alternativas de São Vicente

1.3. Data de Início: 2/2008

2 - DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1. Introdução

De acordo com Scodelário, a família hoje, com todas as transformações que passou no decorrer dos tempos pode ser conceituada como: “... um grupo de pessoas que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas e, em especial, afetivas. Esse grupo ocupa um lugar intermediário entre o indivíduo e a sociedade da qual ele faz parte, possuindo intimidade, organização e dinâmica próprias” Scodelário (2002).

A importância da família no desenvolvimento de crianças e adolescentes fica evidenciada quando lembramos que é na relação família que acontecem os fatos mais marcantes da vida das pessoas: a descoberta do afeto, da subjetividade, da sexualidade; a experiência de vida; a formação da identidade pessoal; o nascimento e a morte.

Família representa o espaço privado da intimidade, da casa em constante relação com o espaço público, espaço da exterioridade, do mundo da rua. O mundo da rua é o da “luta pela vida” e o da casa é do “reconhecimento das pessoas”. É na casa, na família, com vizinhos, que o indivíduo encontra e constrói as

chamadas relações primárias, relações pessoais que constituem a base de apoio no enfrentamento das dificuldades cotidianas. Dessa forma, a família é o lócus onde as pessoas se constituem como sujeitos e internalizam os significados atribuídos às relações que estabelecem com a sociedade.

A função básica da família é a transmissão de um sistema de regras que garanta e defina: a proteção de seus membros, especialmente os mais jovens, a sobrevivência do grupo e manutenção do espaço de vida, por meio da divisão de papéis e tarefas; a vivência da afetividade e da sexualidade; as relações entre parentes (Amas, 1995).

Dentro desse conceito, diferentes regras sobre as relações entre o grupo familiar e as divisões de papéis e tarefas, e diferentes representações da vida familiar podem gerar diferentes tipos de organizações, como os encontrados entre os grupos familiares das classes empobrecidas.

Ao analisar o contexto de famílias com histórico de violência, com crianças, adolescentes ou adultos, seja pela instabilidade de relações afetivas ou pela impossibilidade de provimento material, mais do que culpabilizar famílias por não se adequarem a um modelo ideal, é preciso indagar as razões de serem como são, as pressões que vivem, as mudanças que desejariam fazer e o

que precisam para concretizar estas transformações.

Ainda de acordo com Leal (2001), a violência intrafamiliar não é um fenômeno atual, como se pode pensar, mas está presente na história da família desde os tempos primitivos e “... constitui-se em uma relação historicamente construída a partir das relações de poder, gênero, etnia e de classe social”. Partindo desse pressuposto, observamos que os problemas de violência gerados na relação intrafamiliar, é um fenômeno multicausal, determinado por inúmeros fatores, entre os quais se pode citar:

- a) As experiências de socialização: história de desarmonia e ruptura familiar história pessoal de abuso e ignorância sobre características evolutivas e necessidades da criança/adolescente;
- b) Características patológicas: depressão, alcoolismo, droga-dependência, distúrbios neurológicos, baixa resistência ao “stress”;
- c) Fatores situacionais de “stress”: relacionamento entre os pais (desajustes), violência, desemprego, padrão abusivo de interação pai-mãe-filho, “stress” produzido por filhos (criança indesejada, criança/adolescente problemático, filho mais velho).
- d) Situações precipitantes: ausência da mãe.
- e) Posição social: idade, sexo, etc.

Uma questão importante a ser considerada ao analisar a violência familiar é que as relações afetivas presentes no cotidiano de muitas famílias das classes empobrecidas, conforme seus próprios relatos, costumam ser turbulentas e instáveis. Sem instrumentalização para lidar com as dificuldades decorrentes dessa instabilidade, a afetividade intrafamiliar acaba por se tornar implosiva, provocando sofrimento e alienação, aparentemente sem possibilidades de abertura ou mudança (Carvalho, 2000). Ao mesmo tempo, o stress resultante do desgaste da luta pela sobrevivência, dos relacionamentos subalternos e submissos no ambiente de trabalho e da monotonia de atividades repetitivas e mecânicas, provoca um forte esgarçamento das relações afetivas, gerando de violência.

2.2. Justificativa

Como já vimos anteriormente, a condição de pobreza e o excesso de cobranças do mundo competitivo também trazem sérios problemas no relacionamento familiar, porque tendem a levar os indivíduos a fugir dos problemas (Carvalho, 1994). Nesse contexto, dificuldades inerentes ao processo de crescimento de um filho, como a passagem da infância para adolescência, que poderiam ser resolvidas com apoio e

orientação externa, agravam-se em função da ausência de políticas públicas dirigidas às famílias, transformando-se em fantasmas causadores de desagregação familiar. A falta de emprego e o relacionamento conflituoso no ambiente de trabalho acabam contribuindo no processo de violência e deteriorização das relações familiares, bem como o ingresso do indivíduo no álcool e drogas como forma de fugir da realidade.

Esses fatores têm contribuído para um crescente índice de violência intrafamiliar, e é com esse perfil, que muitos casos e mulheres chegam todos os dias a Central de Penas e Medidas Alternativas de São Vicente. Eles chegam da Vara Criminal para serem encaminhados aos postos de prestação de serviços, para cumprir, medidas alternativas.

Diante dessa realidade, voltamos nosso olhar para compreender as razões do comportamento das famílias e os padrões de relações familiares, através de um trabalho interdisciplinar. Essa proposta vem de encontro à necessidade de proporcionar a essas pessoas um momento de reflexão, bem como, a possibilidade de rever sua dinâmica na perspectiva de quebrar os padrões de violência. De acordo com a Constituição Federal em seu artigo 226, parágrafo oitavo, “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um

de seus membros, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 5º, garante que nenhuma criança ou adolescente poderá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punida na forma da lei qualquer ação ou omissão que atente contra seus direitos fundamentais. A assistência prevista no ECA deve abranger também a família, como nos casos de inclusão em programas de apoio comunitários ou oficiais. O Título IV, do mesmo Estatuto, estabelece medidas pertinentes aos pais ou responsáveis do menor. Em casos de violência, as providências adotadas irão do encaminhamento a cursos e tratamentos especializados até a suspensão ou destituição do poder familiar sobre a criança e o adolescente, em casos mais graves.

Portanto, enquanto profissionais, o nosso papel não pode se restringir apenas ao cumprimento da prestação de serviços sob formas de medidas alternativas. O ideal seria de acompanhar de perto essas famílias, dando oportunidade para que possam se utilizar esse espaço para troca de experiências e vivências, na perspectiva de vislumbrar outras formas de lidar com as dificuldades enfrentadas no seu cotidiano.

2.3. Público alvo

Como já abordamos no início, os fatores que contribuem para uma crescente escalada da violência intrafamiliar são vários. A demanda que se pretende atingir desse projeto está diretamente relacionada a pessoas que passam pela com a Vara do Juizado Especial Criminal (JECRIM), e por determinação do Juiz, chegam à CPMA de São Vicente para cumprimento de medidas alternativas, pelos mais diversos tipos de maus tratos relacionados à criança e o adolescente.

De acordo com o levantamento realizado nesse órgão, essa demanda está ligada a uma parcela da população que reside em áreas de vulnerabilidade social. São pessoas com baixo nível de escolaridade, problemas relacionados ao álcool e substâncias psicoativas, situação socioeconômica precária e histórica de desagregação familiar.

Quando entrevistamos essas pessoas percebemos uma significativa baixa de auto-estima decorrente do sentimento de insegurança e não pertencimento, sentimentos esses advindos da própria situação em que vivem, tais como:

- a) limitações de chances sociais (falta de oportunidades);
- b) desemprego (impossibilidade de provimento material);
- c) segregação (afastamento de distância topológica);

d) estigmas (interiorização de imagens negativas: “ser pobre”).

2.4. Objetivo geral

Desmistificar a cultura da correção através da violência física como forma ideal de disciplinar a criança e o adolescente, possibilitando a essas famílias vislumbrar alternativas que viabilizem as mudanças que desejariam fazer e o que precisam para concretizar estas transformações.

2.5. Objetivo específico

- a) Possibilitar aos envolvidos uma reflexão do seu real papel na perspectiva de quebrar os padrões patológicos da violência;
- b) Permitir que os agressores percebam a relação de força e desigualdade como forma extremada de poder entre adultos e crianças;
- c) Instrumentalizar essas famílias para que possam administrar as dificuldades enfrentadas no seu cotidiano;
- d) Definir ações que minimizem os fatores geradores da violência;
- e) Procurar fortalecer a auto-estima e os vínculos familiares;
- f) Incentivar a participação contínua dessas famílias em grupos de auto-ajuda dentro de suas comunidades visando: o fortalecimento da auto-estima; a capacidade de determinar

suas atitudes, possibilitando a autonomia e a emancipação; o empoderamento.

2.6. Metodologia

Após a entrevista semi-estruturada, a equipe técnica fará uma reunião para discutir cada caso e assim determinar as formas de abordagem e intervenção. Em continuidade, será desenvolvido um trabalho interdisciplinar com acompanhamento em grupos que se dará em dias e horários pré-determinados. Para tanto, serão utilizados nesse processo recursos áudio visuais e didáticos por meio de: filmes, slides, jornais, revistas e materiais que retratem a dinâmica da violência familiar. Esse material será cuidadosamente selecionado e catalogado de acordo com os critérios estabelecidos pela equipe interdisciplinar, obedecendo a uma seqüência de atividades contidas no planejamento de trabalho.

As atividades desenvolvidas pela equipe técnica obedecerão a uma ordem cronológica de acordo com os dias semanais e número de horas de prestação de cada pessoa. Os presta-

dores participarão dos grupos como condição adicional para cumprimento da medida. Dentro desse cronograma de atividades as pessoas serão orientadas sobre a base legal do ECA e seus desdobramentos, através de palestras com advogados e profissionais da área.

O acompanhamento será feito através da participação no grupo e havendo necessidade de acordo, com o critério da equipe técnica, serão realizadas visitas domiciliares. Esse acompanhamento tem por objetivo avaliar qualitativamente a evolução dos casos, seus impactos e reflexos na condição de vida das pessoas envolvidas nesse processo.

As atividades desenvolvidas dentro do projeto terão duração de três meses. Durante esse tempo as atividades serão distribuídas de acordo com a carga horária de cada prestador. Os prestadores que tem para cumprir noventa dias horas terão que participar duas horas semanalmente no grupo as segundas feiras e, em contrapartida, serão consideradas duas horas de PSC.

2.7. Cronograma

ATIVIDADES DO MÊS DE MARÇO/08		
Dias:	Horário: 8:00 às 10 :00	
10 Acolhida Apresentação dos participantes.		

Dinâmica: Posicionar os frutos representados através de conceitos na árvore.	Objetivo da Dinâmica: Extrair dos participantes conceitos subjetivos do cotidiano familiar, das relações próprias de cada família.	Palavras-chave: Amor, união, branco, amizade, infelicidade, diferença, briga, desavença e cumplicidade.
17 Acolhida Apresentar os novos componentes ao grupo		
Dinâmica: Apertar o coração.	Objetivo da Dinâmica: Fazer com que os participantes através dessa atitude expressem verbalmente os sentimentos trazidos em relação ao fato que os trouxe a CPMA.	Palavras-chave: Mágoa, silêncio, raiva do juiz, diferenças, falta de paz, individualismo, falta de solidariedade, ansiedade e falta de oportunidades.
Atividade proposta: Filme: “Nascidos em Bordéis” Sinopse: O filme retrata a intervenção de uma fotógrafa americana dentro de bordéis na Índia com crianças adolescentes e famílias e sua luta contra o preconceito da sociedade para inserir as crianças em escolas locais.	Objetivo: Relacionar a realidade vivida por crianças e adolescentes na Índia com a nossa realidade. Rever os padrões de comportamento adquiridos e reproduzidos por meio da cultura local.	Atividade proposta para próxima reunião: Trazer recortes de jornais e revistas que retratem a violência intrafamiliar.
31 Acolhida Atividade proposta: Discutir e relacionar as informações através das reportagens trazidas pelos participantes.	Objetivo: Refletir sobre as várias formas de violência que estão contidas no cotidiano familiar na perspectiva de identificar e trabalhar os fatores desencadeantes.	Escuta:

ATIVIDADES DO MÊS DE ABRIL		
Dias:	Horário: 8:00 às 10 :00	
<p>07 Acolhida Dinâmica: O barco está naufragando, para qual membro da família você daria o salva vidas, sendo que disporia de apenas duas bóias.</p>	<p>Objetivo: Rever os valores morais e que critérios usaria para definir quem iria sobreviver.</p>	<p>Fala dos Participantes: A - “Não daria para ninguém” B - “daria para meu filho, mas dividiria com mais alguém” C - “repartiria com todos” D - “o filho único que tenho.....” E - “para minha mãe” F - “meu filho”</p>
<p>28 Acolhida Discussão: O caso da menina Isabela. Dinâmica: Trem da vida.</p>	<p>Objetivo: Filtrar as informações que chegam até as crianças. Trabalhar na perspectiva de que são casos isolados e não generalizar</p> <p>Objetivo: Refletir sobre o conteúdo da bagagem “que cada um leva em sua mala”</p>	<p>Fala dos Participantes: A - “solidão, desilusão, sentimento de injustiça” B - “amor, conquista, resgatar o relacionamento da família” C - “conquistar amizades e amor” D - “união, afeto, paz” E - “paciência, entendimento” F - “conflito afetivo, medo de enfrentar o novo, desconfiança”</p>

ATIVIDADES DO MÊS DE MAIO		
Dias:	Horário: 8:00 às 10 :00	
<p>05 Palestra: Desmistificando o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente Palestrante: Carlos Roberto Estudante de Serviço Social da UNISANTOS e ex-Conselheiro Tutelar</p>	<p>Objetivo: Esclarecer dúvidas a respeito do ECA.</p>	<p>Tópicos abordados: Retrospecto da situação da criança e o adolescente no Brasil; Criação do Código de Menores (1979); Constituição Federal de 1988; Implantação do ECA 1990; Garantia de direitos;</p>
<p>13 O conceito de família na concepção de uma empregada doméstica: “A gente trabalha tanto no pesado, ganha tão pouco tão cansada e tão nervosa de não pode pagar as coisas que não tem ânimo para dar atenção e amor aos filhos. A gente fica bruta. E o pior, é que o mesmo acontece com eles, que só sabem o que é trabalhar. A gente só se encontra na hora de dormir e ninguém tem vontade de conversar. Lá isso é família? (JSM doméstica, 33 anos citada em Serviço social de Proteção Familiar IEE PUC/SP e CIBIA/SP, 1994 p. 2)</p>	<p>Objetivo: Refletir sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano das relações intrafamiliar, abordando: ausência dos pais, trabalho excessivo, falta de recursos financeiros, lazer e administrar melhor o tempo com a família.</p>	<p>Cada participante falou sobre as dificuldades que enfrentam dentro da dinâmica familiar: falta de diálogo, dificuldade para expressar sentimentos (dizer uma palavra carinhosa), falta de tempo com os filhos.</p>
<p>Dinâmica: Amáquina da família</p>	<p>Objetivo: Fazer com que os participantes reflitam sobre atitudes que deixaram de ter em relação a sua família.</p>	<p>Optamos no início por um exercício de alongamento com o grupo. Logo após sugerimos que um dos componentes espontaneamente fosse para o meio da sala e cria-se um movimento a partir de sua vivência familiar com o movimento do primeiro.</p>

<p>20 O grupo fez a leitura do texto: “O vestido azul” Trabalhamos com os participantes as mudanças que podem ocorrer nas nossas vidas a partir do momento que decidimos mudar as atitudes negativas e como isso pode repercutir de forma positiva na vida das pessoas que nos cercam.</p>	<p>Objetivo: Melhorar as relações interpessoais; Incentivar as pessoas a reconhecer o seu potencial; Trabalhar a auto-estima.</p>	<p>Fala dos participantes: “vontade de ser criança e ser puro” “conquistar o amor do filhos” “mudança dentro da família” “mudança interna e externa das pessoas” “mudança na família”</p>
<p>27 Reflexão sobre o texto lida na semana anterior e as possíveis mudanças que ocorreram naquela semana na vida de cada participante do grupo.</p>	<p>Objetivo: Trabalhar com cada componente do grupo maneiras de lidar com situações adversas no seu cotidiano familiar na perspectiva de minimizar os conflitos.</p>	<p>Fala dos participantes: “tenho conversado com o meu marido sobre tudo que é falado nas reuniões e já percebo algumas mudanças quando vai falar com as crianças” “eu mudei, penso antes de falar as coisas” “agora quando meu filho chega em casa da rua, eu converso com ele, falo que estou acordada até aquela hora porque me preocupo com ele, não discuto”</p>

2.8. Recursos humanos

A equipe técnica é composta por: 1 assistente social / coordenador, 2 estagiários de Psicologia e 2 estagiários de Serviço Social.

2.9. Material permanente

Equipamentos: 1 televisor, 1 DVD, 1

quadro negro, 1 retro Projetor, 1 micro computador, 20 cadeiras.

2.10. Material de consumo

Itens consumidos: 5 resmas de papel sulfite, 1 caixa de canetas com 50 unidades, 10 caixas de giz de cera, 50 folhas de transparências, 10 canetas pilotos cor: azul e vermelho, internet.

2.11. Avaliação do Projeto

Resultados do Projeto em pauta até Dezembro/2009:

- Passaram pelas oficinas 63 (sessenta e três) pessoas, tendo concluído a participação 55 (cinquenta e cinco) pessoas.
- Atualmente oito pessoas participam, sendo que dessas, uma foi encaminhada para avaliação psiquiátrica e permanece em tratamento e outra foi encaminhada para tratamento de drogadição.

Nos 22 meses de aplicabilidade do projeto buscamos olhar o usuário com transcendência, objetivando fazer a ponte entre as muralhas humanas e a sociedade. No caso das penas alternativas especificamente no corte singular da intervenção do artigo 136 no CP, é fazer a ponte rumo as muralhas individuais para que a cidadania seja reconhecida primeiro pelos agressores que apreendem que são pais cidadãos, e que podem escolher as metas para construir filhos que não se fechem nas muralhas da reprodução da agressão do autoritarismo, desamor, transferência da responsabilidade de educar e caminhar no diálogo.

Desconstruir a violência aprendida/adquirida, através das oficinas semanais, trouxeram resultados

além do esperado. Em uma das oficinas “Retrato de Almas” os participantes pintaram uma tela que resultou num Cartão de Natal, sendo que a mensagem contida no mesmo foi construída individualmente. Os cartões foram distribuídos posteriormente à pessoa que lhe atendeu/acolheu no momento que chegou na CPMA.

Algumas falas dos participantes quando se apresentaram junto a CPMA: “...cheguei com muita raiva, queria brigar; ...vou entregar meu filho para o Conselho Tutelar; ...não posso educar; ...se eu não bater, mais tarde a polícia bate...” No decorrer da avaliação final, constatamos mudança no discurso, reconhecimento que o diálogo é um canal que aponta para a construção da educação sem violência.

Procuramos dar uma lembrança/presente fundamentada na história individual e destacando a pluralidade construída ao longo dos meses de convivência no grupo. Vale ressaltar que o “acolhimento com responsabilidade” desde a chegada até a entrega da lembrança de aniversário, objetiva “dar significado” aos participantes, estimulando-os a exercitar em família o vivido no grupo. Alguns participantes ficam tão agradecidos com a oportunidade que tiveram (participação no grupo), que quando passam próximo à Central de Penas Alternativas, nos visitam.

3 - DADOS DA ENTIDADE RESPONSÁVEL

Nome: Central de Penas e Medidas Alternativas de São Vicente, ligada ao Departamento de Penas e Medidas Alternativas da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria da Administração Penitenciária

Endereço: Rua Asdrúbal do Nascimento, 454, Centro

Cidade: São Vicente | **UF:** SP | **CEP:** 01316-030

Telefone (DDD): (13) 3568-1561 / 3107-1025

Email: cpmasaovicente@sap.gov.br

4 - DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL

Nome: Marcia Antonietto

Cargo ou Função na Instituição: Coordenadora Geral

Telefones para contato (DDD): (11) 3107-1114 / 1113 / 1025

Email: mantonietto@sp.gov.br